

GOVERNO LULA

**POLÍTICAS SOCIAIS MUDAM
A CABEÇA DO POVO?**

POR FREI BETTO

11

ESTADOS UNIDOS E CHINA

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
E A GUERRA FRIA 2.0**

POR EVGENY MOROZOV

13

AMÉRICA LATINA E UCRÂNIA

**O NÃO ALINHAMENTO
A SERVIÇO DA PAZ**

POR CHRISTOPHE VENTURA

16

LE MONDE

diplomatie **BRASIL**



**O AGRO E A
DEVASTAÇÃO
DO BRASIL**



ALIMENTAÇÃO

A vergonha e a fome

POR BENOÎT BRÉVILLE*


Outro, via-se virtude nisso. Antes de obter migalhas, os indigentes deviam sentir a ignomínia da mendicância. Eram obrigados a disputar espaço, às cotoveladas, nos locais de caridade; a esperar, no frio, sob o olhar cheio de desprezo dos transeuntes. Com isso, eles procurariam se erguer, sair de sua condição.

Não há mais quem defenda essa “pedagogia da vergonha”,¹ que conheceu seu momento de glória no século XIX. Os serviços sociais e as organizações de caridade atualmente trabalham para restaurar a “autonomia” e a “dignidade” dos desvalidos, graças a mercearias sociais e supermercados solidários que oferecem uma aparência de liberdade ao propor a escolha entre alguns produtos pouco apetitosos. Aplicativos chegam a conectar diretamente requerentes e comerciantes, a fim de “evitar em estudantes ou trabalhadores pobres o estigma e

a vergonha que sentem ao se dirigir aos centros de socorro alimentar” – como se gabam dois pesquisadores que sonham em contribuir para o advento de um auxílio “socialmente aceitável”.²

Enquanto se espera, a vergonha continua presente entre aqueles que recorrem ao apoio alimentar, a ponto de muitos preferirem renunciar a ele. Vergonha de ser amparado, de não conseguir alimentar a própria família, de “o que vão dizer...”. Em 2022, 7 milhões de pessoas puderam experimentar esse sentimento na França. Eram 5,5 milhões em 2018, um número que já havia dobrado em dez anos. Concebido como um dispositivo de emergência, o auxílio alimentar banalizou-se nos países ocidentais, sob o efeito do desemprego, da austeridade, da Covid-19 e agora da inflação. Cada crise traz seu lote de requerentes de auxílio, sem um decréscimo ao nível anterior uma vez passada a tempestade.

Ano após ano, os comentaristas midiáticos se assombram ao descobrir um “público novo” de “beneficiários” – estudantes sem apoio da família ou da seguridade social, assalariados que trabalham por contratos de tempo indeterminado, mães solteiras e aposentados vêm se somar aos frequentadores habituais desses lugares. Ao distinguir desse modo entre antigos e novos pobres, eles retomam, segundo a historiadora Axelle Brodriez-Dolino,³ uma “melopeia recorrente ao longo dos séculos, que não consegue senão estigmatizar alguns para se compadecer provisoriamente de outros; que apenas consegue opor, com consequências políticas deletérias, indivíduos com frequência sociologicamente próximos, tanto abaixo como acima da linha da pobreza”. E, ao fazê-lo, só faz aumentar a vergonha de todos aqueles que devem tomar uma decisão difícil.

Além de ser “socialmente aceitável”, o auxílio alimentar tornou-se economicamente rentável. Ele permite aos atores dos grandes supermercados se desembaraçar de seus produtos com validade expirada e receber devoluções fiscais; aos produtores de carnes, reciclar itens como pele, gordura, cartilagem em pratos *low cost* destinados às associações de caridade; aos agricultores, escoar seus legumes e frutas impróprios ao comércio... Plenamente integrado ao complexo agroindustrial, o auxílio alimentar constitui a parte do pobre, aquela que ninguém quer, mas que muitos, nos dias de hoje, conseguem monetizar. 

*Benoît Bréville é diretor do *Le Monde Diplomatique*.

1 Benjamin Sèze, *Quand bien manger devient un luxe. En finir avec le précarité alimentaire* [Quando comer bem se torna um luxo. Para terminar com a precariedade alimentar], Éditions de l'Atelier, Paris, 2023.

2 *Le Monde*, 18 set. 2022.

3 Axelle Brodriez-Dolino, “Pauvretés durables, pauvretés nouvelles: les conséquences sociales de la crise vues des associations” [Pobrezas duráveis, pobreza novas: as consequências sociais da crise vistas das associações], nota para o Conseil National des Politiques de Lutte contre la Pauvreté et l'Exclusion Sociale, abr. 2021.

af Alliance Française
São Paulo

A referência no ensino da língua francesa e da cultura francófona


AULAS ONLINE & PRESENCIAIS

Unidade Centro
R. General Jardim, 182

Unidade Faria Lima
Av. Brig. Faria Lima, 2421

- Turmas iniciantes todos os meses
- Material didático incluso* (digital)

*Défi 1 (iniciante) ao Défi 4 (avançado)

(11) 3572-2377 
www.aliancafrancesa.com.br



EDITORIAL

A precariedade de tudo

POR SILVIO CACCIA BAVA

Desde setembro do ano passado até abril deste ano foram cinco os ataques a escolas com vítimas fatais, crianças e professores.¹ No dia 27 de março, um menino de 13 anos esfaqueou dois alunos e quatro professoras na Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, em São Paulo. Na semana seguinte, no dia 5 de abril, um jovem de 25 anos invadiu uma creche em Blumenau e matou quatro crianças a golpes de machadinha. A divulgação desses atentados pela grande mídia e pelas redes sociais estimula integrantes de grupos na internet que fazem a apologia desses atos, valorizando esses atentados.

Esses acontecimentos traumáticos levaram o governo a mobilizar seus serviços de inteligência e investigação, e os dados são alarmantes! Nada menos que 225 pessoas, entre elas menores de idade, foram presas nos últimos dias por animarem grupos na internet elogiando os criminosos ou se preparando para praticar novos atentados.

Com os atentados se multiplicando e crianças sendo assassinadas, muitos pais e mães estão deixando de levar seus filhos para a creche ou para a escola, com medo do que possa acontecer. É uma situação de impasse, que aparentemente não tem solução a curto prazo. Outros atentados virão.

Antes mesmo desses atentados mais recentes, era visível nas escolas o aumento da violência entre os alunos e destes com os professores. Uma violência que cresce na família, nos espaços da sociedade, e vai invadindo também as formas de convivência nas escolas.

Como interpretar esse fenômeno novo, que se alastra como uma praga por todo o território nacional? Qual é a melhor forma de enfrentar essa violência?

Propostas simplistas levam a mais violência e controle. Guarda armada nas escolas, muros mais altos, detectores de metal na entrada, revista dos alunos. Isso vai resolver?

É preciso saber mais sobre quem são os assassinos, se agem em grupo, quais são suas motivações, se vão se multiplicar. Quais processos contribuem para a formação desse radicalismo assassino nos jovens e seu engajamento em grupos e redes sociais que estimulam essas práticas, em alguns casos, até neonazistas?

Uma pesquisa nos Estados Unidos identificou elementos comuns aos autores dos atentados: trauma ou exposição à violência na primeira infância, impacto de evento recente que os abalou, inspiração em outros ataques, apoio on-line, acesso a armas.²

Esses assassinatos são a expressão mais radical de um grito de desespero, de desesperança quanto ao futuro, de raiva e revolta contra uma sociedade que não os acolhe. A explicação para os atentados nas escolas, assim como para o aumento dos casos de overdose de drogas, mutilações e suicídio, não está nas escolas.

Segundo os economistas Anne Case e Angus Deaton, da Universidade Princeton, nos Estados Unidos, "a incapacidade de a sociedade prover para uma parcela de seus integrantes uma estrutura para viverem dignamente tem privado essas pessoas de uma existência com sentido, levando-as a buscar alívio para a dor dilacerante do vazio existencial nos opioides, na bebida ou na morte".³

Mas esse jovem em crise existencial não está totalmente isolado. Ele busca grupos que compartilhem das mesmas experiências e frustrações pessoais, especialmente nas redes sociais. É facilitar o acesso a armas de fogo é fator de risco decisivo.⁴

A escola sofre as consequências de uma sociedade que estimula a violência, o preconceito e o ódio a segmentos da sociedade. E, mais do que isso, ela sofre com a redução e o desmonte de políticas de Estado que sacrificam os 38 milhões de estudantes das 138 mil escolas públicas do país. Destes, cerca de 8 milhões estão no ensino médio, hoje em profun-

da crise por conta das transformações operadas pelo governo Bolsonaro.

Os governos estaduais e municipais, nas mãos das elites locais, são os responsáveis pela educação que oferecem às suas crianças. Mas, em geral, não priorizam a educação pública, a formação dessas crianças que integram a grande maioria das famílias brasileiras.

Uma sociedade elitista, patriarcal, portadora de uma cultura de discriminações e violência, de uma herança escravocrata, faz com que esses governos, com poucas e honrosas exceções, relembram a educação pública à precariedade em que se encontra.

O Censo Escolar de 2021 registra que 5.200 escolas não têm banheiro, 8.100 não têm água potável, 7.600 não têm esgoto, 21.000 não têm acesso adequado a água, 49.500 não têm acesso a banda larga.

As insuficiências e precariedades na infraestrutura se somam a baixa qualidade do ensino, salários insuficientes dos professores, currículos que não dialogam com os interesses dos estudantes, precariedade cada vez maior, nos últimos anos, da merenda escolar.

Embora a lei exija a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, apenas 6,5% delas têm psicólogos e 3,7% têm assistentes sociais, segundo relatório de 2022 da Câmara dos Deputados.

O conjunto desses fatores leva ao desinteresse dos alunos pelo ensino e pela escola, a uma crescente evasão escolar, a uma revolta contra o sistema e mesmo a atos extremos e radicais.

Fruto da mobilização dos estudantes, de pressões pela melhoria do ensino e da contribuição de intelectuais e políticos como Darcy Ribeiro e Paulo Freire nos anos 1980, amadurece no Brasil uma concepção de escola pública de excelência, de tempo integral.

Os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), escolas de tempo integral e de excelência, são um modelo de ambiente educativo de sucesso, ainda que existam em muito pequeno número. Foram criadas por governos comprometidos com as maiorias e mostram que podemos seguir outros caminhos. Os Centros Educacionais Unificados (CEUs), implantados em São Paulo durante as gestões petistas, seguem a mesma concepção.

Recuperar e aprimorar o sistema educacional é um importante caminho para trazer de volta o interesse do aluno e valorizá-lo ao oferecer-lhe ensino de excelência, cultura, esporte e lazer.

- 1 Ver: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-teve-5-ataques-com-mortes-em-escolas-em-2022-e-2023>.
- 2 Jillian Peterson e James Densley, The Violence Project. Citado por Ana Maria Diniz, "Anatomia de um massacre", Valor Econômico, 18 abr. 2023.
- 3 Citado por Ana Maria Diniz, "Anatomia de um massacre", Valor Econômico, 18 abr. 2023.
- 4 Luis Flavio Saporì, "Massacres em escolas no Brasil", Fonte Segura - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ed.180.



CAPA

O desenvolvimento predatório do agronegócio

No Brasil das últimas décadas, erigimos um altar profano para o agro, no qual são imolados a natureza e os trabalhadores em nome de uma religião abstrata do dinheiro, insensível ao sofrimento e à destruição, mesmo diante da morte e devastação em escalas industriais

POR BERNARDO MANÇANO FERNANDES E ALLAN DE CAMPOS SILVA*

A ideia de agronegócio foi criada pelos professores John H. Davis e Ray A. Goldberg, da Universidade Harvard, em meados do século passado. Suas leituras se limitaram a compreender o funcionamento integrado do conjunto de sistemas: agrícola, pecuário, industrial, mercantil e financeiro. Essa opção reducionista em definir o agronegócio desde o paradigma do capitalismo agrário evitou incorporar os impactos predatórios, porque procurava atender aos interesses das grandes corporações em defender a ideia de que o agronegócio é bom para todo mundo. Foi assim que o conceito “harvardiano” de conjunto de sistemas contribuiu para a criação de um modelo de desenvolvimento hegemônico global. Esse modelo está baseado na produção monocultora convencional ou transgênica com uso intensivo de venenos, produzindo predominantemente alimentos ultraprocessados. Agrotóxicos e ultraprocessamento produzem poluição e doenças nos territórios corpo-terra-água. Esses impactos predatórios acontecem no fim do conjunto de sistemas; no início desse conjunto, porém, há a desterritorialização dos povos tradicionais: indígenas, quilombolas, camponato e da natureza, com a territorialização do desmatamento, nas últimas décadas – principalmente – nos biomas do Cerrado e da Amazônia.

Além do conceito “harvardiano”, há o conceito crítico de agronegócio dos professores Patricia Flynn e Roger Burbach, que inclui impactos predatórios com base na lógica do paradigma da questão agrária. Esse conceito foi criado quando pesquisavam os impactos predatórios da atividade no continente americano nas décadas de 1960 e 1970. Eles estudaram os processos de desterritorialização das populações tradicionais por corporações norte-americanas como a Del Monte e a Cargill. A formação do conjunto de sistemas e dos impactos predatórios foi desigual nas Américas porque nos Estados Unidos os sistemas estavam mais desenvolvidos, enquanto a Améri-

ca Latina e o Caribe contavam apenas com os sistemas agropecuário e industrial, e em condições de dependência em relação ao imperialismo norte-americano. Por essa razão, na década de 1980, no Brasil, o agronegócio foi denominado “complexo agroindustrial” pela literatura brasileira; e mesmo na atualidade, na América Latina e no Caribe, o agronegócio é denominado agroindústria. A palavra “agronegócio” só passou a ser usada no Brasil com a fundação da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), em 1993. O fato é que as corporações multinacionais, predominantemente, controlam os sistemas mercantil, industrial, financeiro, tecnológico e ideológico (esses dois últimos são recentes), tornando-se um complexo de sistemas. O poder desse complexo ampliou ainda mais os impactos predatórios (FERNANDES, 2019).

O complexo de sistemas do agronegócio é sustentado por um complexo de redes formado por governos, partidos políticos de direita e de esquerda, organizações multilaterais, universidades, supermercados, bancos e fundos de investimentos (FERNANDES, 2019). O sistema ideológico se preocupa em convencer a sociedade de que o agronegócio é tudo. Não satisfeitos com a hegemonia, tentam transformar o agronegócio em totalidade e convencem grande parte das instituições de que é o único modelo de desenvolvimento possível. Nessa perspectiva, nas décadas de 1960 a 1990, as corporações inventaram a ideia de integração dos pequenos agricultores, camponato, quilombolas e agricultura familiar ao agronegócio, como produtores e fornecedores de *commodities*. A palavra “integração” é uma maquiagem para as palavras “subordinação” e “expropriação”. A maior parte dos “integrados” ou mudaram de atividade, ou foram desterritorializados. A partir da década de 1990, com a formação da Via Campesina, os movimentos camponeses de vários países do mundo começaram a construir uma experiência de desenvolvimento sustentável, com base na soberania alimentar e na agroecologia. Esse modelo

está em construção em todo o mundo, mostrando para a sociedade outra via de desenvolvimento.

Na definição de agronegócio como totalidade, as corporações incluem os povos tradicionais no modelo de produção de *commodities*. Durante o governo Bolsonaro, povos indígenas Paresi, Nambikwara e Manoki de Mato Grosso e Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul usaram seus territórios para plantar soja convencional. A lógica de incluir todos os meios de vida no agronegócio é uma forma de desterritorializá-los, porque suas culturas e costumes, economias e políticas são destruídos, expropriados, e seus territórios são incorporados ao modelo do agronegócio. Os povos tradicionais romperam com a ideia de totalidade do agronegócio e estão criando seus próprios caminhos, que trazem para o mundo uma nova perspectiva de retomar o conceito de agricultura, da comida como parte da cultura, como alimentação saudável. Recuperam a agricultura como território de produção de vida, e não de poluição e doenças baseadas em negócios. Usam a tecnologia para o desenvolvimento sustentável, e não para o desenvolvimento predatório. As tecnologias como mecanismos de produzir vida, e não para moer gente.

O agro pratica um dumping humano, rebaixando os custos de reprodução da classe trabalhadora abaixo do mínimo vital

MOINHOS SATÂNICOS

Quando dizemos que o agro é uma máquina de moer gente, não o afirmamos só em sentido metafórico. A família de Rodrigo Alvares, 37 anos, trabalhador da JBS de Dourados, Mato Grosso do Sul, descobriu isso da pior forma. Rodrigo morreu ao cair dentro de uma máquina de moer carnes do frigorífico da empresa em 2021. O caso está longe de ser uma

sinistra exceção, já que o Brasil é campeão em acidentes de trabalho. De acordo com dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, nos últimos onze anos o país acumula 6,7 milhões de acidentes de trabalho e mais de 25 mil mortes – ou uma morte a cada quatro horas. Nos frigoríficos de processamento de carnes, lugar do acidente de trabalho por excelência no Brasil, tornam-se cada vez mais comuns fraturas, queimaduras, amputações, intoxicações por amônia, cortes, lacerações, contusões e infecções em massa por Covid-19. A isso se soma uma verdadeira epidemia de assédio moral, assédio sexual e trabalho escravo – frentes nas quais o agro também lidera.

Para uma parte de nossa sociedade, esses são os efeitos colaterais inevitáveis quando se trata de garantir a segurança alimentar não só do Brasil, mas também do mundo inteiro. No entanto, essa conta parece não fechar quando as safras recordes convivem com 33 milhões de pessoas passando fome, de acordo com dados da Rede Penssan. A fome no Brasil não existe por deficiências na logística ou falta de eficiência nos sistemas alimentares corporativos. Antes, é a própria subsunção do alimento à condição de mercadoria que engendra sua ausência estrutural. Afinal, ainda está fresca na lembrança nacional a imagem de pessoas disputando ossos em um caminhão, em setembro de 2021. O Brasil enfrentava um embargo que durou três meses nas compras chinesas de carne bovina, devido a casos de vaca louca. Na ocasião, um produtor afirmou ser impensável reduzir os preços da carne, já que o mercado brasileiro se encontrava “saturado”. O agro pratica assim um *dumping* humano, rebaixando os custos de reprodução da classe trabalhadora abaixo do mínimo vital. Para o agro, a fome não passa de baliza macroeconômica para os “preços de mercado”.

E, quando compramos os alimentos produzidos pelo regime alimentar corporativo, não nos alimentamos propriamente. A pesquisa “Tem veneno nesse pacote”, realizada em 2022 pelo Idec, mostrou os resíduos de agrotóxicos em

alimentos processados com ingredientes de origem animal. O frango empacado fabricado pela Seara, empresa controlada pela JBS, conquistou o topo da lista, como o alimento com mais veneno. Não custa lembrar que o consumo de alimentos com agrotóxicos está associado ao autismo em bebês e diversos tipos de câncer, entre os quais se destaca o câncer de intestino, que enfrenta um aumento de 177% no país desde 2008. A agenda da economia política global do agronegócio-agrotóxico foi muito bem capturada pela geógrafa Larissa Bombardi no atlas *Geografia da assimetria: o círculo vicioso dos agrotóxicos e o colonialismo na relação comercial entre o Mercosul e a União Europeia*, que dissecou as dimensões sanitárias da submissão econômica do Sul global às corporações europeias que fabricam agrotóxicos. Entre 2018 e 2019 foram importados para o Mercosul cerca de 7 milhões de quilos de agrotóxicos cuja utilização é proibida na União Europeia. O alinhamento do governo Bolsonaro com essa agenda pode ser percebido, por exemplo, na aprovação de mais de 2 mil novos tipos de agrotóxico em seu governo.

Como se não bastasse, as cadeias de valor da expansão do agro se posicionam estrategicamente entre as fronteiras do desmatamento na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal e a intrusão violenta sobre os territórios de nossos povos originários e camponeses. Em apenas dois anos, a norte-americana Cargill comprou soja de produtores responsáveis por desmatar uma área de aproximadamente 66 mil hectares no Brasil, enquanto os circuitos de produção JBS já foram responsáveis por desmatar cerca de 75 mil hectares, projetando um risco de desmatamento ainda maior para os próximos anos. Relatório recém-lançado pelo site De Olho nos Ruralistas (19 abr. 2023) mostra a invasão da Amaggi, Bunge e Batavo em terras indígenas em todo o Brasil.

Como se tudo isso já não bastasse, estudiosos de saúde e ecologia nos alertam há anos sobre a relação entre a destruição da biodiversidade, a substituição de biomas inteiros por monocultivos de grãos-carne, o incremento de doenças infectocontagiosas e a emergência de novas doenças tropicais. O desmatamento em escala na África e na Ásia já nos trouxeram epidemias de Ebola e Covid-19. Um amplo estudo envolvendo uma equipe de cientistas mostrou como a prevalência da pecuária e do monocultivo de grãos na Amazônia está associada a um incremento em dengue e hantavírus, enquanto a agricultura camponesa e/ou indígena está associada a índices menores dessas doenças (CODEÇO et al., 2021). De forma semelhante, estudo realizado pela equipe do geógrafo Luke Bergman e o epidemiologista Rob Wallace mostrou que o uso do solo

por práticas de agricultura regenerativa nos Estados Unidos está associado a índices menores de contágio por Covid-19 quando comparados com a agricultura convencional.

Por fim, essa “máquina infernal” do agro nos evoca os moinhos satânicos do poeta inglês William Blake, escritos com assombro quando da inauguração das primeiras fábricas da Revolução Industrial. No Brasil das últimas décadas, erigimos um altar profano para o agro, no qual são imolados a natureza e os trabalhadores em nome de uma religião abstrata do dinheiro, insensível ao sofrimento e à destruição, mesmo diante da morte e devastação em escalas industriais. Esse modelo de desenvolvimento acontece à custa de todas as outras tradições alimentares e formas de organização social existentes no Brasil, como as preconizadas por indígenas, quilombolas e camponeses, povos esses responsáveis, em última instância, pela sobrevivência da humanidade na Terra, ao amplificarem as tradições agrícolas em aliança com a multiplicação da sociobiodiversidade do planeta. Enquanto preservam a diversidade de sementes e protegem os ecossistemas contra a intrusão do desmatamento, do garimpo e dos monocultivos, tecem uma verdadeira rede de proteção que evita que o céu despenque sobre nossa cabeça, como disse muito apropriadamente Davi Kopenawa.

***Bernardo Mançano Fernandes** é geógrafo, professor da Unesp, coordenador da Rede Dataluta e autor de “Territories of hope: A human geography of agrarian politics in Brazil” [Territórios de esperança: uma geografia humana da política agrária no Brasil] (*Environment and Planning E: Nature and Space*, 2022), entre outros; e **Allan de Campos Silva** é geógrafo, tradutor e pesquisador de pós-doutorado na Unesp.

Referências bibliográficas

- BERGMANN, Luke et al. Mapping agricultural lands: From conventional to regenerative [Mapeamento de terras agrícolas: do convencional ao regenerativo]. *Land*, v.11, n.3, 2022.
- BOMBARDI, Larissa. *Geografia da assimetria: o círculo vicioso dos agrotóxicos e o colonialismo na relação comercial entre o Mercosul e a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2018.
- BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. *Agribusiness in the Americas* [Agronegócio nas Américas]. Nova York: Monthly Review Press, 1980.
- CODEÇO, C. et al. Epidemiology, Biodiversity, and Technological Trajectories in the Brazilian Amazon: From Malaria to COVID-19 [Epidemiologia, biodiversidade e trajetórias tecnológicas na Amazônia brasileira: da malária à Covid-19]. *Frontiers in Public Health*, v.9, 2021.
- DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. *A concept of agribusiness* [Um conceito de agronegócio]. Boston: Harvard University Press, 1957.
- FERNANDES, Bernardo M. Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil [Grilagem de terras para o agroextrativismo na segunda fase neoliberal no Brasil]. *Revista Nera*, v.22, p.208-238, 2019.

O QUE DIZEM OS INDICADORES

Significado e dimensões do agronegócio na economia brasileira

Há toda uma publicidade colocando o ator político que se autodefine como “agro” como uma espécie de campeão da economia em todos estes domínios: comércio externo, PIB, geração de emprego, arrecadação tributária e oferta de alimentos. No entanto, o que dizem os números?

POR GUILHERME C. DELGADO*

A pergunta sobre as dimensões econômicas da economia do agronegócio no Brasil precisa sempre ser precedida pela elucidação do(s) significado(s) desse fenômeno de economia política, mas também de propaganda e marketing, que, por vários anos, se autoproclamou símbolo da totalidade, com claras pretensões míticas.

O leitor certamente tem curiosidade em conhecer as dimensões reais desse fenômeno – no comércio externo, no PIB, na geração social de emprego, na arrecadação tributária e na oferta dos alimentos da cesta básica salarial. Há toda uma publicidade colocando o ator político que se autodefine como “agro” como uma espécie de campeão da economia em todos esses domínios, ora apresentado como novo setor de atividades, ora como ator político estratégico, a ponto de dominar a pauta das políticas agrícola, fundiária e de comércio exterior por todo o século XXI, exercendo clara hegemonia sobre sete períodos presidenciais (FHC II, Lula I, Lula II, Dilma I, Dilma II, Michel Temer e Bolsonaro).

Se olharmos para esse período histórico (século XXI), veremos que a principal característica desse sistema (de agronegócio) tem sido transformar o comércio exterior brasileiro em espaço privilegiado e protagonizado por bens primários que, nesses últimos mais de vinte anos, são valorizados sistematicamente pela política econômica de Estado (agrícola, comercial, financeira, tributária, fundiária e tecnológica). Em tais condições, produziu-se em duas décadas a elevação

persistente das exportações totais brasileiras, que saltaram do nível dos US\$ 50 bilhões em 2000 para US\$ 209,9 bilhões em 2020, elevando a posição brasileira nas exportações mundiais respectivamente de 0,8% para 1,2%.

Essa mudança no comércio exportador brasileiro se realizou pela especialização primária, expelindo produtos manufaturados e avançando significativamente, em especial na década de 2000, a participação dos “produtos básicos” na pauta exportadora, que saltaram de 25% do total em 2000 para 50% em 2020 (em números redondos).

Por outro lado, para uma economia como a brasileira, que teve suas exportações relativamente estagnadas na segunda década do século XXI, com crescimento médio anual de 0,6% ao ano – ao contrário da primeira década, em que esse crescimento foi de 13,5% ao ano –, a solução primário-exportadora funciona como uma espécie de droga viciosa, desagregadora do organismo integral sob vários aspectos. Custa muito caro em termos fiscais, já que o agronegócio exportador goza de benefícios excepcionais do Imposto de Renda (Cédula G) e não paga impostos de exportação e praticamente nenhum tributo sobre o patrimônio (ITR). Ademais, conta com o benefício oportuno da taxa cambial desvalorizada nas conjunturas de “vacas magras” na segunda década, além do presente de generosos subsídios de crédito rural, pagos pelo Tesouro, na forma da mais baixa taxa de juros.

Por seu turno, a política fundiária de Estado é frouxa o suficiente para permitir a valorização e ampliação do merca-

do de terras, sob condições de grilagem de terras públicas em sucessivos experimentos de “regularização fundiária”, à revelia do direito constitucional, em on- das datadas (MP n. 422/2008, converti- da em lei; Lei n. 13.178/2015 sobre terra pública de fronteira; Lei n. 13.465/2017 e MP n. 910/2019, não convertida em lei).

Ao conceituarmos o agronegócio como um pacto de economia política, associando complexos agroindustriais integrados com a grande propriedade fundiária e o Estado planejador do lucro da produção e da valorização patrimonial¹ – tendo em vista na atual quadra histórica gerar resultados comerciais externos superavitários como meta primordial –, temos aí uma aproximação significativa do fenômeno, ainda que com todas as limitações que estamos identificando.

Por outro lado, os resultados comerciais apontados têm serventia direta- mente vinculada a outro fenômeno contemporâneo: financiar ou prover liquidez ao alto valor do déficit de “Servi- ços e Rendas Pagos ao Exterior”, de cerca de US\$ 35 bilhões em média anual na primeira década, saltando para US\$ 83 bilhões médios anuais na segunda déca- da do século XXI (*ver dados parciais da tabela nesta página*).

Ocorre também na agricultura um fenômeno de crescimento dicotômico: um segmento (o agronegócio) é cata- pultado a crescer “a qualquer custo” dentro do escopo de sua meta de ex- portações primárias, para o que conta com sua taxa de lucratividade garantida e vinculada à exportação de mercadorias mundiais (*commodities*), enquanto o setor produtor de “não *commodities*” é tratado de forma discriminatória ne- gativa. E não é preciso ser economista para prever que de tal arranjo se obterão recorrentes tensões inflacionárias dos alimentos da cesta básica e proble- mas conexos de insegurança alimentar na escala macrossocial.

O crescimento econômico pífio do Brasil nesta segunda década (ao redor de 1% ao ano), portanto aquém do cres- cimento demográfico, levou a renda *per capita* a cair de US\$ 11.338 em 2010 para US\$ 6.838 em 2020. Isso acom- panhado por trajetória muito elevada do desemprego aberto (*ver tabela*), de maneira que os saldos comerciais do comércio exterior, por razões já apon- tadas, não tiveram poder de propa- gação da demanda efetiva e da renda, tampouco essa produção e rendimen- tos alimentaram circuitos distributivos virtuosos, pelo contrário.

Em síntese, do ponto de vista da eco- nomia convencional e dos indicadores macroeconômicos estilizados – PIB, ní- vel de emprego, Saldo de Comércio Ex- terno (Comercial e de Conta-Corrente) – e do nível geral de preços, a tabela para o período 2017/2022 revela desempenho macroeconômico desequilibrado em

todas as macrovariáveis escolhidas, não obstante os saldos de comércio externo de mercadorias, puxados pelas expor- tações de *commodities*, que cumpriram seus papéis politicamente planejados.

Além dos indicadores econômicos, é preciso destacar um indicador que não aparece na macroeconomia convencio- nal, mas é vital: a economia ecológica. Neste caso, precisamos visitar a métrica dos Acordos do Clima, que, pelos dados revelados por ocasião da COP-27 (Egi- to-2022), colocam o Brasil em sexto lu- gar na emissão mundial de dióxido de carbono (e gases equivalentes converti- dos) na atmosfera, sendo 79% desses ga- ses emitidos do espaço rural. E, no caso específico, 49% desses 79% de emissões referidas ao espaço rural resultariam das queimadas rurais medidas entre as con- ferências de 2021 e 2022.

Os dados apurados pelo IPCC não foram contestados pelas fontes brasi- leiras – o Inpe, em particular, que ajuda a produzi-los –, mas sofrem a discrimi- nação ideológica no sentido de desvin- culá-los do desempenho da economia do agronegócio. A estratégia é atribuir as emissões a terceiros, supostos crimi- nosos desmatadores de terras públicas sem conexão com a economia real. No entanto, a história real da grilagem e das “regularizações fundiárias” conexas não ajudam a fazer crer nessa versão fantasiosa. Mas seu contrário sim, que a política fundiária de Estado, junta- mente com a política agrícola, continua funcionando nas duas últimas décadas como alavanca principal para a piora da situação brasileira relativa à degradação de seu espaço rural.

O sistema de agronegó- cio e particularmente sua economia real preci- sariam passar por verda- deira regulação para a transição ecológica

SUGESTÕES AO NOVO GOVERNO

Não há dúvida razoável de que, seja pelos resultados econômicos conven- cionais, seja pelos indicadores de eco- nomia ecológica sobre os Acordos do Clima e vários outros, cujo espaço aqui não nos permite dissecar, o sistema de agronegócio e particularmente sua economia real precisariam passar por verdadeira regulação para a transição ecológica, que no caso em apreço afeta- riam radicalmente as políticas agrícola e fundiária de Estado. Há em especial dois vetores de política pública que po- dem (ou não) tornar o novo governo, em sua política ambiental, já anunciada internacionalmente, coerente com suas políticas agrícola e agrária, tornando- -a eficaz. O primeiro vetor a que estou me referindo é o chamado Plano Safra Agropecuário – 2023/2024, o primeiro

ALGUNS INDICADORES MACRO PARA O PERÍODO 2017/2022

Ano	Inflação ⁽¹⁾	Desemprego ⁽²⁾	Salário mínimo ⁽³⁾	Taxa cambial ⁽⁴⁾	Saldos externos Comercial/ Conta-Corrente ⁽⁵⁾
2017	2,07	12,9	6,47	3,13	64,0 / (-) 7,2
2018	3,43	12,4	1,81	3,74	53,5 / (-) 17,0
2019	4,46	12,0	4,61	3,79	39,4 / (-) 17,0
2020	5,45	13,8	4,11	5,19	50,99 / (-) 28,1
2021	10,16	13,2	5,87	5,14	36,1 / (-) 28,1
2022	5,79	9,3	10,1	5,16	62,3 / (-) 55,6

(1) A taxa de inflação anual é de janeiro a dezembro, medida pelo INPC do IBGE.
(2) A taxa de desemprego é medida pelo IBGE no conceito de desemprego aberto.
(3) A coluna refere-se à variação anual do salário mínimo.
(4) A taxa cambial está sempre referida ao final do mês de julho de cada ano.
(5) Os saldos externos estão expressos em bilhões de dólares, respectivamente, Saldo Comercial e Saldo da Conta-Corrente com o Exterior. (Fonte: Bacen).

do governo Lula, que, para sinalizar a transição ecológica, não pode repetir o padrão tendencioso a que nos referimos anteriormente. Ele deve, contudo, abrir efetivo caminho para a segurança ali- mentar e as inovações ecológicas, algo feito muito embrionariamente pelo go- verno Lula em 2003, tendo sido abando- nado há quase uma década.

O segundo vetor, o da política fun- diária, contou recentemente com uma grande vitória jurídica no STF, infeliz- mente mantida em absoluto sigilo na comunicação pública ou até banalizada no entendimento correto da decisão. Pois, como vimos no corpo deste artigo, são as “regularizações fundiárias” so- bre terra pública, constitucionalmente ilegítimas, fontes da macrogrilagem de terras públicas, em geral precedidas por queimadas, tráfico de madeira e/ ou de minérios de alto valor, que fica- riam legalizadas nessas pretensas “re- gularizações”. Agora, por meio da deci- são do STF – seis anos depois da ADIn sobre terra pública de fronteira (ADIn n. 5.623/2016), que a provocou, sobre desconformidade constitucional da Lei n. 13.178/2015 –, criou-se uma jurispru- dência geral sobre regularizações fun- diárias sobre terras públicas em geral, anulando os dispositivos irregulares da referida lei, mas principalmente esta- belecendo critérios gerais equivalentes para outras alienações de terra pública,

a serem obrigatoriamente seguidas pela política fundiária à frente, sem prejuízo das impetrações de nulidade de normas do passado em desconformidade com os textos constitucionais regredores.

Concluindo, o governo Lula dispõe no momento de duas senhas impor- tantes para mudar sua política agrícola e fundiária, tornando-as coerentes entre si e com as políticas ambiental e de segurança alimentar. Uma é apare- ntemente mais fácil – a política agrícola, que depende apenas do Executivo, mas cuja tradição de captura pelo sistema de agronegócio nos deixa em dúvida. A outra é o acórdão unânime do STF (28/11/2022) em plena vigência, que permite desde já remodelar as políticas fundiárias geridas pelo Incra, Funai, ICMBio, SPU [Secretaria do Patrimônio da União] e AGU, tornando-as coerentes com o princípio da conformidade constitucional do referido acórdão unânime do STF.

***Guilherme C. Delgado** é pesquisador aposentado do Instituto de Pesquisa Eco- nômica Aplicada (Ipea) e membro da Dire- ção Colegiada da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

1 Para uma conceituação rigorosa da economia do agronegócio, ver, de minha autoria, *Do ca- pital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2012, p.89-93.

JUSTIÇA E IGUALDADE

Não há democracia sem reforma agrária

Reforma agrária cria comunidades de produção de alimentos, com moradia, saneamento, água, escolas, espaços de lazer e de cultura. Isso fomenta novas sociabilidades, fortalecidas por mulheres, pela juventude, pela comunidade LGBTQIA+, pelo povo preto e toda a gama de comunidades tradicionais que preservam a sustentabilidade de seus territórios

POR DÉBORA NUNES*

Vivemos em um país onde houve uma falsa abolição da concentração de terras e da escravidão. E ao longo dessa história também vivemos o aniquilamento da execução de reformas estruturais – socialmente transformadoras – de uma jovem democracia, que foi golpeada pelo regime militar em 1964.

O estopim da ditadura, justamente, anunciava o apelo pela reforma agrária, pelas reformas tributárias, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto de analfabetos, pelo fortalecimento da democracia, pela emancipação do povo brasileiro, por justiça social e desenvolvimento do país.

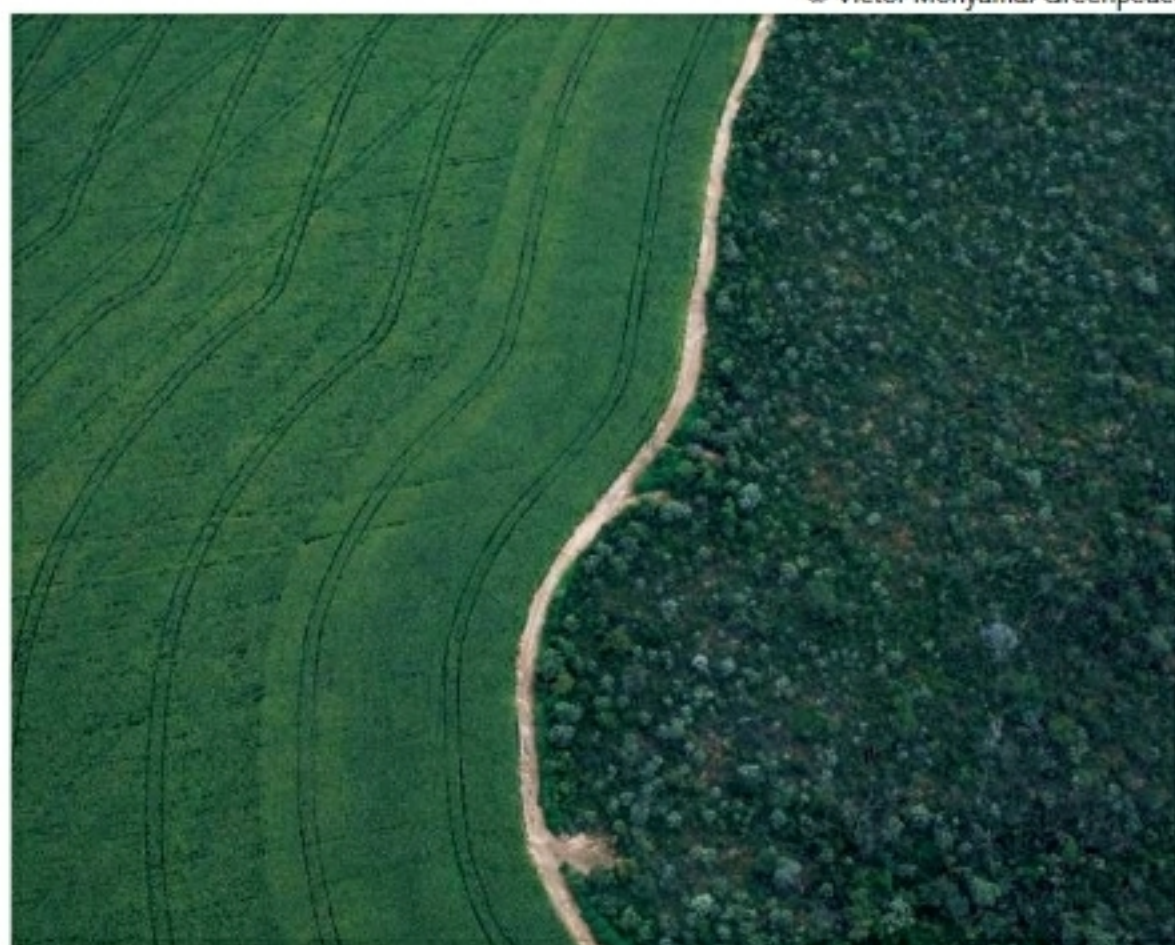
Quase sessenta anos depois, grande parte dessas reformas estruturais intoleráveis à elite política e agrária do Brasil manteve-se intocada. Nesse cenário, a democratização do acesso à terra é uma delas: 1% dos proprietários é dono de quase 50% das terras. Isso mostra que o país apresenta a maior concentração fundiária do mundo.

Com isso, o Brasil resguarda a constância de profundas contradições, entre elas as desigualdades e uma permanente fome por democracia.

COMO O PAÍS QUE “ALIMENTA O MUNDO” NÃO ALIMENTA SEU PRÓPRIO POVO?

De fato, há de se concordar que o Brasil é um grande agroexportador de grãos, entre outros suprimentos agropecuários para o mundo. Ao mesmo tempo, seis em cada dez famílias brasileiras não têm comida suficiente para se alimentar.

Tal contradição se mantém atrelada às estruturas do Brasil Colônia. Mesmo passados cinco séculos, o país segue à mercê do tripé: concentração de terras e latifúndios; produção de monoculturas, atualmente denominadas *commodities* agrícolas; e emprego de trabalho degradante ou análogo ao escravo, em que a miséria e a pobreza submetem homens, mulheres e adolescentes – em sua maioria pretos e pretas – às mais degradantes explorações do trabalho, tudo a serviço de um modelo que se autodenomina moderno.



© Victor Moriyama/Greenpeace

Plantação de soja em Formosa do Rio Preto, área de Cerrado na Bahia

Desse modo, o agronegócio lidera a ocorrência de trabalho escravo. A lista suja de trabalho escravo divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o levantamento de operações realizadas entre 2016 e 2022, conta com 289 empresas escravagistas, entre elas 209 ligadas às atividades rurais. E, dos quinze empregadores com mais trabalhadores em situação degradante, treze são do agronegócio.

Assim, realizar a reforma agrária no Brasil é tão importante e necessário quanto enfrentar as múltiplas faces desumanas, racistas, neofascistas e antidemocráticas que se alastram pelo Brasil afora e se fazem presentes no campo brasileiro com o emprego da violência dos “senhores da terra”: fazendeiros, latifundiários, ruralistas e agrobolsonaristas que usam de sua influência econômica e política para concentrar terras, riqueza, poder e terror sob o coronelismo vigente, empregado por meio da atuação de milícias rurais, jaguncismo e pistolagem.

É também urgente a necessidade de estabelecer novos paradigmas na rela-

ção com os bens comuns da natureza; paradigmas que sejam capazes de estancar e reverter a devastadora destruição e mercantilização da terra, da água, das matas e florestas, do ar e de toda a biodiversidade ameaçada pelas queimadas e derrubadas de árvores. Além disso, é preciso proibir o uso intensivo de agrotóxicos banidos em diversos países, mas presentes no Brasil, que contaminam e envenenam os seres humanos, os animais e o meio ambiente. Isso provoca a insustentabilidade ambiental que recai sobre as mudanças climáticas que colocam a humanidade em risco de extinção, num curto espaço de tempo, caso não seja colocado um freio nessa situação.

Na linha de disputa entre modelos de desenvolvimento agrário brasileiro, a perspectiva trazida pela elite rural aponta a reforma agrária como algo ultrapassado e cuja necessidade deixou de existir com o avanço do desenvolvimento capitalista no campo, com a consolidação do modelo de agricultura hegemônico – fruto da aliança entre o latifúndio atrasado e o capital finance-

iro, que por meio da agroexportação de *commodities* e da usurpação parasitária de concessões do Estado brasileiro bate recordes de lucro, enquanto o país segue com altos índices de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

A “riqueza do agro” é tutelada por isenções de impostos, a exemplo da Lei Kandir, perdão de dívidas, privilégios sobre investimentos e crédito, além do acúmulo de saldo devedor de quase R\$ 1 trilhão com o Estado. E conta com o apoio da bancada ruralista, base do sistema legislativo que tenta favorecer a todo custo o modelo capitalista no campo, impulsionado por lobistas com atuação multinacional. Além disso, com o intuito de escapar de taxas como Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto de Renda (IR) e taxa de exportações, tal inadimplência enriquece mais ainda os ruralistas, enquanto é prejudicial para todo o conjunto da sociedade.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, ao final de 2022, mesmo batendo recordes de lucro, o setor agropecuário eliminou 318 mil postos de trabalho. Essa diminuição da força de trabalho do campo tem sido uma tendência nos últimos anos, com trabalhadoras e trabalhadores rurais sendo substituídos por máquinas.

No campo, do outro lado das cercas da hegemonia do agronegócio, coexiste o modelo de agricultura familiar camponesa, que resiste a toda a ofensiva do capital no campo.

DO OUTRO LADO DA CERCA

Segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE, de 2017, 77% dos estabelecimentos rurais, ou seja, 3,9 milhões de propriedades, são classificadas como da agricultura familiar e correspondem a 23% da área total de todos os estabelecimentos rurais. Tal segmento é responsável por dinamizar a economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes e pela renda de 40% da população economicamente ativa do país.

Além disso, dos mais de 15 milhões de postos de trabalho ocupados por trabalhadores e trabalhadoras rurais, mais de 10 milhões são da agricultura familiar (IBGE 2017) – isto é, a agricultura familiar emprega duas vezes mais que o agronegócio.

A agricultura familiar ainda garante grande parte dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira. Responde por 48% do valor da produção de café e banana, quase 80% da produção de mandioca, 69% de abacaxi e 42% de feijão. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e rebanho suíno, 50% de aves e 30% de bovinos. E oferta pelo menos 70% dos orgânicos do país.

Contudo, é essa mesma agricultura familiar que não é priorizada na destinação dos recursos públicos ou mesmo na proposição de políticas públicas estrutu-

rais. É a parcela que vive no campo que sofreu nos últimos seis anos – entre 2017 e 2022 –, período correspondente ao golpe vivenciado pelo povo brasileiro contra a presidenta Dilma Rousseff. E com a maior ofensiva de desmonte de políticas públicas já vista na história deste país.

Sem falar em parcela significativa dos agricultores e agricultoras familiares que vivem no campo com terra insuficiente para a produção agrícola e a garantia da existência familiar, o que reforça ainda mais a necessidade de uma reforma agrária efetiva, ampla e maciça, que possibilite mudar a secular estrutura agrária consolidada no Brasil.

Isso nos leva a compreender e atualizar a necessidade da reforma agrária considerando os pilares de uma sociedade que herdou e sente as consequências de um modelo de desenvolvimento que optou pela concentração de terras – ferida secular de 523 anos em nosso país –, pela destruição dos bens comuns da natureza e por expulsar o povo do campo. Hoje temos pouco mais de 10% da população brasileira vivendo na zona rural.

Essa constatação remete ainda a muitos problemas estruturais que afetam a sociedade que vive no meio urbano, nas médias e grandes cidades, sobretudo. Uma grande massa de trabalhadoras e trabalhadores está condenada a viver de forma precária nas grotas, favelas e periferias, com as chagas da fome, sem moradia digna, sem saneamento básico e sem acesso à água potável para consumo.

Somam-se ainda a todos esses elementos o desemprego e a profunda desigualdade social, que refletem as reais condições de vida de nosso povo. É por isso que nos últimos anos, ao menos há uma década, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem construído um projeto popular de desenvolvimento em benefício do campo e da cidade, com a concepção da Reforma Agrária Popular.

REFORMA AGRÁRIA POPULAR

A Reforma Agrária Popular é uma formulação coletiva que se propõe a ser uma possibilidade de resistência dos camponeses e camponesas às ofensivas do agronegócio, tendo como centralidade a produção de alimentos saudáveis, a preservação dos bens comuns da natureza e a contribuição para a resolução dos problemas estruturais que existem em nossa sociedade e têm uma relação direta com a não realização da reforma agrária. Para isso, é fundamental que a sociedade assuma esse debate e aponte para caminhos que contribuam para a realização dessa política estrutural e transformadora.

A questão passa pelo entendimento de que a terra é um bem comum e, portanto, deve cumprir sua função social. Desse modo, deve-se criar assentamentos próximos às cidades, priorizando a produção de hortifrutigranjeiros, com a garantia e disponibilização da in-


fraestrutura para viabilizar a logística e a distribuição de alimentos a preços acessíveis; e assegurar que o acesso à alimentação seja um direito de todos e todas e as famílias agricultoras sejam remuneradas de forma justa. Além disso, contribui para a resolução do desemprego, gerando trabalho e produzindo alimentos saudáveis.

A reforma agrária é possível se o Estado brasileiro tiver a disposição de fazer valer o preceito da Constituição Federal, desapropriando terras que não cumprem sua função social. São cerca de 100 mil famílias acampadas que lutam pelo direito à terra. Entre elas, há a urgência de assentar com prioridade as 65 mil famílias acampadas que estão há mais de dez anos debaixo da lona preta.

Contudo, as ações governamentais emergenciais não podem se limitar ao acesso à terra, mas também devem construir o fortalecimento de um modelo de agricultura que contemple a agroecologia como base produtiva sustentável. Além disso, é preciso ter uma atenção aos assentamentos existentes e apresentar políticas públicas que garantam a permanência de gente no campo, cumprindo a mais bela e importante tarefa cabida aos camponeses e camponesas: produzir alimentos para alimentar o mundo!

É necessário criar comunidades de produção de alimentos, com moradia, saneamento, água, escolas, espaços de lazer e de cultura, que fomentem novas sociabilidades, fortalecidas por mulheres, pela juventude, pela comunidade LGBTQIA+, pelo povo preto e toda a gama de comunidades tradicionais que preservam a sustentabilidade de seus territórios.

A história das reformas agrárias populares pelo mundo indica aportes importantes para compreendermos a economia agrária em sua relação com o contexto econômico periférico e com a estabilidade política interna. De fato, os casos da reforma agrária na China, Vietnã, Cuba e México indicam que a construção de um projeto popular de derrota do latifúndio determina condições políticas de estabilidade nacional, garantindo condições de vida no campo e sustentando inclusive a economia urbana.

Neste momento de intercâmbios entre potências emergentes globais, de desafios ao enfrentamento da fome, êxodo rural, necessidade do avanço de tecnologias produtivas em benefício comum e urgência da sustentabilidade e do desenvolvimento da produção de alimentos no mundo, o Brasil pode desempenhar um papel relevante, com uma articulação para contribuir com soluções para o país e para fins globais. Enfrentar tais desafios vai exigir mais do que vontade política; vai exigir a realização de reformas estruturais, entre elas a realização da tardia reforma agrária. 

*Débora Nunes é agricultora, assentada e integrante da direção nacional do MST.

BANCADA RURALISTA

Até onde vai o poder do agro?

Uma avaliação do alcance da agenda da Bancada Ruralista no Congresso durante o governo Bolsonaro

POR VINICIUS MORAES DA CUNHA*

Que a Bancada Ruralista constitui um dos grupos de interesse mais organizados do Congresso Nacional é informação bem disseminada. No entanto, ela consegue tudo que almeja? Essa questão guia a reflexão do texto a seguir. Nosso ponto de partida é o seguinte: houve um alinhamento de interesses entre o Executivo capitaneado por Bolsonaro, um Congresso majoritariamente conservador e um poderoso grupo de interesse, os ruralistas. Queremos entender qual foi a resultante desse alinhamento nesses últimos quatro anos.

Em outubro de 2022, o então presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), nome oficial da Bancada Ruralista, Sérgio Souza (MDB-PR), ao lado do candidato Bolsonaro, declarou que: “É muito claro o que aconteceu e acontece no Brasil nos últimos anos. O agro não parou nem durante a pandemia. O agro é o grande pilar de sustentação deste país [...]. A bancada do agro no Congresso Nacional tomou um lado, o lado dos caminhos para a direita [...]. O lado da liberdade. O lado do presidente Jair Bolsonaro. Estamos juntos nessa campanha”.¹

Fazia sentido. Desde as eleições de 2018, Bolsonaro se comprometeu com as pautas do setor, desde suas demandas econômicas até a defesa de matérias marcadamente conflitivas. Aliás, no pleito de 2018, a bancada do agro declarou apoio ao “capitão” desde o primeiro turno. Em eleições anteriores, a praxe do setor consistia em distribuir a todos os candidatos uma lista com um conjunto de demandas. A praxe mudou.

O ex-presidente acenava, durante a campanha, à bancada BBB (boi, Bíblia e bala) para dentro e fora do Congresso. Uma vez vencidas as eleições, Bolsonaro nomeou para o Ministério da Agricultura a última presidenta da FPA, a então deputada e hoje senadora Tereza Cristina (PP-MS). A FPA, entendida como uma coalizão formada por parlamentares e atores do setor produtivo, passou a ter um tipo de colaboração direta do Executivo de forma inédita. Não que governos anteriores tenham deixado de estabelecer pontes sólidas com o setor. Os governos do PT não se fecharam ao agro. Ao contrário, sempre o impulsionaram.

Lula, aliás, durante a campanha de 2022, queixava-se de certa ingratidão do setor. Temer, por sua vez, estabeleceu conexões poderosas com a Bancada Ruralista. Vale lembrar que mais de 80% dos deputados da FPA votaram a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Em troca de apoio no Congresso, Temer abraçou a agenda do agro. Buscou comprometer-se com algumas demandas, destacando o Funrural (os ruralistas queriam uma MP para facilitar o pagamento de dívidas previdenciárias), além do Licenciamento Ambiental e a Regularização Fundiária. A MP foi conquistada. Já as pautas com impacto ambiental não. O processo de afastamento de Dilma aumentou a capacidade de incidência da Bancada Ruralista, principalmente em relação a matérias mais conflitivas. A chegada de Bolsonaro à Presidência coroou esse movimento. No entanto, como veremos adiante, nem tudo foi conquistado.

No segundo turno da campanha de 2018, os ruralistas haviam entregado a Bolsonaro uma lista com dez itens que compunham suas prioridades. No topo das reivindicações, encontravam-se o Licenciamento Ambiental, a Regularização Fundiária, investimentos na área da infraestrutura e logística, a paralisação das demarcações de terras indígenas (TIs), a liberação de agrotóxicos, a retirada da Funai de seu papel de intervenção em processos de licenciamento ambiental próximos a terras indígenas, entre outras.

Ao longo da legislatura, esses pontos iniciais foram se transformando em um programa mais sofisticado. Algumas dessas pautas estavam na esfera do Congresso, cabendo, assim, aos deputados e senadores ruralistas levar adiante. Já outras demandavam a participação do Executivo para viabilizá-las. Para analisarmos melhor o desempenho da agenda ruralista, dividiremos os últimos quatro anos legislativos em dois biênios. No biênio 2019/2020, a FPA foi presidida pelo deputado Alceu Moreira (MDB-RS), enquanto no 2021/2022 a presidência esteve a cargo de Sérgio Souza (MDB-PR).

Durante a gestão de Moreira, os ruralistas, segundo os próprios, obtiveram vitórias importantes.² No contexto da pandemia, a FPA apoiou e apresentou algumas

medidas, como o PL n. 14.016/2020, que previa o combate ao desperdício de alimentos. Com maior impacto, os ruralistas atuaram para criar a Lei do Agro (derivada da MP n. 897/2019), que, entre outras medidas, passou a permitir o uso dos Fundos Garantidores Solidários (FGS) como base para assegurar empréstimos. Segundo seus defensores, a lei ofertaria até R\$ 5 bilhões em novas linhas de crédito. No campo da infraestrutura e logística, destacam-se o ID Agro, cadastro que permite ao produtor rural registrar suas máquinas e tratores, além do Decreto n. 9.744/2019, que previa desconto na energia rural.

Na esfera trabalhista, a bancada articulou junto ao Executivo uma mudança na MP n. 936/2020, reduzindo de 20% para uma faixa entre 1% e 4,5% a contribuição para a previdência de empresas ligadas ao agro. Importante registrar também a “desburocratização” da Norma Reguladora 31 (NR 31), que, a princípio, estabelece critérios que podem interditar uma propriedade em caso de risco à integridade do trabalhador.

Para terminar a avaliação desse primeiro biênio, mais quatro projetos. A Lei n. 13.879/2019 autorizou o uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) como fundo garantidor de investimentos em conectividade, a regulamentação da Vaquejada (Lei n. 13.873/2019) e a regulamentação do porte rural de armas na extensão de toda a propriedade (Lei n. 13.870/2019). O quarto projeto merece destaque: a Lei n. 13.887/2019 autorizou que propriedades possivelmente relacionadas a ilícitos ambientais pudessem entrar no Programa de Regularização Ambiental (PRA), se o imóvel estivesse inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até dezembro de 2020. Como fica patente, muitas dessas medidas foram viáveis em razão da sintonia entre o Executivo e os ruralistas. Essas matérias importantes aprovadas não foram as únicas, mas aqui cabe destacá-las por questão de espaço.

Já sob o comando de Sérgio Souza, merece destaque a aprovação do Pagamento por Serviços Ambientais (Lei n. 14.119/2021). Em termos de investimentos, a bancada negociou R\$ 3,68 bilhões do PLN4 (que abriu crédito especial ao orçamento da União) para programas ligados ao Plano Safra. Vale destacar a aprovação do Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (FIAgro). Essa iniciativa abre no mercado financeiro um fundo que permite, ao mesmo tempo, o uso desses recursos para investimentos e a participação nos lucros do agro por investidores. Os ruralistas esperam com isso aumentar os investimentos no setor para além do Plano Safra. Interessante notar os avanços das conexões entre agronegócio e mercado financeiro.

No fim do ano passado, ao apagar das luzes do ano legislativo, depois de ter sido aprovado na Câmara, o Senado

aprovou o controverso Autocontrole. De acordo com os ruralistas, a medida é modernizante, uma vez que atribui à iniciativa privada o exercício da fiscalização sanitária do agronegócio. Ao Estado caberia fiscalizar atividades de “maior risco”. Por outro lado, ambientalistas argumentam não haver cabimento propor ao vendedor a atribuição de reconhecer a conformidade legal de seu produto. A proposta foi sancionada por Bolsonaro em 29 de dezembro. Essa medida, além do chamado PL dos Agrotóxicos, foi negociada pelo agro com o recém-eleito governo Lula no contexto de aprovação da PEC da Transição.

Matérias relevantes foram conquistadas com a atuação direta do Executivo. Algumas já foram citadas. Destacam-se outras, como o Plano Safra. Em contraste com a política geral de austeridade, os recursos destinados ao Plano cresceram ano a ano. Para termos uma ideia, na virada de 2019/2020, os recursos foram de R\$ 225,29 bilhões. Já em 2022/2023, o montante saltou para R\$ 340,8 bilhões. Outra pauta importante para o agro, a liberação de agrotóxicos de certa forma foi viabilizada também pelo Executivo, que liberou em quatro anos mais de 2.100 substâncias. Ainda em matéria de flexibilização, Bolsonaro e Ricardo Salles se ocuparam de “passar a boiada”. Diga-se de passagem, a relação entre Salles e FPA foi e continua sendo bastante amistosa.

Algumas pautas prioritárias dos ruralistas, no entanto, não foram conquistadas, como o PL n. 490/2007 (demarcação de terras indígenas), o PL dos Pesticidas (agrotóxicos) e Bioinsumos. Além disso, duas das grandes apostas dos ruralistas não foram aprovadas: o Licenciamento Ambiental e a Regularização Fundiária. Para a FPA, a proposta de licenciamento alia preservação ambiental e desenvolvimento econômico, de modo a trazer segurança jurídica aos investidores. Por outro lado, ambientalistas argumentam que o novo marco pode fazer explodir o

desmatamento. Acusam principalmente a possibilidade de Licença por Adesão e Compromisso (LAC) como norma para o licenciamento. Já sobre a Regularização Fundiária, para líderes da bancada essa medida visa dar segurança jurídica para o produtor, de modo a conceder o título a quem é de direito e coibir crimes ambientais. Em contrapartida, ambientalistas apelidaram o projeto de “PL da Grilagem” por permitir que sobretudo terras públicas ocupadas ilegalmente sejam regularizadas.

O que chama a atenção é que as duas medidas foram aprovadas na Câmara, contando com o apoio de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Casa e membro da FPA. Sem embargo, pararam no Senado. Foi no Senado que o poder ruralista perdeu potência. Cabe entender então os motivos do fracasso. Podemos levantar algumas hipóteses. É possível que a articulação ruralista seja mais consistente na Câmara que no Senado. No Senado, a capacidade de intervenção da oposição aos projetos à época pode ter sido maior. Por exemplo, das 79 emendas ao Licenciamento Ambiental no Senado, 69 foram apresentadas por senadores da oposição. Vale registrar ainda uma intensa movimentação da sociedade civil: pesquisadores e acadêmicos, ambientalistas, movimentos sociais, povos indígenas, Ministério Público, entre outros atores, se engajaram para barrar essas propostas. Artistas, como Caetano Veloso, Emicida, Duda Beat e outros, organizaram o Ato pela Terra contra o chamado “pacote da destruição”. O Senado, ao que tudo indica, foi mais poroso às preocupações ambientais da sociedade civil.

Algumas conclusões prévias podem ser tiradas. Desde o afastamento de Dilma Rousseff, com a guinada à direita vivida pelo Brasil, o espaço de ação da Bancada Ruralista aumentou. Enquanto grupo de interesse, a FPA atua independentemente da coloração do governo. No entanto, é inegável que há

maior conforto ideológico à direita e que governos conservadores, tendo em vista os últimos anos, são mais permissivos às pautas marcadamente conflitivas dos ruralistas. Nesses últimos seis anos, principalmente nos últimos quatro, o sucesso de matérias relacionadas a incentivos econômicos foi notável, via Legislativo ou Executivo. Destacam-se a aprovação do FIAgro e os aumentos no Plano Safra. Por outro lado, os ruralistas não foram fortes o suficiente para apoiar suas duas propostas consideradas estratégicas para a disputa do solo: o Licenciamento e a Regularização.

O bicameralismo teve impacto no insucesso de agenda da FPA. Foi no Senado que o poder de agenda da FPA encontrou sua barreira e que a sociedade civil fez valer seus pleitos. Certamente, é preciso pesquisar mais os meandros desse processo. Mesmo com a janela de oportunidades aberta – marcada pelo alinhamento entre Executivo, Congresso conservador e ruralistas –, a atuação da FPA alcançou muito, mas não angariou tudo.

O que esperar para os próximos anos? No início da atual legislatura, a FPA tem apresentado uma série de medidas marcadamente ideológicas. Em razão de ocupações de terras do MST, os ruralistas querem abrir uma CPI para investigar o movimento, protocolaram junto à PGR pedido de investigação de João Pedro Stedile e apresentaram PLs que buscam criminalizar ocupações de terra. Por outro lado, as matérias que não foram conquistadas no ano passado (já citadas) continuam na agenda dos ruralistas. Os primeiros passos deste ano sugerem uma relação dúbia entre FPA e governo Lula. As demandas econômicas encontram eco no governo. Vale dizer que o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, é um ruralista de proa. As viagens recentes do governo à China contaram com a presença de mais de cem empresários do agro. Acordos de vários tipos estão sendo traçados, desde troca de tecnologias até diminuição de amarras burocráticas. Por outro lado, as matérias com impactos socioambientais explicitamente negativos serão confrontadas pelo governo. Marina Silva está de olho. A equação está montada. A FPA e seus parceiros produtores do agro vão pressionar o governo por investimentos. Resta saber se o retorno dado por Lula será suficiente para vencer o evidente desconforto ideológico vivido pelos ruralistas pós-eleição de 2022.

***Vinicius Moraes da Cunha** é doutorando em Administração Pública e Governo pela FGV/Eaesp, mestre em História Econômica e graduado em História pela USP.



© Bruno Kelly/Greenpeace

Máquina pulveriza agrotóxico em plantação de soja no Mato Grosso

- 1 A declaração consta em vídeo de 8 de outubro de 2022 no canal do YouTube do parlamentar.
- 2 Para quem quiser aprofundar o balanço feito pelos ruralistas desses quatro anos, no site da FPA constam duas revistas, cada qual dedicada a analisar os biênios mencionados.

O FUTURO DO PAÍS

Sete mitos mostram que o agro é importante, mas não é tudo

É inimaginável o futuro do país sem o agronegócio. Mas é evidente que a imagem de futuro do Brasil não pode ser reduzida à envelhecida metáfora de celeiro do mundo. É hora de fazer o que gerações anteriores fizeram em diferentes momentos do século XX: pactuar uma nova agenda, pensando não a curto prazo, mas nas próximas décadas

POR ARILSON FAVARETO*

Nos últimos anos tornou-se conhecido o slogan “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Nenhuma mensagem ganha tamanha repercussão sem um fundo de verdade. De fato, o agro brasileiro é um caso de sucesso tendo em vista uma série de aspectos: no intervalo de uma geração, o país saiu da condição deficitária na produção de alimentos para tornar-se um dos maiores exportadores mundiais de grãos; e a riqueza gerada com as *commodities* agropecuárias são, hoje, fundamentais para a balança comercial brasileira – a César o que é de César.

O problema é que essa constatação encobre uma série de mitos que é preciso desfazer. Afinal, é ruim para o Brasil e é ruim para o próprio agronegócio que sobre esse setor sejam depositadas expectativas que ele não cumpre nem poderá cumprir. São pelo menos sete esses mitos.

Primeiro mito: a pujança do agronegócio brasileiro resultaria do empreendedorismo heroico dos modernos produtores rurais e ao Estado caberia não onerar o setor privado. Bem ao contrário disso, é preciso lembrar que o relativo sucesso desse setor foi uma verdadeira invenção do Estado brasileiro, um caso típico de atuação do que a economista Mariana Mazzucato chama de Estado empreendedor. Uma geração de engenheiros brasileiros foi formada sob patrocínio do governo brasileiro, que os reuniu em uma empresa pública de sucesso mundial, a Embrapa. A pesquisa ali produzida viabilizou uma agricultura tropical com tecnologias difundidas por uma rede de empresas públicas de assistência técnica e extensão rural. E a adoção dessas técnicas foi financiada por um sistema público de crédito rural. É verdade que hoje parte desses instrumentos é conduzida pelo setor privado, mas não existe agro moderno, mesmo atualmente, sem as mãos do Estado. E caberia perguntar: com quais contrapartidas, além da geração de riquezas?

Segundo mito: a destruição da Amazônia não poderia ser posta na conta do agronegócio, pois as modernas tecnologias aumentam a produção sem demandar mais terra. Têm razão os líderes do setor quando dizem que boa parte dos ganhos vem do crescimento da produtividade, e não da expansão de novas áreas. Se é assim, por que suas organizações não apoiam o reforço dos mecanismos de fiscalização e proteção ambiental ou compromissos como o desmatamento zero? A resposta é simples. Porque há muitos segmentos modernos que se beneficiam da competitividade espúria, produzindo a custos mais baixos justamente pelo uso de práticas que ocorrem à margem da lei. Por exemplo, grandes frigoríficos vêm adotando protocolos de rastreamento dos fornecedores de suas matérias-primas, mas há enorme dificuldade em estender esse rastreamento para os vários elos da cadeia, pois aí se chegaria às áreas mais problemáticas. E há uma segunda razão: a expansão da fronteira agrícola funciona como válvula de escape para tensões internas ao setor empresarial – a brutal tendência de concentração do setor sufoca pequenos e médios produtores, que só conseguem sobreviver com a migração para novas áreas, acentuando o desmatamento.

Terceiro mito: desmatamento e erosão da biodiversidade, onde ocorrem, seriam feitos nos limites da lei e representariam uma espécie de custo do progresso. Porém, os dados sobre desmatamento mostram que o argumento sobre legalidade não se sustenta. E a imagem das chamadas “cidades do agronegócio” está longe de corresponder à realidade. Estudo publicado pelo Cebrap (bit.ly/3oQoW29) mostra que, dos vinte municípios campeões da produção, somente em três deles havia desempenho superior à média dos respectivos estados em indicadores econômicos e sociais.

Na maior parte deles, a riqueza produzida não se faz acompanhar de bem-estar. A razão é óbvia: parte ínfima da riqueza circula na própria região. Poucos centros urbanos prósperos restam cercados por vários municípios que, apesar de produtivos, não se beneficiam disso. Mesmo a arrecadação de impostos é pífia: a produção de *commodities* é isenta de impostos de produção e circulação, graças à extemporânea Lei Kandir; e o que se arrecada de Imposto Territorial Rural no Brasil inteiro equivale a pouco mais do que o valor obtido com IPTU de uma única cidade como Campinas. Em tempos de crise fiscal, não seria o caso de rever esse mecanismo?

Há um segmento da agricultura familiar que, com pouco ou nenhum apoio, produz tanto ou mais do que o grande agronegócio

Quarto mito: o agro estaria puxando a geração de trabalho com seu dinamismo. É verdade que tem havido expansão de empregos formais, mas isso não tem sido suficiente para compensar a perda de postos de trabalho no setor. Entre os dois últimos censos agropecuários, 1,5 milhão de ocupações desapareceram no agro brasileiro (bit.ly/42pt7AD). Ocorre que a expansão do setor se dá sobre áreas onde antes havia pequenos produtores e comunidades tradicionais que têm seus meios de vida destruídos com a substituição de cultivos, devastação das florestas e concentração da terra e da renda. Mesmo empregos gerados nos centros urbanos próximos são insuficientes, porque não há transformação local da produção, e o setor de serviços não absorve a mão de obra sobrando. Como consequência, há geração cons-

tante de demanda para as políticas de transferências de renda ou deslocamento dessas populações para outras regiões. Três cidades-modelo da produção de soja – Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde –, juntas, têm aproximadamente a mesma população que habita uma única Prefeitura Regional de São Paulo, no bairro da Vila Mariana.

Quinto mito: os grandes produtores seriam muito mais produtivos, enquanto a agricultura familiar e de pequena escala seria inviável. Esse argumento é utilizado para justificar a inadequação de políticas voltadas a produtores familiares. É inegável que há uma tendência de concentração da produção: hoje, menos de 9% dos estabelecimentos produzem 85% do volume total na agropecuária. Mas, quando se divide o valor da produção por hectares dos grandes estabelecimentos e se compara o valor obtido por hectare pela agricultura familiar, o resultado é basicamente o mesmo! Há um segmento da agricultura familiar que produz, com pouco ou nenhum apoio e de forma desconcentrada, tanto ou mais do que o grande agronegócio, o que favorece maior ocupação de trabalho e a circulação dessa riqueza nos municípios interioranos.

Sexto mito: a população mundial seguirá crescendo e o Brasil atenderá a demanda por produção de alimentos e para a diminuição da fome, sustentando o dinamismo do país. O que se sabe é que a população mundial seguirá crescendo nas próximas décadas, mas isso já se faz em ritmo mais lento do que aquele experimentado no século XX. E o serviço demográfico das Nações Unidas aponta que deve ocorrer estabilização na casa dos 10 bilhões de habitantes antes do fim deste século. Além disso, novas regiões produtoras devem emergir. E está em curso uma verdadeira revolução nas formas de produzir, como demonstra o novo livro de John Wilkinson, com papel cada vez maior

EDUCAÇÃO

para a produção próxima dos centros consumidores e menos intensiva em recursos naturais. Mesmo a China, principal destino de nossas exportações, vem passando por uma transição que deverá mudar gradativamente a relação com o Brasil. Além disso, boa parte da fome no mundo não deriva de indisponibilidade de alimentos, e sim da falta de meios para que a população mais pobre consiga comprá-los, como se sabe desde os livros clássicos do Nobel de Economia Amartya Sen. Tudo isso exigirá uma verdadeira reinvenção do agro brasileiro.

Sétimo mito: o agro brasileiro já estaria preparado para enfrentar os desafios da sustentabilidade e das exigências por alimentação saudável. O setor agroalimentar é responsável por algo entre um terço e metade das emissões globais de gases estufa. A expansão de áreas dedicadas às *commodities* conformam um dos principais vetores de erosão da biodiversidade. No Brasil, as mudanças no uso do solo respondem pela maior parte das emissões. Além disso, há aumento no número de mortes evitáveis por doenças claramente associadas ao consumo de alimentos ultraprocessados. Assim, serão cada vez maiores as exigências sobre as formas de produzir alimentos ao longo de toda a cadeia. Não bastará o argumento de que critérios socioambientais são protecionismo disfarçado. Nem é suficiente o principal vetor de inovações do agro brasileiro: ganhos de produtividade baseados no uso de modernos insumos industriais. O fato é que não haverá espaço nos mercados mundiais para negócios que não estejam claramente comprometidos com a saúde humana e o enfrentamento da emergência climática de forma sistêmica, e não apenas pontual.

Diante de tudo isso, quais são os desafios para o Brasil? Os primeiros cem dias do governo Lula não servem de parâmetro para o que está por vir. Foi feito esforço considerável para retomar programas, reconstruir estruturas e instrumentos de políticas públicas, fazer o país voltar à normalidade, enfim, discutir temas de interesse público em vez de batalhas em torno de *fake news* e similares. Não é pouca coisa. Porém, as grandes interrogações de ordem estrutural vão se impor na agenda pública muito em breve.

1) Como a reforma tributária contribuirá não somente para tornar a arrecadação mais eficiente, mas também para promover discriminação positiva, beneficiando segmentos que geram contrapartidas sociais e prejudicando segmentos que apenas se beneficiam da propriedade da terra para valorização patrimonial ou como forma de dominação e competitividade espúria? Setores intensivos em recursos naturais e que geram poucas oportunidades de inclusão produtiva continuarão privilegiados?

2) O esperado programa de obras de infraestrutura reeditará a carteira do antigo PAC, com obras esperadas pelo agronegócio que tendem a gerar enorme impacto ambiental, como a Ferrogrão ou o asfaltamento da rodovia que liga Porto Velho a Manaus? Ou haverá investimentos coerentes com a ideia de Soluções Baseadas na Natureza? A expansão de infraestrutura privilegiará a logística de exportação de bens primários ou expandirá a oferta de internet no Brasil rural, criando condições para desconcentrar as *start-ups*, hoje limitadas ao entorno de grandes centros produtores, para as áreas interioranas, onde está a maior parte dos estabelecimentos rurais e que precisam experimentar um salto de produtividade com base em outro modelo tecnológico, coerente com a ideia de uma sociobioeconomia?

3) O Brasil pretende sustentar sua inserção na economia do século XXI em torno da produção de bens primários ou promoverá uma transição sustentável, incentivando uma nova onda de inovações apoiada no que há de mais moderno em termos de conhecimento e de tecnologia? Aos mais pobres restará a inclusão por meio de transferências de renda e de programas de compras públicas? Ou é possível pensar em uma nova base econômica?

4) O que o país apresentará nas importantes reuniões internacionais sobre o clima que acontecerão nos próximos dois anos ou na reunião do G20, para lastrear sua ambição de liderar a pauta ambiental e social internacional?

Uma coisa é certa: a estratégia de duas décadas atrás, de ter agendas separadas, uma para o agronegócio convencional, outra para fortalecer a política ambiental e uma terceira para a agricultura familiar, resultou em jogo de soma zero ou negativa no Brasil rural. Houve redução no desmatamento e aumentaram os recursos para a agricultura familiar. No entanto, o número de pessoas ocupadas diminuiu, a dependência do agronegócio aumentou, e o país perdeu biodiversidade e competitividade internacional.

É inimaginável o futuro do país sem o agronegócio. Mas é evidente que a imagem de futuro do Brasil não pode ser reduzida à envelhecida metáfora do celeiro do mundo. É hora de fazer o que gerações anteriores fizeram em diferentes momentos no século XX: pactuar uma nova agenda, pensando não a curto prazo, mas nas próximas décadas. Nelas, o Brasil rural e interiorano pode desempenhar papel fundamental, desde que não seja visto apenas como território de sacrifício, a serviço de uma economia primária baseada na extração de seus recursos. 🌱

***Arlson Favareto** é sociólogo, professor da Universidade Federal do ABC, pesquisador do Cebap e coordenador da Cátedra Itinerante sobre Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano.

Políticas sociais mudam a cabeça do povo?

Quem faz a cabeça do povo é o capitalismo, que exacerba nosso lado mais individualista e narcisista, e promove 24 horas por dia a deseducação da sociedade ao estimular o consumismo, a competitividade, a ambição de riqueza, o “salve-se quem puder”

POR FREI BETTO*

Minha resposta à pergunta do título é não. Em setenta anos de União Soviética, o povo foi beneficiado com direitos que o Ocidente ainda não conquistara. Homens e mulheres desempenhavam os mesmos trabalhos e tinham igual remuneração. Já na década de 1920, seiscentas mulheres ocupavam cargos similares ao de prefeita, enquanto na maioria dos países ocidentais elas nem tinham direito a voto.

A União Soviética foi o primeiro país da Europa a apoiar direitos reprodutivos, em 1920. As mulheres detinham plena autoridade sobre o próprio corpo.¹ O ensino escolar era gratuito, inclusive a pós-graduação. Os estudantes recebiam do poder público livros didáticos e material escolar.² Também o sistema de saúde era inteiramente gratuito. O número de usuários de drogas era extremamente baixo, e os poucos que conseguiam entorpecentes o faziam por meio de turistas que contrabandeavam para dentro do bloco.³ Foram os soldados que ocuparam o Afeganistão, no fim da década de 1980, que infestaram de drogas os países soviéticos.

Apesar de tudo, a União Soviética colapsou sem que fosse disparado um único tiro. O povo deu boas-vindas ao capitalismo. Hoje, a Rússia é um dos países onde a desigualdade social é mais alarmante.

O socialismo soviético não fez a cabeça do povo em prol de uma sociedade solidária. Do mesmo modo, o Estado de bem-estar social, predominante na Europa “cristã” até ruir o Muro de Berlim, não fez a cabeça do povo.

Antonio Candido dizia que a maior conquista do socialismo não se deu nos países que o adotaram, e sim na Europa Ocidental, onde o medo do comunismo levou a burguesia a ceder os anéis para não perder os dedos.

Findo o socialismo, a burguesia ergueu os punhos e revelou sua verdadeira

face: prevalência dos privilégios do capital sobre os direitos humanos, repúdio aos refugiados, privatização dos serviços públicos e alinhamento à política belicista dos Estados Unidos.

GOVERNOS DO PT

O Brasil conheceu treze anos de governos do PT, que asseguraram à população de baixa renda vários benefícios: Bolsa Família; salário mínimo corrigido anualmente acima da inflação; Luz para Todos; Minha Casa, Minha Vida; Fies; cotas nas universidades; redução drástica da miséria, da pobreza e do desemprego; aumento da escolaridade etc.

No entanto, Dilma Rousseff foi derrubada sem que o povo fosse às ruas defender o governo. E Bolsonaro foi eleito presidente em 2018. Em 2022, perdeu para Lula pela diferença de apenas 2 milhões de votos, de um total de 156 milhões de eleitores.

FREUD E CHOMSKY

Segundo Freud, “a massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrítica, o improvável não existe para ela. [...] Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza. Vai prontamente a extremos; a suspeita exteriorizada se transforma de imediato em certeza indiscutível, um germe de antipatia se torna um ódio selvagem. Quem quiser influir, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma fala. [...] Ela respeita a força, e deixa-se influenciar apenas moderadamente pela bondade, que considera uma espécie de fraqueza. Exige de seus heróis fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo, inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição”.⁴

Quem faz a cabeça do povo é o capitalismo, que exacerba nosso lado mais individualista e narcisista, e promove 24 horas por dia a deseducação da sociedade ao estimular o consumismo, a competitividade, a ambição de riqueza, o “salve-se quem puder”.

Noam Chomsky⁵ enumera os recursos do sistema para evitar a consciência crítica: o entretenimento constante (vide a programação de TV); disfarçar os abusos como necessidades, como o aumento das tarifas dos transportes (“Medidas que são, na verdade, prejudiciais à população por favorecer os interesses escondidos de uma minoria, passam a ser tomadas como se fossem garantir benefícios em comum”); tratar o público como criança e manter a consciência infantilizada; fazer a emoção prevalecer sobre a razão; manter o público na ignorância e na mediocridade, como a linguagem cifrada utilizada nas matérias sobre economia; autcul-pabilização (sou o único responsável por meu fracasso ou sucesso); convencer que a grande mídia sabe mais do que qualquer pessoa etc. São o que Chomsky denomina de “armas silenciosas para guerras tranquilas”.

O PT governou por quatro vezes os municípios de Maricá (RJ) e Ipatinga (MG), assegurando grandes benefícios às suas populações. Em 2022, Bolsonaro venceu nos dois turnos nas duas cidades.

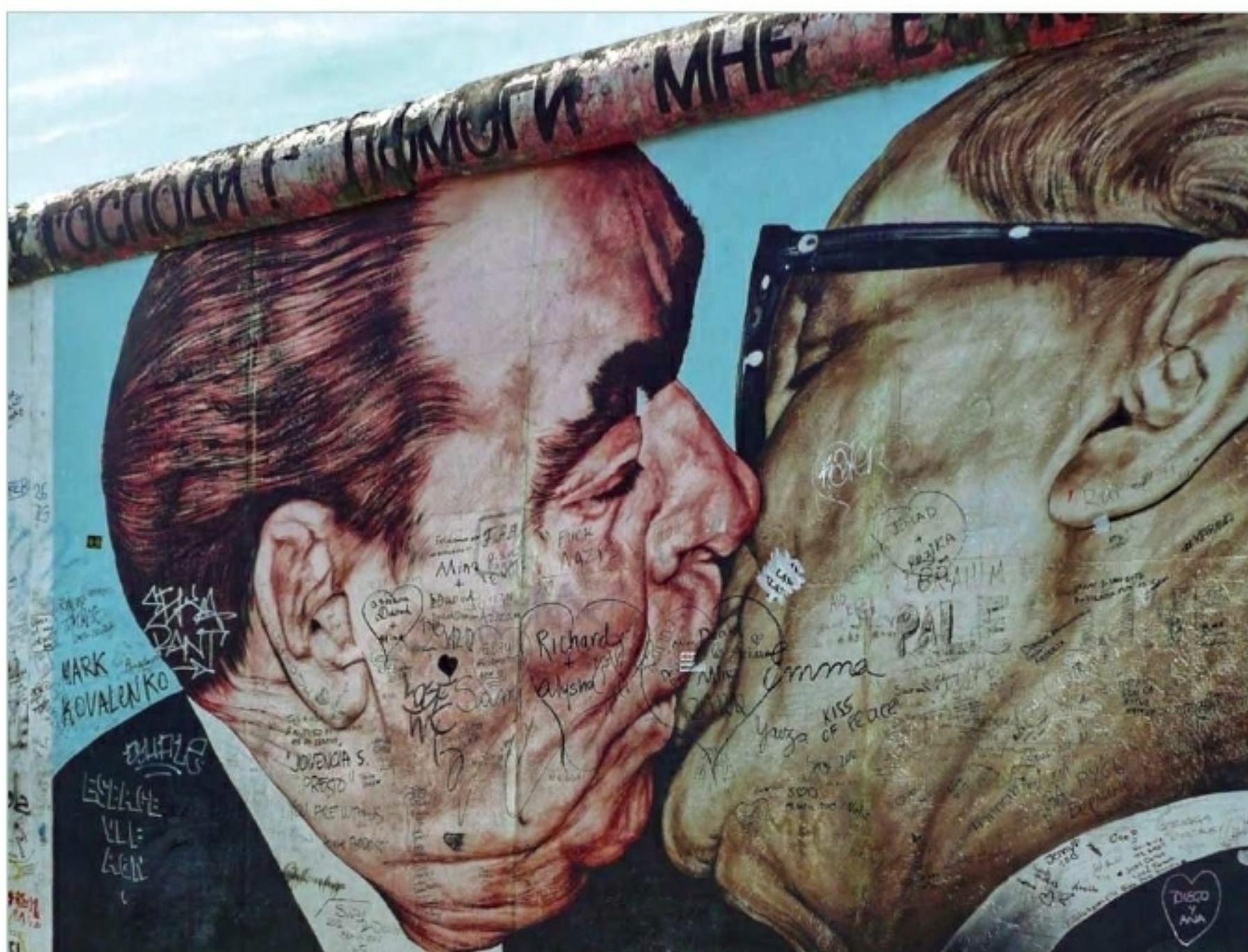
Isso significa que é real o risco de a direita voltar à Presidência da República em 2026, por mais benefícios que o governo Lula venha a garantir ao povo brasileiro. Qual é, então, a saída? Como evitar que isso ocorra?

EDUCAÇÃO POLÍTICA

Só há uma alternativa: intenso e imenso trabalho de educação popular, pelo método Paulo Freire, utilizando dois recursos preciosos de que o governo dispõe, a capilaridade e o sistema de comunicação. Capilaridade seria adotar a pedagogia paulofreiriana na formação dos agentes federais em contato com os segmentos mais vulneráveis da população, como saúde, IBGE, Embrapa etc. Por que não incluir no Bolsa Família, que atende mais de 21 milhões de famílias, uma terceira condicionalidade, além da escolaridade e da vacina? Seria a capacitação profissional. Além de propiciarem qualificação aos beneficiários, de modo que possam produzir a própria renda, as oficinas de capacitação seriam pelo método Paulo Freire. Mulheres que se inscreverem para se capacitar em oficinas de culinária e costura, por exemplo, aprenderiam esses ofícios segundo o método que desperta consciência crítica.

A REDE DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

O outro recurso é a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), poderoso sistema de comunicação em mãos do gover-



O Estado de bem-estar social, predominante na Europa “cristã” até ruir o Muro de Berlim, não fez a cabeça do povo

no federal, desde a *Voz do Brasil*, ouvida diariamente por 70 milhões de pessoas.

A TV Brasil, Canal 2, rede de televisão pública, conta com cinquenta afiliadas em 21 estados. Em 2021, ficou entre as dez emissoras mais vistas do país. O sistema de rádio EBC engloba nove emissoras próprias em dois estados e no Distrito Federal. A EBC dispõe do maior sistema de cobertura nacional de rádio, com catorze rádios afiliadas. A Rádio Nacional é uma rede de emissoras da EBC. É formada pelas seguintes emissoras: Rádio Nacional do Rio de Janeiro (alcance em todo o território nacional por transmissão via satélite); Rádio Nacional de Brasília; Nacional FM (Brasília); Rádio Nacional da Amazônia (sede em Brasília, mas programação voltada para a região Norte); Rádio Nacional do Alto Solimões (Tabatinga, AM); e Rádios MEC e MEC FM (Rio de Janeiro).

A comunicação do governo federal dispõe ainda da Radioagência Nacional, agência de notícias que distribui áudios produzidos pelas emissoras próprias da EBC e emissoras parceiras. Segundo a estatal, mais de 4.500 emissoras de rádio utilizam os conteúdos da Radioagência. E a Agência Brasil, focada em atos e fatos relacionados a governo, Estado e cidadania, alcança 9,19 milhões de usuários por mês.

Há ainda o Portal EBC, plataforma na internet que integra conteúdos dos veículos (Agência Brasil, Radioagência Nacional, Rádios EBC, TV Brasil, TV Brasil Inter-

nacional) da Empresa Brasil de Comunicação e da sociedade em um único local.

A EBC, além de gerenciar as emissoras públicas federais, é responsável pela formação da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP). A RNCP visa estabelecer uma cooperação técnica com iniciativas públicas e privadas que explorem os serviços de radiodifusão pública. Atualmente, a rede conta com 38 emissoras espalhadas por todo o país.

Dentro da política da RNCP, a EBC pode solicitar a qualquer tempo canais para execução de serviços de radiodifusão sonora (rádio FM), de sons e imagens (televisão) e retransmissão de televisão por ela própria ou por seus parceiros. São as chamadas Consignações da União. Atualmente, treze veículos são operados dessa forma em todo o país, entre eles TV Brasil Maranhão, com o Instituto Federal do Maranhão; TV UFAL, com a Universidade Federal de Alagoas; TV UFPB, com a Universidade Federal da Paraíba; TV UFSC, com a Universidade Federal de Santa Catarina; TV Universidade, com a Universidade Federal de Mato Grosso; e TV Universitária, com a Universidade Federal de Roraima.

Imagine o leitor ou a leitora toda essa rede voltada para o despertar da consciência crítica do público. Basta para isso mudar a chave epistemológica, passar da lógica analógica, que apenas foca os efeitos dos problemas sociais, para a lógica dialética, centrada nas causas dos problemas sociais.

Quando vemos na TV campanhas em favor de quem tem fome, em geral aparecem indicações de locais de coleta de alimentos e doações de cestas básicas. Em nenhum momento o noticiário levanta as perguntas: por que há pessoas com fome? Por que não têm acesso aos alimentos? É natural que haja abastados e famintos? Como superar essa desigualdade?

Há muito a fazer para conscientizar, organizar e mobilizar o povo brasileiro. Recursos existem. E há vontade política por parte de Lula e da Secretaria Geral da Presidência da República, monitorada pelo ministro Márcio Macedo. Faltam apenas maior empenho, produção de material para os veículos de comunicação social e verba para que o governo disponha de uma rede de educadores populares de, no mínimo, 50 mil pessoas!

***Frei Betto** é escritor e educador popular, autor de *Por uma educação crítica e participativa* (Rocco, 2018) e, com Paulo Freire, de *Essa escola chamada vida* (Ática, 1986), entre outros livros. Livraria virtual: freibetto.org.

- 1 David M. Heer, “Abortion, Contraception, and Population Policy in the Soviet Union” [Aborto, contracepção e política demográfica na União Soviética], *Demography*, v.2, 1965, p.531-539.
- 2 Mikhail S. Blinnikov, *A Geography of Russia and its Neighbors* [Uma geografia da Rússia e seus vizinhos], Guilford Press, 2021.
- 3 CIA, *The USSR and Illicit Drugs: Facing Up to the Problem* [A URSS e drogas ilícitas: enfrentando o problema], 1986.
- 4 Sigmund Freud, *Psicologia das massas e análise do eu*, 1921.
- 5 Noam Chomsky, *Mídia: propaganda política e manipulação*, Martins Fontes, São Paulo, 2013.

A HISTÓRIA SECRETA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Guerra Fria 2.0

Quem vencerá a batalha global dos algoritmos e das máquinas “que aprendem”? Os Estados Unidos ou a China? Por trás dessas questões esconde-se uma realidade mais prosaica. Para as empresas do Vale do Silício, o momento é propício para captar centenas de bilhões de dólares em subsídios públicos, mesmo que isso signifique tornar ainda mais dramático o confronto entre Washington e Pequim

POR EVGENY MOROZOV*

“**A** Guerra Fria acabou”, proclamava em 1988 um folheto publicitário de um curioso videogame vindo do outro lado da Cortina de Ferro. Na parte inferior da capa, um *post-scriptum*: “... ou quase”. Convidando a enfrentar o “desafio soviético”, a propaganda anunciava: “Enquanto as tensões Leste/Oeste apenas começam a reduzir, os soviéticos marcam um ponto decisivo contra os norte-americanos”. Sobre um fundo vermelho vivo, acima de uma ilustração do Kremlin cercada por figuras geométricas, exibia-se em grandes letras amarelas a palavra “Тетрис”, com o símbolo da foice e do martelo servindo de letra final. No alfabeto latino, isso deu “Tetris”.

O folheto, em exibição no Museu Nacional de História Americana em Washington, foi obra da Spectrum HoloByte, distribuidora do jogo nos Estados Unidos. A empresa de softwares do Vale do Silício, propriedade do barão da mídia britânica Robert Maxwell, já havia entendido que o tema da Guerra Fria poderia render e soube explorar todos os seus códigos – desde a música tradicional russa até as imagens de cosmonautas soviéticos –, para fazer de Tetris um sucesso fenomenal nos Estados Unidos de Ronald Reagan.¹

O então presidente da Spectrum HoloByte, Gilman Louie, tornou-se uma figura central daquilo que alguns em Washington chamam euforicamente de “Guerra Fria 2.0” – a atual batalha entre a China e os Estados Unidos pelo controle da economia mundial. Porém, o conflito, que agora se estende ao *front* tecnológico e até militar, não gira mais em torno do Tetris, e sim da inteligência artificial.

A carreira de Louie é emblemática de uma trajetória ao estilo norte-americano. No início dos anos 1980, ele ganhou fama em jogos de simulação de voo, que se tornaram tão populares que a Força Aérea dos Estados Unidos quis conhecê-lo. Em seguida, uma de suas empresas apareceu no radar de Robert Maxwell, que imediatamente a comprou. Uma coisa foi levando a outra e Louie se viu, no fim dos anos 1990, à frente da In-Q-Tel, o fundo de capital de risco da

Agência Central de Inteligência (CIA), uma entidade sem fins lucrativos que tem como uma de suas principais proezas ter apostado na tecnologia que está na base do Google Earth. E, quando o governo Donald Trump começou a lamentar o atraso de seu país na corrida tecnológica contra a China, Louie reapareceu na National Security Commission on Artificial Intelligence (NSCAI, Comissão de Segurança Nacional sobre Inteligência Artificial), um prestigiado órgão consultivo presidido por Eric Schmidt, ex-CEO da Google.

Em apenas alguns anos, Louie e Schmidt avançaram para uma colaboração muito mais próxima. O primeiro assumiu as rédeas de um fundo patrocinado pelo segundo, o America's Frontier Fund (AFF), uma estrutura sem fins lucrativos concebida nos mesmos moldes da In-Q-Tel e que se propõe a ajudar o governo dos Estados Unidos a “vencer a competição tecnológica mundial do século XXI”. O AFF afirma ser a solução para muitos outros problemas, prometendo “redinamizar a indústria, criar empregos, estimular as economias regionais e libertar o coração da América”.

A criação do AFF é uma resposta à influência crescente da China nas chamadas tecnologias “disruptivas” ou de “vanguarda”, como a inteligência artificial e a computação quântica. “Ninguém constrói tecnologias de ponta na garagem de casa”, proclama o site do fundo, opondo-se a uma visão do mito, caro ao Vale do Silício, do empreendedor individual genial. Entre os romances de Ayn Rand – apologista do capitalismo individualista² – e os subsídios públicos, o AFF prefere os segundos.

NOVO CONSENSO DE WASHINGTON

É um tanto divertido que Louie, depois de ter usado a Guerra Fria 1.0 para divulgar o Tetris, agora esteja usando a Guerra Fria 2.0 para anunciar a inteligência artificial. Ou estaria ele usando a inteligência artificial para promover a nova Guerra Fria? Nos Estados Unidos de hoje, essas duas operações retóricas são quase indistinguíveis uma da outra. A única coisa de que podemos ter certeza é que toda essa publicidade se traduzirá em dinheiro.

Para se adaptar à era da inteligência artificial, o slogan do Tetris seria “A nova Guerra Fria chegou... ou quase” – uma mensagem que soa muito bem aos ouvidos de muitos norte-americanos, das empresas de tecnologia às companhias de defesa, passando pelos *think tanks* belicistas.

Os recentes gritos de alerta sobre o atraso dos Estados Unidos na corrida pela inteligência artificial parecem ter acordado suas elites políticas, pacificamente adormecidas na terra encantada do livre mercado. Eles até poderiam fazer crer que tais elites decidiram abandonar os dogmas do Consenso de Washington – e mesmo, às vezes, que decidiram aderir ao Consenso de Pequim.

Em um artigo de coautoria de Schmidt publicado pela *Foreign Affairs*³ – a bíblia do *establishment* da política externa norte-americana –, detecta-se assim um novo entusiasmo pela ideia de um Estado forte, capaz de estimular o desenvolvimento da inteligência artificial. A isso se soma uma crítica aos erros políticos do passado: não contentes em denunciar o fascínio pela “globalização” que teria distanciado por tempo demais os Estados Unidos das “considerações estratégicas”, os autores atacam o setor de capital de risco por suas escolhas de visão curta. A solução para permitir que os Estados Unidos atinjam seus objetivos tecnológicos de longo prazo, afirmam eles, pode ser resumida em poucas palavras: “subvenções, empréstimos garantidos pelo Estado e compromissos de compra”. Nem é preciso dizer que os subsídios seriam provavelmente distribuídos por meio de entidades como o AFF, que, ao contrário das empresas de capital de risco convencionais, saberiam alocá-los com os olhos voltados para o futuro.

Em alguns momentos, Schmidt fica a dois passos de pedir uma política industrial de grande escala, mas não avança nessa linha, pois o termo ainda é “muito carregado”. O novo consenso em Washington limita-se por enquanto a pedir o aumento da ajuda pública ao setor privado, brandindo como principal justificativa o risco de ver os Estados Unidos perderem a próxima Guerra Fria.

O que alguns confundem com a emergência de um “pós-liberalismo” tem, na

verdade, todos os atributos do keynesianismo militar de outrora, no qual a ampliação dos orçamentos de Defesa deveria garantir a vitória contra a União Soviética e assegurar a prosperidade econômica dos Estados Unidos.

Inegavelmente, os laços entre o Pentágono e o Vale do Silício se fortaleceram. Para começar, o Departamento de Defesa criou o cargo de diretor digital e de inteligência artificial, confiando a Craig Martell, antigo encarregado de *learning machine* da Lyft, empresa de transporte urbano por aplicativo.

Além disso, e digam o que disserem seus funcionários, que questionam a moralidade de tais relações, as empresas de tecnologia continuam tendo muito peso no orçamento do Exército. A Alphabet pode ter desistido de trabalhar com o Pentágono no Projeto Maven – um sistema de vigilância que gerou protestos entre seus próprios engenheiros –, mas isso não a impediu de criar pouco depois o Google Public Service, uma entidade que, por trás do nome inocente, fornece ao Exército serviços de computação em nuvem (*cloud*).

Esse não é um exemplo isolado. A *expertise* do Vale do Silício é indispensável para o *establishment* militar, caso ele pretenda adotar sua visão de um sistema que integre todos os dados transmitidos pelos sensores das diversas Forças Armadas. Analisadas por meio de inteligência artificial, essas informações permitiriam desenvolver uma resposta coordenada eficaz. No fim de 2022, o Pentágono concedeu a quatro gigantes da tecnologia – Microsoft, Google, Oracle e Amazon – um polpudo contrato de US\$ 9 bilhões para desenvolver a infraestrutura desse audacioso projeto.⁴

Contudo, não estamos mais no tempo da Primeira Guerra Fria, e é difícil saber até que ponto essa generosidade pública pode “escoar”, à maneira keynesiana, até os cidadãos comuns. No campo da inteligência artificial, a maior parte dos custos de mão de obra corresponde aos salários de engenheiros famosos – que não são milhões, mas algumas centenas – e aos inúmeros subcontratados de baixo custo que trabalham para treinar os algoritmos. Estes, em sua maioria, nem estão localizados nos Estados Unidos. É dessa forma que subvenções keynesianas permitem à OpenAI evitar que o ChatGPT, seu popular *chatbot*, ofereça conteúdo obsceno.

Os benefícios econômicos da computação em nuvem também ainda não foram demonstrados. Construir fazendas de servidores (*data centers*) custa incrivelmente caro e provoca uma disparada nos preços dos imóveis. Quanto aos custos ambientais de todas essas tecnologias, eles estão longe de ser negligenciáveis. Em outras palavras, o efeito multiplicador dessa chuva de dólares é uma ilusão.

Mais que um retorno ao keynesianismo militar, a Guerra Fria 2.0 talvez marque a chegada do “neoliberalismo militar”, um estranho regime no qual o aumento contínuo dos gastos públicos em inteligência artificial e computação em nuvem aprofundará as desigualdades e enriquecerá os acionistas das gigantes da tecnologia.

ESTRANGULAMENTO DO RIVAL CHINÊS

Nessas condições, não é de admirar que tantas delas estejam morrendo de ansiedade para recomençar a Guerra Fria. E ninguém fez mais para definir esse novo consenso do que Schmidt.⁵ O ex-chefe do Google, que tem a importância de seus US\$ 20 bilhões, transita o tempo todo pelos círculos de Washington desde que fez campanha para Barack Obama em 2008. Entre 2016 e 2020, ele assumiu a chefia de um comitê do Pentágono, o Defense Innovation Board (DIB, Conselho de Inovação da Defesa) – função que o levou a visitar uma centena de bases militares norte-americanas em todo o mundo –, antes de passar para a presidência da NSCAI. Recentemente, ele também se juntou à National Security Commission on Emerging Biotechnology (NSCEB, Comissão de Segurança Nacional para Novas Biotecnologias).

Schmidt tem tantas frentes de atuação que perdemos a conta. Há, por exemplo, seu fundo de capital de risco, o Innovation Endeavors, que fornece generosos financiamentos a *start-ups* especializadas em inteligência artificial militar, como a Rebellion AI.⁶ Em outras palavras, enquanto ele e seus sócios investiam mais de US\$ 2 bilhões em empresas de inteligência artificial, Schmidt liderava o trabalho de uma comissão governamental que recomendava dar mais dinheiro público a essas mesmas empresas. Isso ajuda muito a entender os interesses por trás de seus apelos públicos.

Fiel a seu papel de agitadora, a senadora dos Estados Unidos Elizabeth Warren também pediu ao Pentágono que preste esclarecimentos sobre a natureza dos laços entre Schmidt e o governo do país, sugerindo que o Departamento de Defesa pode ter “falhado em proteger o interesse público” ao conceder-lhe uma influência tão desproporcional. Sua entrada na comissão de biotecnologia, embora ele seja um investidor da área – por meio de outro fundo de capital de risco –, também fez se erguerem muitas sobranças.⁷

E há a Schmidt Futures, uma fundação filantrópica que, quando olhamos mais de perto, é na verdade uma empresa com fins lucrativos. Recentemente, ela deu o que falar quando se descobriu que financiava os salários de mais de vinte funcionários do governo dos Estados Unidos, incluindo cargos relacionados à definição de estratégias de inteligência artificial e à regulamentação do setor de tecnologia.⁸ Schmidt

(e, indiretamente, a Schmidt Futures) até ajudou Martell a se tornar o Sr. Inteligência Artificial do Pentágono.

Como uma empresa privada pode pagar os salários dos funcionários do governo? Graças a uma brecha legislativa: algumas organizações sem fins lucrativos que, como tais, podem receber dinheiro de empresas privadas estão autorizadas a fazê-lo. No caso em questão, a entidade intermediária é a Federation of American Scientists (FAS, Federação dos Cientistas dos Estados Unidos), um conhecido *think tank* cujas origens remontam ao Projeto Manhattan. Seu atual presidente é um certo Louie, o homem que fez a glória do Tetris.

A jogada mais inteligente de Schmidt em sua operação de comunicação para promover a Guerra Fria foi trazer para a causa Henry Kissinger, figura conhecida por não se esquivar da companhia de bilionários. Talvez por influência schmidtiana, Kissinger, aos 99 anos, fala sobre inteligência artificial como um jovem de 19 anos descreveria sua primeira viagem de LSD. “Acredito que as empresas de tecnologia abriram caminho para uma nova era da consciência humana”, disse ele recentemente em uma entrevista, antes de traçar um paralelo com “o que as gerações das Luzes fizeram ao abandonar a religião em nome da razão”.⁹ Schmidt é nosso novo Voltaire...

Em 2021, Schmidt e Kissinger, auxiliados por um terceiro autor, publicaram um livro-manifesto dedicado a essa nova era.¹⁰ Nele se lê que as situações “profundamente desestabilizadoras” às quais a guerra de inteligência artificial pode dar origem são comparáveis às aquelas “criadas pelas armas nucleares”. “Devemos esperar que terroristas desenvolvam ataques usando inteligência artificial? Serão eles capazes de fazer crer que tais ataques vêm de Estados ou outros atores?” Os autores não responderam a essas perguntas, contentando-se apenas em repisar argumentos distorcidos sobre a inevitabilidade de um “Ciber-11 de Setembro” – o grito de guerra que tantas empresas de serviços militares já usaram para captar fundos públicos. O discurso alarmista levou a uma conclusão lógica: o mundo precisa de um “controle de armamentos aplicado à inteligência artificial”. E isso é tudo. O livro também não entrou em detalhes, preferindo amplas generalidades à análise.

Schmidt está tão interessado em capitalizar o que resta da reputação do ex-secretário de Estado que, no mesmo ano, fundou o Special Competitive Studies Project (SCSP, Projeto de Estudos Competitivos Especiais), um *think tank* dedicado à inteligência artificial calcado em uma iniciativa lançada por Kissinger no fim dos anos 1950, no auge da Guerra Fria. Na época, Kissinger estava longe de pedir qualquer controle de armamentos. Na verdade, ele acreditava que um conflito nuclear limitado com a União

Soviética era praticamente inevitável – e que provavelmente seria uma coisa boa para os Estados Unidos.

Apesar do lugar ocupado por essa ideia de “controle de armamentos” no livro de Schmidt e Kissinger, o SCSP foi na direção diametralmente oposta. É o que ilustra sua promoção de uma estratégia vendida sob o cativante rótulo de Offset-X.

Durante a Primeira Guerra Fria, as estratégias de defesa ditas de “compensação” (*offset*) consistiam em apoiar as mais recentes tecnologias – de armas nucleares táticas a sensores aerotransportados – a fim de compensar a inferioridade numérica dos norte-americanos em relação aos tanques, aviões e soldados soviéticos. Três dessas estratégias foram definidas a partir de meados da década de 1940, todas baseadas em diferentes pressupostos.

Aquela em que se baseia o Offset-X propõe que, no caso de uma guerra entre a China e os Estados Unidos, o Exército de Libertação Popular (ELP) da China irá atrás das redes norte-americanas; os Estados Unidos devem se preparar para isso. Um relatório recente do SCSP afirma que “o resultado de uma eventual guerra com o ELP dependerá mais do que nunca da superioridade e da resiliência de nossos sensores, redes, softwares, interfaces homem-máquina, logística e, acima de tudo, dos sistemas que os conectam ou permitem que tudo isso funcione junto”.¹¹ No mínimo, isso não parece muito com um controle de armamentos.

Para os não iniciados, tal perspectiva pode parecer assustadora, mas essas linhas dariam sono a qualquer um que conheça as decisões do Pentágono na última década. Isso porque apenas repetem as grandes linhas da terceira estratégia Offset, implantada entre 2014 e 2018 e liderada em particular pelo então secretário adjunto de Defesa, Robert Work, que com razão reapareceu no conselho consultivo do SCSP.

Os relatórios do SCSP não se destinam aos militares, mas ao público em geral. É ele quem deve ser convencido da necessidade de aumentar os recursos que a Defesa destina à inteligência artificial. Para isso, é necessário demonstrar duas coisas: que a China está vencendo a corrida pela supremacia nessa tecnologia avançada e que tal vitória significaria uma derrota militar para os Estados Unidos. A segunda hipótese, até o momento, não passa de ficção científica. Mas é mesmo verdade que a China está tão perto do triunfo? Pelo contrário, parece que ainda está a léguas de distância disso,¹² a julgar por sua incapacidade de desenvolver um concorrente crível ao ChatGPT – a catastrófica apresentação do Ernie Bot pela Baidu resultou no desabamento do preço de suas ações.

A liderança do Vale do Silício em linguagens de grande porte (*Large Language Models*), ou seja, nas técnicas de aprendi-

zado profundo utilizadas pelo ChatGPT, decorre em parte da hegemonia cultural dos Estados Unidos. Se a OpenAI domina a competição a tal ponto, é sobretudo porque pode treinar seu modelo com base em um gigantesco *corpus* de textos em inglês, abundantes na web. Há muito menos conteúdo em mandarim.

Para quem já se preocupava com o imperialismo cultural dos Estados Unidos, o ChatGPT dá novos motivos para preocupação, pois ele pode muito bem se estabelecer como o recurso-padrão para responder a todas as perguntas do mundo – ainda mais por fornecer as respostas mais insípidas e politicamente corretas que poderiam existir. Todos nós corremos o risco de nos tornarmos prisioneiros das guerras culturais “da América”.

Para além do campo específico dos modelos de linguagem, pode-se, no entanto, pensar que o avanço tecnológico da China vai bem. Segundo um estudo publicado por um importante *think tank* australiano, o país é líder em 37 tecnologias essenciais, de um total de 44, em uma lista que inclui áreas tão variadas quanto defesa, espaço, robótica, energia, meio ambiente, biotecnologias, inteligência artificial, materiais avançados e tecnologias quânticas cruciais.¹³

O problema com avaliações desse tipo é que, com frequência – e excessivamente –, elas se baseiam em critérios como o desempenho relativo das instituições acadêmicas, a quantidade de publicações ou o número de pesquisadores formados. Isso pode servir de indicador para identificar uma posição dominante em determinado setor, mas todo esse trabalho de



© Lintao Zhang/Reuters

pesquisa não vale nada sem a capacidade de colocar as descobertas em prática.

E é nesse ponto que os esforços dos Estados Unidos para conter a ascensão da China podem ser frutíferos, seja quebrando o domínio da Huawei no 5G ou impedindo que a China alcance a autossuficiência na fabricação de chips avançados.

Sobre esse assunto, as empresas de tecnologia e os prestadores de serviços militares nem sempre estão de acordo. As primeiras desejam em geral conservar seu acesso ao mercado civil chinês, nem que seja somente por seu tamanho, por isso são veementemente contrárias a uma Guerra Fria total. Já os segundos não têm esses limites, pois geralmente não têm contratos civis, e está fora de cogitação colaborar com o Exército chinês, sob pena de serem rompidos a parceria com o Pentágono. Eles querem a Guerra Fria 2.0 – e querem para já. Alguns não veriam nenhum inconveniente, inclusive, em vê-la transformar-se em uma guerra quente.

A política do governo Joe Biden, baseada em um paciente porém efetivo estrangulamento do rival chinês, reflete o difícil acordo entre os dois campos. Os Estados Unidos tentam convencer aliados como a Holanda, a Coreia do Sul e o Japão a parar de vender tecnologias essenciais à China. O país também usa instrumentos legais herdados da Guerra Fria, entre eles a chamada Regra do Produto Direto Estrangeiro, que proíbe empresas estrangeiras de exportarem para a China produtos fabricados por meio de tecnologia norte-americana.

A ideia é aumentar o custo do desenvolvimento da inteligência artificial,

mas sem torná-lo proibitivo, de modo que as aspirações de autonomia chinesas se traduzam em benefícios para as empresas norte-americanas. Além disso, ao desacelerarem a China em suas ambições, as medidas de Biden permitem aos Estados Unidos ganhar tempo para lidar com seus próprios problemas de inteligência artificial (majoritariamente relacionados ao fato de que eles têm ovos demais na cesta dos chips taiwaneses). Pelo menos já não há mais ninguém em Washington escondendo que o objetivo explícito é manter a China em estado de dependência e lucrar com isso – atitude denunciada em seu tempo por teóricos da dependência, como André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini.

O fator desconhecido continua sendo a capacidade que a China tem de liderar uma coalizão internacional, seja qual for a forma que ela venha a assumir, a fim de promover seus interesses. Isso porque os Estados Unidos, de sua parte, não estão agindo sozinhos. Eles operam ou lideram diversas iniciativas internacionais, como a Global Partnership for Artificial Intelligence (Parceria Mundial para a Inteligência Artificial) e a AI Partnership for Defense (Parceria de Inteligência Artificial para a Defesa). Recentemente, o AFF de Schmidt anunciou a criação de um fundo conjunto com a Índia, o Japão e a Austrália sob os auspícios do Quadrilateral Security Dialogue (Diálogo Quadrilateral para a Segurança), um agrupamento de Defesa entre os quatro países que tem o objetivo de conter o entusiasmo chinês.

A maioria dessas operações é realizada sob a bandeira da defesa da democracia e da paz no mundo, ainda que à custa da ampliação dos orçamentos militares e do crescente enriquecimento das empresas de tecnologia e seus acionistas.

A EUROPA NOS BRAÇOS NORTE-AMERICANOS?

Em meio a toda essa agitação, a Europa se destaca pela ausência. A razão é óbvia: no campo militar, ela segue os Estados Unidos. Quando ocorrem mudanças, elas costumam ser de alcance mínimo, como quando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) anunciou a escolha da Holanda para sediar a empresa gestora de seu novo fundo de inovação dotado de 1 bilhão de euros – das moedinhas aos fardos de dinheiro. Mesmo que a guerra na Ucrânia tenha levado os países europeus a aumentar seus gastos militares, é seguro apostar que serão empresas norte-americanas, como a Palantir, liderada por Peter Thiel, que ficarão com a maior parte desse novo maná dedicado à inteligência artificial.

A essa altura, o fato de as gigantes dos Estados Unidos ainda não terem passado à velocidade máxima deve-se muito mais às leis europeias de proteção da privacidade do que a políticas públicas ativas. Embora o ChatGPT tenha sido proibido na Itália e um tribunal alemão tenha julgado inconstitucional o uso do software de análise de dados da Palantir pelas forças policiais para prevenir crimes antes que eles aconteçam, ninguém sabe por quanto tempo esses diques vão aguentar a pressão.


Se considerarmos discursos recentes amplamente divulgados pela imprensa, a retórica dos Estados Unidos sobre a Guerra Fria 2.0 encontra eco em membros da Comissão Europeia. Podemos supor que isso levará a uma deterioração das relações entre a União Europeia e a China, empurrando a primeira ainda mais para os braços da tecnologia norte-americana. Claramente, o bloco europeu seria mais sábio em jogar os dois lados um contra o outro, como tentou fazer no passado em outras questões.

Em 2014, a cientista política Linda Weiss argumentou que a liderança tecnológica dos Estados Unidos tinha mais relação com os esforços da Defesa do que com o Vale do Silício.¹⁴ Ela observou que, privado do rival da Guerra Fria, o Pentágono havia perdido sua capacidade de produzir inovações revolucionárias, perguntando-se até “por que a China ainda não se transformou em um concorrente motor da inovação, como a União Soviética e o Japão”. Era apenas uma questão de tempo.

Weiss acreditava então que, se quisesse continuar à frente na corrida tecnológica, os Estados Unidos teriam de superar sua obsessão com o que ela chamava de “financeirismo”, ou seja, deixar de lado os interesses de Wall Street e se

concentrar na reconstrução de sua indústria. Naturalmente, a obsessão pelas finanças nunca diminuiu, mas um fenômeno muito mais estranho surgiu. Embora estejamos efetivamente assistindo ao início de uma realocação da produção de chips, ainda é impossível saber se os Estados Unidos vão reencarnar como líderes mundiais do setor.

Contra todas as probabilidades, talvez seja menos o caso de um apagamento de Wall Street do que de uma ascensão do Vale do Silício, determinado a capitalizar a onda da inteligência artificial, que tirou os Estados Unidos de seu sono, ao mesmo tempo que alça a China à categoria de inimigo estratégico, como outrora foi a União Soviética.

E se tudo tiver começado com o Tetris? A nova Guerra Fria começa. Ou quase... 

***Evgeny Morozov** é fundador e editor do The Syllabus, uma plataforma de conhecimento sem fins lucrativos. “The Santiago Boys”, seu podcast sobre o legado tecnológico de Salvador Allende, está previsto para 2023.

- 1 A improvável história desse jogo, que saiu da União Soviética para desembarcar em computadores do mundo todo, é contada em *Tetris*, filme da Apple TV+ lançado em 31 de março de 2023. *The Tetris Effect* [O efeito Tetris], de Dan Ackerman (PublicAffairs, Nova York, 2016), continua sendo um livro indispensável sobre o assunto.
- 2 Ler François Flahaut, “Ni dieu, ni maître, ni impôts” [Nem deus, nem patrão, nem impostos], *Le Monde Diplomatique*, ago. 2008.
- 3 Eric Schmidt e Yli Bajraktari, “America could lose the tech contest with China” [América pode perder a disputa tecnológica contra a China], *Foreign Affairs*, Nova York, 8 set. 2022. Bajraktari é diretor do SCSP, o *think tank* de Schmidt dedicado à inteligência artificial.
- 4 Defensescoop.com, 7 dez. 2022.
- 5 Ver Kate Kaye, “Inside Eric Schmidt’s push to profit from an AI cold war with China” [Por dentro dos esforços de Eric Schmidt para tirar proveito de uma Guerra Fria da inteligência artificial com a China], *Protocol*, 31 out. 2022.
- 6 Jonathan Guyer, “Inside the chaos at Washington’s most connected military tech startup” [Dentro do caos na *start-up* de tecnologia militar mais conectada de Washington], *Vox*, 14 dez. 2022.
- 7 CNBC.com, 13 dez. 2022.
- 8 Ver Alex Thompson, “Ex-Google boss helps fund dozens of jobs in Biden’s administration” [Ex-chefe do Google ajuda a financiar dezenas de empregos do governo Biden], *Politico*, 22 dez. 2022.
- 9 *Time*, Nova York, 5 nov. 2021.
- 10 Henry A. Kissinger, Eric Schmidt e Daniel Huttenlocher, *The Age of AI: And Our Human Future* [A era da inteligência artificial: e nosso futuro humano], Little, Brown and Company, Nova York, 2021.
- 11 “The Future of Conflict and the New Requirements of Defense. Interim Panel Report” [O futuro do conflito e os novos requisitos de defesa. Relatório preliminar do Painel], Special Competitive Studies Project, out. 2022.
- 12 Ler Gabrielle Chou, “La Chine entravée dans la bataille de l’intelligence artificielle” [China travada na batalha da inteligência artificial], *Le Monde Diplomatique*, abr. 2023.
- 13 Jamie Gaida et al., “ASPI’s Critical Technology Tracker: The global race for future power” [Observatório de tecnologia crítica do Aspi: a corrida global pelo poder no futuro], Australian Strategic Policy Institute, 2 mar. 2023.
- 14 Linda Weiss, *America Inc.: Innovation and Enterprise in the National Security State* [Estados Unidos S.A.: Inovação e empreendedorismo no Estado de Segurança Nacional], Cornell University Press, Ithaca, 2014.



Xi Jinping e Biden, em 2013: atualmente Comissão Europeia segue alinhada aos EUA

UMA ESTRATÉGIA PARA SE LIVRAR DAS GARRAS DOS ESTADOS UNIDOS

Na América Latina, o não alinhamento a serviço da paz

“É preciso que os Estados Unidos parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz”, declarou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 14 de abril, em Pequim, durante uma visita de Estado. Tal posicionamento sobre o conflito ucraniano tem valor simbólico, em um contexto em que muitos países latino-americanos buscam se livrar da hegemonia de Washington

POR CHRISTOPHE VENTURA*

“Temos de pensar como a Argentina pode se tornar uma espécie de porta de entrada da América Latina para que a Rússia possa se inserir de forma mais assertiva.” Quando o presidente peronista de centro-esquerda da Argentina, Alberto Fernández, proferiu essas palavras após seu encontro privado com Vladimir Putin, em Moscou, em 3 de fevereiro de 2022, ele ignorava que a Rússia estava prestes a invadir militarmente seu vizinho ucraniano, desprezando o direito internacional, notadamente os princípios de não agressão, não uso da força na solução de controvérsias e não violação da integridade territorial dos Estados. Desde pelo menos 1997, data da primeira declaração conjunta da China e da Rússia nesse sentido nas Nações Unidas,¹ Moscou afirma seguir esses princípios como parte da promoção de uma “nova ordem internacional multipolar” – uma perspectiva que o lado argentino ainda subscreve plenamente.

Na América Latina, tradicional zona de influência dos Estados Unidos desde o fim do século XIX, essa vontade de reconstruir um sistema internacional aliviado da influência de Washington e seus aliados europeus é, de fato, muito popular. Tem sido o roteiro da maioria dos governos progressistas da região desde o início dos anos 2000 e, nesse quadro de análise, as capitais latino-americanas consideram a Rússia um freio às reivindicações hegemônicas de Washington.

Naquele fevereiro de 2022, durante sua escala em Moscou a caminho da inauguração dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim, o ocupante da Casa Rosada preocupava-se exclusivamente em tirar seu país de uma profunda crise econômica e social, agravada pela pandemia de Covid-19. Fernández estava ciente de que o agravamento da crise poderia comprometer as chances do campo peronista na eleição presidencial de outubro de 2023. Nesse contexto, sua prioridade era afrouxar a dívida que seu antecessor conservador, Mauricio Macri, contraíra em 2018 com o

FMI ao aceitar severas medidas de austeridade. Fernández sabia: quem diz FMI, diz Washington.

PONTOS FORTES DA RÚSSIA

Assim, o presidente argentino dirigiu-se à Rússia, país com o qual a Argentina mantém um acordo de “associação estratégica integral” desde 2015, graças ao qual seus concidadãos puderam receber as primeiras doses da vacina (Sputnik V), em dezembro de 2020, no momento mais dramático da pandemia de Covid-19. Nesse período, uma dezena de outros países latino-americanos também se beneficiaram com essas vacinas. Na época, os Estados Unidos primavam pela discricção em termos de cooperação sanitária na região. Foi, portanto, em clima de aproximação russo-argentina que o presidente Fernández declarou aos jornalistas presentes, não sem segundas intenções em relação à administração norte-americana: “Persisto em pensar que a Argentina deve deixar de ser tão dependente do Fundo e dos Estados Unidos, e que um caminho em direção a outros aliados deve se abrir. Nesse sentido, a Rússia desempenha um papel muito importante”.

Essa sequência diplomática em Moscou é emblemática da natureza dos laços desenvolvidos por um grande número de países latino-americanos com a Rússia e a China desde o início dos anos 2000. Como para muitos outros países do Sul, trata-se de diversificar as relações comerciais, parcerias políticas, militares e tecnológicas, de modo a poder jogar uns contra os outros e se beneficiar de relações de força mais favoráveis num sistema internacional em que eles contestam cada vez mais a hierarquia de poder do que as estruturas econômicas.

Nesse contexto, a Rússia dispõe de ativos sólidos. Desde a época czarista, estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil recém-independente (1828), com o Uruguai (1857), a Argentina (1885) e o México (1890). No século XX, a crise dos mísseis em Cuba, em 1962,² em plena Guerra Fria, foi, sem dúvida, o ápice da aproximação da região com a União So-

viética. Se a dissolução desta última em 1991 cortou alguns vínculos, novos foram forjados durante os anos 2000, graças a quatro fatores: a virada à esquerda da América Latina (a maioria dos líderes desejava manter Washington fora dos assuntos regionais); a relativa negligência da região por parte dos Estados Unidos, atolados em suas guerras no Afeganistão e no Oriente Médio; a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC); e, por fim, a chegada de Vladimir Putin ao poder. Em razão de seu projeto de restauração gradual do poder russo no cenário internacional, os laços entre os países latino-americanos e a Rússia se estreitaram em diversos setores – infraestrutura, mineração, setor energético (petróleo, gás, nuclear civil), aeronáutica, universidade – ainda que o volume geral de comércio permaneça modesto (menos de 1% do comércio total dos países latino-americanos no mundo).

A grande maioria das capitais condenou a invasão russa nas Nações Unidas, mas não votou textos que exigiam solidariedade às sanções

RECUSA DAS SANÇÕES

No campo militar, a Venezuela (80% das vendas de armas de Moscou na região), Cuba e Nicarágua são os clientes estratégicos da Rússia. No entanto, a nação euro-asiática também coopera com outros países, como Brasil, Colômbia e Peru, na área de equipamentos (helicópteros, aviões, sistemas de defesa). Já no plano comercial, Brasil e México são os dois principais parceiros de Moscou na região (mais de 50% de seu comércio).

As relações com o Brasil iniciaram-se no âmbito da organização dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Brasília tornou-se, assim, o principal exportador latino-americano para o mercado russo (soja, açúcar, carne,

minerais). Moscou fornece ao setor agrícola estratégico do Brasil uma parte decisiva dos fertilizantes de que ele precisa. Desde 2015, a Rússia também mantém uma relação diplomática oficial com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e seus 33 países-membros.

Como a Argentina e o Brasil, dependentes de fertilizantes russos, muitos países não podem mais se isolar de Moscou em certos setores, especialmente desde a crise global de saúde que mergulhou a América Latina na “pior crise econômica em 120 anos”, segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).³ A essa crise se somam as primeiras consequências do conflito na Ucrânia, as pressões da inflação e a alta dos preços das *commodities*. Esses fenômenos contribuem para aumentar os custos da produção agrícola, bem como os do consumo de energia de muitos países dependentes de importação de combustíveis na América Central, no Caribe ou na América do Sul (Chile). O contexto é mais favorável para os países produtores e exportadores de combustíveis ou matérias-primas (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Paraguai e Uruguai). Além disso, ao aumentar várias vezes suas taxas de juros desde o início da guerra para conter a inflação, o Federal Reserve (Fed), o Banco Central dos Estados Unidos, provocou um refluxo de capital internacional da América Latina para os mercados norte-americanos.

Nesse difícil contexto, a Ucrânia sofre de um grave déficit de peso (econômico) e notoriedade (política) em relação ao seu adversário russo, exceto em um caso que não favoreceu automaticamente os governos de esquerda na região: Cuba. Desde 2019, de fato, Kiev, no âmbito de sua aliança com Washington, se absteve sistematicamente durante as votações da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) exigindo o fim do embargo imposto desde 1962 pelos Estados Unidos em Havana.

Na América Latina, em realidade, o governo ucraniano tem apenas um



Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e Alberto Fernández, da Argentina, durante cerimônia na Casa Rosada, em Buenos Aires, em janeiro de 2023

apoiador: Alejandro Giammattei, o presidente de direita da Guatemala. Em 25 de julho de 2022, este último viajou para Kiev, tornando-se o primeiro – e único – líder latino-americano a fazer uma viagem para apoiar Volodymyr Zelensky. Tratava-se, sobretudo, de enviar uma mensagem de lealdade aos Estados Unidos, já que seu governo se encontrava em dificuldades com a administração norte-americana em função de vários inquéritos (notadamente sobre corrupção), e as eleições gerais se aproximam – serão em breve, em junho de 2023. Se de um lado Giammattei espera receber os dividendos de seu “compromisso”, de outro Washington não consegue encontrar nenhum país latino-americano aliado para aplicar sanções contra Moscou, muito menos enviar armas para Kiev – apesar do desejo expresso pela general Laura Richardson, chefe do Comando Militar do Comando Sul dos Estados Unidos, diante do Atlantic Council, um *think tank* de Washington, em 19 de janeiro.

INICIATIVA DIPLOMÁTICA

Essas recusas são expressas até mesmo no quintal centro-americano de Washington. El Salvador, liderado pelo presidente populista autoritário Nayib Bukele, em desgraça com Washington, sistematicamente junta sua voz a países que, como Bolívia e Cuba – adversários habituais dos Estados Unidos –, se abstêm nas resoluções das Nações Unidas condenando a Rússia. A Nicarágua agora faz parte do grupo de países que apoiam

diretamente a Rússia (junto com Bielorrússia, Coreia do Norte, Eritreia, Mali e Síria), depois de se abster na votação de 28 de fevereiro de 2022 na ONU. A Venezuela, finalmente, não participa dessas consultas por não estar em dia com suas contribuições. Sua diplomacia navega entre a lealdade ao aliado russo e a retomada dos contatos com Washington com vista a uma hipotética normalização, no quadro do novo acordo criado pela crise energética global.

Os votos latino-americanos são determinados pela combinação de várias lógicas. Em primeiro lugar, a fidelidade às suas posições diplomáticas tradicionais: respeito pelo direito internacional, pela integridade das fronteiras e pela soberania dos Estados, rejeição do unilateralismo e do uso da força na resolução de conflitos, procura de soluções pacíficas para os conflitos induzindo a uma posição de não alinhamento. Em seguida, o nível de desconfiança econômica em relação aos Estados Unidos e às potências ocidentais. Por fim, os interesses políticos e econômicos nacionais, determinados de forma pragmática, dentro de uma ordem internacional incerta e em recomposição, na qual a relação do país com a China constitui uma bússola. Com base nisso, a grande maioria das capitais condenou a invasão russa nas Nações Unidas, mas não votou textos que exigiam solidariedade às sanções tomadas ou previstas contra Moscou.

No entanto, torna-se cada vez mais difícil apoiar diretamente a Rússia, já que seu governo agora pretende usar os

mesmos métodos de Washington para resolver diferenças em sua própria zona histórica de influência. “A invasão da Ucrânia tem antecedentes na expansão da Otan em direção à Rússia, mas isso não deve legitimar a invasão militar de um país por outro”, explica Celso Amorim, assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para relações internacionais e promotor, ao lado dele, de uma proposta de criação de um “grupo de países pela paz” entre a Rússia e a Ucrânia, defendendo um cessar-fogo negociado e uma solução.

Apresentada desde fevereiro de 2023 na América Latina, em Washington, na Europa – notadamente na França, Alemanha, Espanha e Portugal –, em Moscou, em Kiev, no G20 sob presidência indiana, em Pequim e em Abu Dhabi, essa iniciativa propõe, para ganhar peso e atingir seus objetivos, iniciar um processo multilateral mobilizando, além da China, outros países do Sul membros dos Brics e do G20 que possuem relações com todos os atores (ocidentais e não ocidentais) do conflito, entre eles Índia, Índia (que ocupará a presidência do G20 em 2023) e África do Sul (sede da próxima cúpula do Brics em 2023 e responsável pela presidência do G20 em 2025). Nesse processo diplomático, Brasília também antecipa a presidência russa dos Brics em 2024 e sua própria do G20 em 2024, e dos Brics em 2025.

Essa iniciativa pela paz, que passa ao largo do Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderia resultar, segundo o presidente Lula, em última instância,

na criação de um “G20 político” encarregado, a longo prazo, de vários temas internacionais (clima, paz, economia, tecnologia, democracia...). De seu ponto de vista, o processo deve levar ao surgimento de novos formatos de deliberação, mais favoráveis aos países do Sul.

Tal projeto conseguirá despertar interesse entre as potências ocidentais? Até agora, Estados Unidos e União Europeia rejeitam a legitimidade da mediação brasileira na Guerra da Ucrânia, acusando Brasília de ingenuidade e proximidade demais com Moscou e Pequim. A iniciativa do presidente brasileiro é, porém, uma das poucas a se destacar do maximalismo que impera, sob risco da paz mundial, em Bruxelas e nas capitais europeias, em Washington, Kiev e Moscou.

***Christophe Ventura** é diretor de pesquisa do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas (Iris), da França, e autor de *Géopolitique de l'Amérique latine* [Geopolítica da América Latina], Eyrolles, Paris, 2022.

1 Declaração conjunta sino-russa sobre um mundo multipolar e o estabelecimento de uma nova ordem internacional, 15 maio 1997. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/2> Ler Danielle Ganser, “Retour sur la crise des missiles à Cuba” [Retorno à crise dos mísseis em Cuba], *Le Monde Diplomatique*, nov. 2002. Ler também Peter Kornbluh, “Missiles, mensonges et diplomatie” [Mísseis, mentiras e diplomacia], jan. 2023.

3 Eva Vergara, “Pandemia es peor crisis en América Latina en 120 años, Cepal” [Pandemia é a pior crise na América Latina em 120 anos, Cepal], Associated Press, Nova York, 16 dez. 2020.

UM CAMINHO PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL AUTÔNOMA

Mercosul, o sonho de livre comércio da esquerda latina

Menos de um mês depois de assumir o cargo, o presidente Lula afirmou ser “urgente e altamente indispensável” que seu país ratifique a proposta de tratado de livre comércio que visa vincular a União Europeia e o Mercosul, o Mercado Comum do Sul, criado há mais de trinta anos e que une Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai

POR LUIS ALBERTO REYGADA*

O “Libertador” Simón Bolívar (1783-1830) sonhava unir a América Latina para emancipá-la. Em 1991, Buenos Aires, Brasília, Assunção e Montevideu se uniram, mas com outro projeto: “Aumentar o tamanho de [seus] mercados”. Em 26 de março daquele ano, os governos dos quatro países, todos conservadores, assinaram o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercado Comum do Sul (Mercosur, na sigla em espanhol, e Mercosul, na versão em português). O objetivo? Criar, em menos de quatro anos, um espaço econômico partilhado, para “assegurar uma integração internacional bem-sucedida”, adaptada à “evolução do contexto internacional”, por meio de uma “coordenação das políticas macroeconômicas” e de uma melhor “complementaridade dos setores econômicos”.¹

O “contexto internacional” era de mudança. No início dos anos 1990, o “fundo do ar não era vermelho”,² mas da cor do dólar. O colapso do bloco soviético consagrou o triunfo dos Estados Unidos e do modelo neoliberal. O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) proferiu, então, um discurso em Moscou, no dia 16 de julho de 1990, no qual explicava que havia chegado a hora da “transição para economias de mercado eficazes”. O novo equilíbrio global – que se anunciava unipolar – impunha a submissão das decisões políticas a uma “lei econômica” moldada pelos promotores do livre comércio, como Banco Mundial, FMI e secretaria do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt). A armadilha da dívida acabava de se fechar na América Latina, à custa de uma “década perdida” de crescimento econômico. Era a vez das políticas de ajustes estruturais inspiradas pelo Consenso de Washington (privatização, desregulamentação, redução do investimento público etc.). Ou seja, era a passagem de um ciclo de regionalização desenvolvimentista (1950-1980) para outro, em sintonia com a época.

Ao denunciar as deficiências de um sistema internacional que favorecia os países do “centro”, industrializados, em

detrimento da periferia, produtora de matérias-primas, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) defendeu uma integração regional autocentrada, capaz de promover a industrialização da região por meio da proteção aduaneira. A partir de 1990, a instituição abraçou a virada neoliberal e promoveu um “regionalismo aberto”.³ Sair das políticas de industrialização por substituição de importações: tratava-se agora de conceber a integração regional como forma de aumentar as exportações apostando num “contexto de abertura e desregulamentação, com o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região”.⁴

Eis o pano de fundo no qual, após ter adotado um programa de liberalização

comercial, o Mercosul se constituiu, em 1º de janeiro de 1995, como união aduaneira. Ainda que imperfeito, era o mais bem-sucedido projeto de integração conhecido até então na América Latina. Dotados de uma estrutura institucional previamente consolidada com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto (dezembro de 1994) e de uma tarifa externa comum efetiva para 85% da nomenclatura aduaneira, seus membros almejavam conduzir uma política de comércio exterior coordenada, reforçada por uma impressionante dinamização de suas trocas.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ANTINORTE-AMERICANA

Em quatro anos, o aumento do comércio exterior do bloco foi realmente

significativo (crescimento de 53% nas exportações e de 114% nas importações) e o tráfego dentro da região quase triplicou, saltando de US\$ 10,4 bilhões para quase US\$ 30 bilhões. Em constante crescimento, o comércio do bloco não demoraria a representar até um quarto do comércio total dos países do subcontinente (pico atingido em 1998), enquanto não passava a linha dos 10% antes da assinatura do tratado.

Se em 1947 os diplomatas norte-americanos advogavam “opor-se a tudo [...] que pudesse facilitar a formação de um ‘bloco do Sul’” que “colocasse em perigo uma unidade hemisférica” ajustada aos seus interesses,⁵ o marco neoliberal no qual nasceu o Mercosul tranquilizava Washington. Pelo menos inicialmente.



Correa, Evo, Nestor e Cristina Kirchner, Fernandez, Lula, Nicanor e Hugo Chávez na fundação do Banco del Sur, em 2007

A situação mudou quando o Brasil manifestou a intenção de se valer do Tratado de Assunção para criar uma zona de livre comércio sul-americana, que se oporia ao projeto de acordo de livre comércio para todo o continente americano defendido pelo então presidente George H. Bush: The Americas Initiative (Iniciativa para as Américas).⁶ Rebatizado de Tratado de Livre Comércio das Américas (Alca) e lançado com grande alarde em Miami em 1994 por seu sucessor, Bill Clinton (sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos – OEA), esse projeto, que se estenderia do Alasca à Terra do Fogo (exceto Cuba), não sobreviveu à virada à esquerda operada pelo Mercosul alguns anos depois.

Com a chegada, em 2003, do presidente Lula e do argentino Néstor Kirchner, o Mercosul ganhou um novo impulso, marcado pelo retorno de questões políticas: desenvolvimento produtivo, questões sociais e criação de novos canais de representação e participação popular nas estruturas institucionais do bloco (criação do Parlamento [Parlasul], da Unidade de Apoio à Participação Social, do Instituto Social, do Instituto de Políticas Públicas em Matéria de Direitos Humanos, do Fundo de Convergência Estrutural etc.). O “Consenso de Buenos Aires” forjado pelos dois presidentes buscava transformar o Mercado Comum do Sul em um marco de ação geopolítica: “Um novo polo de poder” para promover a integração re-

gional e a cooperação Sul-Sul, segundo a jornalista Cledis Candelaresi.⁷

Enquanto a América Latina era inundada por uma onda progressista no início dos anos 2000, o Mercosul “progressista” foi fortalecido pelas eleições de Tabaré Vázquez no Uruguai (2004) e Fernando Lugo no Paraguai (2008). A incorporação da Venezuela de Hugo Chávez como seu quinto membro em 2006 impulsionou-o ao posto de “organização política antiamericana”, aos olhos dos Estados Unidos.⁸ Washington, por sua vez, apoiou a criação da Aliança do Pacífico (AP), lançada em 2011 por quatro países governados por conservadores com os quais Washington já havia assinado acordos de livre comércio: Chile, Colômbia, México e Peru.

Fechado o parêntese progressista latino-americano, com o retorno da direita no Paraguai (2012), na Argentina (2015) e depois no Brasil (2016), o Mercosul, livre da Venezuela (o país foi suspenso em 2017), voltou ao seu caráter puramente comercial. Trinta anos depois de assinar o Tratado de Assunção, o ex-presidente uruguaio Lacalle Herrera declarou, em 2021, que era “urgente afrouxar os laços [entre os Estados-membros], torná-los puramente comerciais [e] remover o enquadramento político”.⁹ Seu filho, Luis Lacalle Pou, atual presidente (eleito em novembro de 2019), parece ter assumido como missão sabotar o Tratado de 1991. Ao defender a “flexibilização” que permite a cada membro concluir acordos comerciais unilateralmente, seu governo, já em negociações com a China e a Turquia, ameaça implodir a união aduaneira e transformar o Mercosul em uma simples zona de livre comércio. Também apresentou oficialmente, no fim de 2022, um pedido de adesão do Paraguai ao grupo Parceria Transpacífica, um acordo de livre comércio do qual já fazem parte Chile, México e Peru, deixando seus parceiros do Mercosul irritados.

ABRIR AS VEIAS COM A EUROPA?

“São duas concepções de integração que se chocam”, analisa Ernesto Samper, ex-secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), organização de integração regional criada em 2008 e posteriormente rejeitada por governos conservadores. “Uma é conservadora, na qual cada país favorece seus próprios interesses e há uma relação direta com os Estados Unidos e, em última análise, uma subordinação, enquanto a outra é progressista, não se reduz ao comércio e busca construir um regionalismo integral.”

No âmbito comercial, especificamente, o comitê técnico do Mercosul saúda (em seu último relatório anual) o aumento do comércio no bloco em 2021: 37% para um total de US\$ 600 bilhões, o que supera até mesmo os números pré-pandêmicos, com uma balança comercial favorável de quase US\$ 80 bilhões.

No entanto, esses resultados se devem principalmente ao aumento do preço das commodities – que concentram 80% das exportações – e não escondem uma taxa de crescimento “estruturalmente fraca”, de acordo com a Cepal. Pouco otimista, a instituição alerta para a perda de mercado, principalmente no setor manufatureiro, bem como para uma “crescente desintegração comercial e produtiva”, com a queda do comércio interno no bloco para 11%.¹⁰

É nesse contexto que Lula defende o relançamento do processo de ratificação do tratado de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Seus colaboradores mais próximos veem a medida como uma alavanca para os setores industriais e tecnológicos do Cone Sul, ao mesmo tempo que promove o “jogo multipolar”, com uma diversificação de parceiros comerciais que permitiria sair da rivalidade comercial China-Estados Unidos.¹¹

No entanto, explica o uruguaio Ubaldo Aita, integrante do grupo progressista do Parlasul, “o mercado é incapaz de enfrentar sozinho os desafios com os quais somos confrontados. Pelo contrário: a divisão internacional do trabalho confina nossa região à produção de bens de pouco valor agregado”. A abertura das comportas do comércio com o Velho Continente realmente tiraria os países do Mercosul do fluxo econômico em que se encontram? Alguns duvidam: “A América Latina pretende se industrializar”, alertou o chefe da delegação argentina ao Parlasul. “Nosso objetivo é desenvolver nossa região; nossos povos não precisam de um acordo com a UE, que serviria apenas para consolidar a primarização de nossa economia”, acrescentou, diante de seus colegas ambientalistas europeus sensíveis ao desmatamento, às mudanças climáticas e à influência do cultivo da soja.¹²

EXEMPLO AOS DEMAIS PAÍSES

Do lado europeu, a inquietude também é evidente, especialmente em um setor agrícola preocupado com padrões sociais, sanitários ou ambientais diferentes e uma concorrência desleal. Da mesma forma, ativistas ambientais europeus temem um “fortalecimento da agroindústria”.¹³

A volta ao poder de Lula pode significar o ressurgimento de um Mercosul progressista, quando este já parece ceder às sereias do livre comércio? Um bloco de 270 milhões de habitantes, com uma área quase continental, representando quase a metade do PIB da América Latina – o que corresponderia à oitava potência mundial –, poderia, então, pesar geopoliticamente. Isso sem nem sequer evocar a perspectiva de uma aliança com a Venezuela e a Bolívia.

Ao mesmo tempo, pode haver limites na consolidação de um Mercosul progressista, dado o atual fortalecimento da

aliança estratégica entre Buenos Aires e Brasília, exposta às flutuações políticas (eleições presidenciais ocorrerão em outubro próximo na Argentina) e às demandas liberais europeias. O tratado com a UE é, portanto, frequentemente apresentado como um acordo de “carros por vacas”, representativo das clássicas trocas Norte-Sul, e que poderia acentuar as assimetrias dentro do bloco latino-americano.

“Com uma abordagem ‘solidarista’, o Mercosul pode se tornar um trampolim eficaz para que seus membros adquiram mais autonomia e mais margem de manobra dentro do sistema internacional”, argumenta o pesquisador Alejandro Simonoff, professor da Universidade de La Plata. “Pode servir de exemplo a outros países latino-americanos, no sentido de promover uma integração regional profunda que, por meio da coordenação política, sirva para lutar contra a posição subalterna estruturalmente atribuída aos nossos Estados periféricos”, acrescenta. Assim, o intelectual argentino Jorge Abelardo Ramos teria razão em sugerir que, “desde as guerras de independência, nada mais importante aconteceu na América Latina do que a criação do Mercosul”.

*Luis Alberto Reygada é jornalista.



© Reuters

- 1 Todas as citações deste parágrafo foram extraídas do Tratado para a Constituição de um Mercado Comum, assinado em Assunção em 26 de março de 1991.
- 2 Em referência ao documentário *Le fond de l'air est rouge* (O fundo do ar é vermelho), filme francês de 1977 realizado por Chris Marker. [N.T.]
- 3 Ler Baptiste Albertone e Anne-Dominique Correa, “L’institution qui a inventé l’Amérique latine” [A instituição que inventou a América Latina], *Le Monde Diplomatique*, fev. 2022.
- 4 “El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad” [Regionalismo aberto na América Latina e Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade], Cepal, Santiago do Chile, set. 1994.
- 5 Memorando do diretor do Escritório de Assuntos das Repúblicas Americanas, arquivos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, 20 maio 1947.
- 6 Ler Ricardo Seitenfus, “Washington manœuvre contre le Mercosur” [Manobra de Washington contra o Mercosul], *Le Monde Diplomatique*, fev. 1998.
- 7 Cledis Candelaresi, “El Consenso de Buenos Aires, una forma de decirle no a Estados Unidos” [O Consenso de Buenos Aires, uma forma de dizer não aos Estados Unidos], *Página 12*, Buenos Aires, 17 out. 2003.
- 8 Telegrama da Embaixada norte-americana em Assunção de 17 de maio de 2007, publicado por WikiLeaks em março de 2011.
- 9 Revista de imprensa do Parlamento do Mercosul de 18 a 20 de setembro de 2021.
- 10 Boletim de Comércio Exterior do Mercosul, n.5, Cepal, jun. 2022.
- 11 “América del Sur en la nueva geopolítica global” [A América do Sul na nova geopolítica global], entrevista com Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores durante os dois primeiros mandatos de Lula e atualmente seu principal assessor diplomático, *Nueva Sociedad*, n.301, Buenos Aires, set.-out. 2022.
- 12 Nota de imprensa publicada em 15 de março de 2023 no site do Parlamento do Mercosul. Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/13> “Quel est l’objectif de l’accord entre l’UE et le Mercosur?” [Qual é o objetivo do acordo entre a UE e o Mercosul?]. Disponível em: www.greenpeace.fr/.

EUROPA IMPULSIONA A XENOFOBIA

Os indesejáveis subsaarianos na Tunísia

No primeiro trimestre de 2023, a Itália registrou um aumento espetacular no número de migrantes que chegam pelo mar. Mais da metade vem da costa da Tunísia. O governo italiano alerta para os riscos de uma grave crise migratória até o verão, já que muitos dos candidatos ao exílio são cidadãos subsaarianos fugindo do ambiente deletério e xenófobo mantido pela Tunísia

POR THIERRY BRÉSILLON*

Em uma atmosfera saturada de tensões entre tunisianos e migrantes subsaarianos, bastaram algumas frases do presidente Kaïs Saïed para acender o barril de pólvora. Após uma reunião do Conselho de Segurança Nacional dedicado às “medidas urgentes” que seriam necessárias para coibir “a presença de um grande número de migrantes ilegais oriundos da África Subsaariana”, um comunicado postado na página do Facebook da presidência em 21 de fevereiro endossou uma versão tunisiana da teoria da “Grande Substituição”:¹ no contexto de “um plano criminoso elaborado desde o início deste século”, afirma o comunicado, “alguns partidos [teriam] recebido grandes somas de dinheiro, desde 2011, para o estabelecimento de imigrantes irregulares subsaarianos na Tunísia”, com o propósito de “reduzir a Tunísia à sua dimensão africana e despojá-la de seu pertencimento árabe e islâmico”.

Embora a polícia já estivesse realizando operações de controle de migrantes desde meados de fevereiro, a Guarda Nacional anunciou, no dia seguinte ao comunicado presidencial, “uma campanha de prisões contra tunisianos que hospedam ou empregam migrantes em situação irregular”. Nos dias seguintes, centenas, até milhares de migrantes subsaarianos foram expulsos de suas casas pelos proprietários, muitas vezes no meio da noite, sem aviso, sem conseguir levar nada nem recuperar o depósito que já haviam pago; às vezes com o auxílio violento de vizinhos, que aproveitaram para saquear os bens dos inquilinos e arrancar deles suas economias. Em alguns casos, grupos de cidadãos “vigilantes” apoiaram, e até anteciparam, as operações de controle policial, enquanto as prisões se multiplicavam.

Por várias semanas, milhares de migrantes subsaarianos aterrorizados permaneceram trancados em casa, com medo de serem presos ou agredidos, contando apenas com a solidariedade de grupos tunisianos de ajuda mútua para se abastecer. As embaixadas da

Costa do Marfim, da Guiné, do Senegal e do Mali organizaram voos para repatriar cidadãos que quisessem regressar a seus países. Essa também foi uma resposta desses Estados à comoção causada em sua opinião pública pelas declarações condenatórias proferidas pelo presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat.²

O presidente da Tunísia julgou então necessário recordar que apenas os migrantes em situação irregular eram alvo de suas declarações, que eles são as principais vítimas da exploração operada por empregadores locais e passadores de migrantes, que a Tunísia não pode negar seu pertencimento africano e que suas palavras foram deliberadamente mal interpretadas para prejudicá-lo. O ministro das Relações Exteriores, Nabil Ammar, por sua vez, deu garantias às embaixadas dos países subsaarianos e aos organismos internacionais quanto ao compromisso da Tunísia em respeitar os direitos humanos. No entanto, as autoridades tunisianas insistem em dizer que há uma “campanha” contra a Tunísia e se recusam a condenar explicitamente os ataques de natureza racista – o governo acaba de criar um número de telefone gratuito para vítimas de abusos fazerem suas denúncias –, bem como, e principalmente, a reconhecer o problema que é colocar a migração como instrumento de um “plano criminoso”.

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO

Essa “teoria” não é produto da imaginação de Kaïs Saïed. Ela circula há meses na Tunísia, sendo articulada e popularizada por um micropartido criado por iniciativa de duas pessoas em 2018. No contexto de uma retórica fascista no sentido exato do termo – ódio à democracia, apologia da violência contra adversários políticos e uso da guerra como forma de mobilizar as energias nacionais –, o Partido Nacional da Tunísia pretende demonstrar que o país está passando por uma “colonização subsaariana” apoiada por fundos europeus destinados a manter imigrantes na Áfri-

ca e organizações de defesa dos direitos humanos acusadas de impor ao governo políticas favoráveis aos migrantes.

Com uma presença cada vez maior na mídia, que se iniciou nas redes sociais, o partido conseguiu pautar um debate público sobre a presença de 700 mil cidadãos subsaarianos na Tunísia, o que é uma aberração, pois os dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que, entre 2010 e 2021, essa população triplicou no país, passando de 7 mil para 21 mil indivíduos (o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas apresenta a cifra de 57 mil pessoas em 2019). Esse tipo de consideração não está restrito a conversas de bar. Mabrouk Korchid, que foi ministro da Propriedade Estatal da Tunísia entre setembro de 2017 e novembro de 2018, lançou, em 2 de janeiro, em uma rádio tunisiana: “Estão trazendo africanos para a Tunísia para que eles se casem e mudem a morfologia do povo tunisiano”. Em um registro mais especializado, o acadêmico tunisiano Taoufik Bourhou, professor de Ciência Política da Universidade de Lyon III, afirmou, em uma coluna publicada no dia 15 de fevereiro, que “as chegadas em massa descontroladas assumem a aparência de uma submersão que dentro de cinco anos, no máximo, inverterá o equilíbrio demográfico da Tunísia [...]. Segundo dados de chegadas e instalação, serão entre 1,2 milhão e 1,7 milhão em cinco anos”.³

Para apoiar sua tese, o Partido Nacional da Tunísia refere-se a vídeos antigos nos quais figuras polêmicas do movimento afrocentrista proclamam: “A África sempre foi apenas negra. [Os magrebinos] só precisam voltar para sua casa na Arábia Saudita”. Ou ainda: “A Tunísia é negra, o Marrocos é negro, a Líbia é negra. Conclamamos nosso povo a reconquistar seu território”. Esses discursos – na verdade, muito marginais, inspirados por uma leitura questionável dos escritos do grande pensador Cheikh Anta Diop – constituem na maior parte das vezes uma forma de reação ao racismo sofrido nos países do



Magreb.⁴ Ali, as relações entre árabes e negros ainda são marcadas pela memória da escravidão (embora algumas populações berberes do sul também tivessem pele negra).⁵ A percepção dos corpos negros como uma força bruta a ser domesticada e, portanto, menos-prezada ainda se expressa nos insultos comumente proferidos: *kahlouch* (termo que poderia ser traduzido como “escuro”, mas cujo alcance pejorativo é muitas vezes comparável ao da palavra “preto”),⁶ *oussif* (escravo)... Isso sem mencionar as cusparadas e pedradas. Agressões, estupros e assassinatos costumam ficar sem solução quando se trata de vítimas negras. “A polícia me perguntou como eu me atrevia a apresentar uma queixa contra tunisianos em seu próprio país e me mandou embora”, conta-nos a vítima de um estupro coletivo cometido no início de fevereiro. Uma lei criminalizando o racismo foi aprovada em outubro de 2018 – porém, é preciso mais do que um texto para mudar a mentalidade das pessoas.

Foi nesse ambiente que o chefe de Estado resolveu acolher as colocações do

© Suzane Lopes



Partido Nacional da Tunísia (enviadas a ele em um relatório algumas semanas antes). Assumindo esse discurso, o presidente da República deu crédito à fantasia afrocentrista de um grupelho que gostaria de erradicar a arabidade do Magreb; acima de tudo, ele oficializou uma releitura conspiratória de uma mudança muito real da dinâmica migratória na Tunísia.

Desde a década de 1990, a Tunísia foi se convertendo de país que recebia migrantes em país de trânsito para migrantes subsaarianos a caminho da Europa, em razão de sua proximidade com a ilha italiana de Lampedusa, e depois em país de imigração. Primeiro, com a deslocalização do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) em 2003, após a crise política na Costa do Marfim, “que foi o ponto de partida de uma imigração africana, principalmente marfinense, por meio de redes que se sedimentaram em Túnis”.⁷ Depois, com a escolha da Tunísia da era Zine al-Abidine ben Ali de atrair para estabelecimentos privados de ensino em expansão estudantes das classes médias

emergentes africanas. Mais recentemente, a crueldade das condições de prisão sob o jugo das milícias líbias⁸ e as expulsões forçadas em pleno deserto praticadas pela Argélia desviaram para a Tunísia as rotas da migração clandestina provenientes da África Ocidental e do Sahel. Os migrantes interceptados passaram a ser desembarcados na Tunísia, mesmo quando vinham da Líbia. Em poucos anos, alguns bairros de Túnis e Sfax, cidade industrial e favoravelmente localizada nas correntes marítimas rumo a Lampedusa, viram sua composição populacional mudar.

A grande maioria dos migrantes subsaarianos encontra-se em situação administrativa irregular. Mesmo as pessoas elegíveis para uma autorização de residência enfrentam grandes dificuldades por causa da lentidão da burocracia. Todos estão sujeitos a multas de 20 dinares (R\$ 33) por semana de atraso para sair do território. A dívida assim acumulada, de vários milhares de dinares, faz da Tunísia uma prisão a céu aberto para eles. Esses migrantes precarizados, obrigados a trabalhar

localmente a fim de reunir os valores necessários para financiar seu regresso ou para viabilizar a continuação da viagem para a Europa, ganham cada vez mais visibilidade nas profissões de serviço – construção, trabalho em restaurantes e doméstico –, aceitando salários em média 30% abaixo daqueles pagos aos tunisianos. Suas condições de vida também favorecem o exercício de atividades ilegais (prostituição, tráfico de drogas etc.) e, consequentemente, a xenofobia.

A travessia do Mediterrâneo continua sendo o principal objetivo dos migrantes subsaarianos. Em 2022, eles representavam metade das 38 mil pessoas interceptadas na costa da Tunísia. Essa indústria de “coiotes” está nas mãos de redes bem estabelecidas, instaladas principalmente em Sfax. Elas controlam todas as etapas – construção dos barcos, compra de motores, aluguel de casas, obtenção de informações junto à polícia para evitar interceptações – e têm um volume de negócios que chegaria a cerca de 1 milhão de euros por mês.

CLIMA DE MEDO

A Europa, por sua vez, desde o fim da década de 1990 passou a confiar a gestão de sua fronteira sul aos países do Magreb. Mais apresentável que a Líbia e mais cooperativa que a Argélia, a Tunísia – em transição democrática desde 2011 e signatária de acordos de parceria com a União Europeia – representa um interlocutor ideal. A cooperação com a política migratória europeia tornou-se uma condição cada vez mais explícita para a obtenção de ajuda econômica. Enquanto o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) e a Organização Internacional para as Migrações gerem respectivamente a triagem dos refugiados e os regressos “voluntários”, os Estados-membros do bloco europeu e a Itália, em particular, alocam sempre mais recursos para a Tunísia, com o objetivo de adensar um dispositivo de controle marítimo cada vez mais bem coordenado entre europeus e tunisianos.

“Para os italianos, porém, esses dispositivos já não bastam mais”, avalia Romdhane Ben Amor, do Fórum Tunisiano para os Direitos Econômicos e Sociais (FTDES). Buscando “secar” o reservatório de candidatos ao exílio, “o governo italiano encoraja as autoridades tunisianas a pressionar os migrantes subsaarianos”, continua. “A maneira mais fácil de fazer isso é criar um clima de medo para incentivar quem está lá a sair e a dissuadir outros de vir.” Em 18 de janeiro, um mês antes do início da campanha policial para controlar os migrantes indocumentados, Antonio Tajani, ministro italiano das Relações Exteriores, e Matteo Piantadosi, seu colega do Interior, estiveram em Túnis para tratar da luta contra a migração clandestina. A declaração da presidência da Tunísia do dia 21 de feve-

reiro, portanto, atendeu tanto às expectativas de uma opinião pública muito inflamada quanto da Itália (e, de maneira mais ampla, da União Europeia).

O governo de Giorgia Meloni comprometeu-se a defender a causa da Tunísia, à beira da inadimplência, perante os doadores de fundos. Uma causa difícil: enquanto o FMI condicionou a concessão de um empréstimo de US\$ 1,9 bilhão ao longo de quatro anos à adoção de medidas de austeridade, o presidente da República afirmou, em 6 de abril, que “as injunções estrangeiras só levam a mais empobrecimento”.

A diplomacia tunisiana trabalha para apagar os efeitos dessa comunicação presidencial abrupta junto aos Estados africanos. Em 5 de março, foram anunciadas disposições para facilitar a regularização dos cidadãos subsaarianos que podem solicitar autorização de residência (em particular estudantes) e reduzir o peso das multas por atraso. Mas o objetivo continua sendo afastar da Tunísia os candidatos à migração.

As fanfarrônicas de todo tipo praticadas por Kaïs Saïed prejudicam a capacidade dos tunisianos de lidar com a questão da migração de formas distintas da abordagem securitária (a migração é perigosa) ou da injunção moral (o racismo é ruim), para formular sua própria política, concertada em escala continental e adaptada à nova realidade migratória africana, na qual a Tunísia está de fato inserida.

*Thierry Brésillon é jornalista.

- 1 Teoria da conspiração nacionalista branca disseminada na Europa que afirma que a população branca está sendo substituída por povos não europeus por meio da migração em massa, do crescimento demográfico e de uma queda na taxa de natalidade europeia.
- 2 “Le Président de la Commission de l’Union Africaine condamne fermement les déclarations raciales sur des compatriotes Africains en Tunisie” [Presidente da Comissão da União Africana condena veementemente declarações raciais sobre compatriotas africanos na Tunísia], União Africana, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://au.int/fr>.
- 3 Ler Tewfik Bourgu, “Pays en danger de disparition” [Um país em risco de desaparecimento], Univernews, 15 fev. 2022.
- 4 Ler Sarah Zaïmi, “Afrocentrism is trending in the Maghreb. It’s because Sub-Saharan migrants are rewriting their narrative” [Afrocentrismo em alta no Magreb. É porque os migrantes subsaarianos estão reescrevendo sua narrativa], Atlantic Council, 6 mar. 2023.
- 5 Choukri el Hamel, *Le Maroc noir. Une histoire de l’esclavage, de la race et de l’islam* [O Marrocos negro. Uma história da escravidão, da raça e do islã], La Croisée des Chemins, Casablanca, 2019.
- 6 Ler Akram Belkaid, “Racisme” [Racismo]. In: “Le défi tunisien” [O desafio tunisiano], *Manière de Voir*, n.160, ago.-set. 2018.
- 7 Cf. Camille Cassarini, “L’immigration subsaharienne en Tunisie: de la reconnaissance d’un fait social à la création d’un enjeu gestionnaire” [Imigração subsaariana na Tunísia: do reconhecimento de um fato social à criação de um desafio de gestão], *Migrations Société*, n.179, Paris, jan. 2020.
- 8 Ler Ian Urbina, “La Libye, garde-chiourme de l’Europe face aux migrants” [Libia, a carcereira da Europa contra os migrantes], *Le Monde Diplomatique*, jan. 2022.

NO RIO MEKONG

A fronteira flutuante entre o Camboja e o Vietnã

Mais de cinquenta fronteiras terrestres no mundo são objeto de disputas entre vizinhos. Alguns conflitos dão origem a confrontos regulares, outros estão congelados, e alguns se encontram ainda em via de resolução, tendo os países envolvidos decidido negociar. É o caso de Hanói e Phnom Penh, que iniciaram discussões há mais de doze anos

POR LOUIS RAYMOND*

No posto fronteiriço entre Moc Bai e Bavet, o ponto de passagem terrestre mais utilizado entre o Vietnã e o Camboja, reina um ambiente que não deixa transparecer a disputa que há muito opõe os dois países. Afáveis, os policiais vietnamitas carimbam os passaportes de turistas estrangeiros, desembarcados de seus ônibus apenas por formalidade. No entanto, observando mais de perto, os três cartazes diante da cabine dos guardas de fronteira nos lembram que a história das relações entre os dois Estados que compartilham o Delta do Mekong não tem sido um rio tranquilo: vemos mapas que datam do imperador Minh Mang (1820-1841). Se o objetivo principal é afirmar a soberania vietnamita sobre os arquipélagos de Spratly e

Paracel no Mar da China Meridional, reivindicados em particular pela China, eles mostram, entretanto, um reino vietnamita que inclui a atual capital do Camboja e se estende até as margens do Lago Sap (Tonle Sap).

O Delta do Mekong, uma ampla planície cultivável, estende-se de Phnom Penh, onde se separam os braços inferior e superior do rio, até o Mar da China Meridional, 300 quilômetros abaixo. Sua superfície é comparável à da Holanda; seu sistema hidráulico natural, com as inundações anuais do Lago Sap, transformou-o numa das zonas mais férteis do mundo. No século XVIII, tornou-se um espaço de trocas entre as quatro populações etnolinguísticas que o povoam: vietnamitas (viets), khmers, chams e chineses. No entanto, a partir

da primeira metade do século XIX, os anamitas – nome dado pelos franceses durante o período colonial aos habitantes do que é hoje o Vietnã – tornaram-se cada vez mais dominantes, avançando militarmente suas tropas, construindo cidadelas e limpando a terra. O temor desse expansionismo contribuiu para o estabelecimento do protetorado francês sobre o Camboja em 1863. O rei khmer Ang Duong, que havia buscado proteção da Europa para se libertar da dominação de seus vizinhos siameses (a futura Tailândia) e anamitas, chegou a enviar tropas para ajudar a Marinha francesa a tomar Saigon em 1859.

A França cumpriu sua “missão” de proteção, não sem provocar algumas queixas dos khmers. Ela encorajou de fato a imigração dos anamitas, conside-

rados mais laboriosos para o Camboja, onde trabalhavam em plantações de seringueiras ou como funcionários subalternos. No início da década de 1950, eles representavam quase um terço da população de Phnom Penh. Após as independências de 1953 (Camboja) e 1954 (Vietnã, que permanece dividido em dois), a gestão dessas minorias – vietnamitas no Camboja e khmers no Vietnã do Sul, chamados khmers krom – foi um grande desafio para os jovens Estados pós-coloniais, que se esforçavam para construir uma unidade nacional. A França deixou-lhes de herança uma fronteira que cortou o Delta do Mekong em dois, mas que não correspondia à verdadeira geografia humana. Então os velhos ressentimentos foram exacerbados, a ponto de se transformarem em ódio.

UM LEGADO DOLOROSO

Saigon optou por uma estratégia de assimilação. Na época de Ngo Dinh Diem, que presidiu a República vietnamita de 1955 até seu assassinato, em 1963, os 500 mil khmers krom foram obrigados a “vietnamizar” seus nomes, em um contexto de tensões diplomáticas e militares com Phnom Penh. Mais de 500 mil vietnamitas continuaram a viver no lado cambojano até o fim dos anos 1960. Diem tentou trazê-los de volta, oferecendo-lhes terras nas áreas fronteiriças – uma maneira de limitar a infiltração comunista norte-vietnamita através do Camboja –, mas eles permaneceram ligados ao seu modo de vida fluvial, ao longo do Mekong e do Sap.

Porém, a maioria deles teve de fugir dos progridos após o golpe de Estado do general cambojano Lon Nol, em 18 de março de 1970. Assim, no exato momento em que foi maciçamente bombardeada pela aviação norte-americana, a fronteira entre o Vietnã e o Camboja se transformou em uma linha de demarcação étnica, o que nunca havia sido até então. O período do Khmer Vermelho (1975-1979) e a Terceira Guerra da Indochina,¹ como é chamada a ocupação pelo Vietnã reunificado de seu vizinho (1978-1989), reforçaram ainda mais essa realidade.

Os Khmers Vermelhos consideravam que o Delta do Mekong era um território a ser reconquistado. Eles não cessaram de realizar incursões nas zonas fronteiriças, queimando aldeias vietnamitas e matando centenas de pessoas, particularmente no decorrer de 1977 e 1978. A tomada de Phnom Penh pelas tropas vietnamitas em 1979 tornou os incidentes fronteiriços mais raros, mas não os fez cessar totalmente. Segundo o jornalista Michel Blanchard, os últimos massacres datam de 1993, quatro anos após a retirada das tropas vietnamitas.² Trinta anos depois, tudo o que resta desses abusos são placas comemorativas nas aldeias, devoradas pela umidade. Os governos de ambas as partes estão, no entanto, conscientes da necessidade de



Campo de arroz na província de Soc Trang, no Delta do Mekong, no Vietnã. Um dos territórios mais férteis do mundo

© Athit Perawongmetha/Reuters

lidar com esse legado doloroso, mesmo que isso signifique ultrapassar sua competência territorial.

Nguyen Thi Thu Ha, uma vietnamita nascida no Camboja em 1967, reside em S'ang, na província cambojana de Kandal. Em 1970, seus pais haviam fugido para o Vietnã, para depois retornar em 1980. Desde então, ela permaneceu lá, mas não tem cidadania cambojana. Deve, portanto, pagar 250 mil riel cambojanos (R\$ 305) por ano, um terço do salário mínimo mensal, a fim de obter um cartão de residência temporária. Ela nos dá este detalhe surpreendente: "A embaixada vietnamita nos ajuda a pagar essas taxas". A informação nos foi confirmada em outras aldeias do Camboja, onde vive uma maioria vietnamita, ao longo do Mekong e do Sap. Uma fonte próxima ao Ministério das Relações Exteriores vietnamita, no entanto, disse que "não há muita publicidade por razões políticas". Não se deve alimentar um sentimento antivietnamita, do qual essas minorias com condições de vida precárias são as primeiras vítimas. Contudo, de fato, Hanói exerce discretamente uma forma de influência e de proteção sobre populações com status legal pouco definido. Na realidade, a lei cambojana de 1996 sobre a nacionalidade exclui muitas vezes os vietnamitas que vivem no reino, transformando-os em apátridas. Para obter a nacionalidade, eles devem provar a presença de sua família ao longo de várias gerações, o que é muito difícil pela falta de continuidade administrativa e pelo desaparecimento de arquivos durante a era dos Khmers Vermelhos.

A situação dos 1,3 milhão de khmers do Vietnã é diferente: eles têm nacionalidade vietnamita, mas, por razões identitárias, culturais e religiosas, seu olhar permanece voltado para o Camboja. Enquanto Hanói os considera oficialmente uma das 54 minorias étnicas do país, ONGs internacionais relatam regularmente violações de seus direitos, especialmente religiosos. Embora as últimas manifestações de grande vulto tenham ocorrido em 2007, a Federação Khmer do Kampuchea Krom (KKF) permanece ativa e a polícia vietnamita continua monitorando de perto as atividades de seus militantes, cujo objetivo declarado é a autodeterminação e o respeito pelas liberdades religiosas. Entre eles está Duong Khai, que escreve nas redes sociais a fim de informar aos vietnamitas khmers a respeito da declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas. Ele foi detido em 13 e 14 de abril de 2021, de acordo com relatores especiais das Nações Unidas que discutiram seu caso em Genebra em 22 de junho de 2021. A prisão teve o intuito de intimidá-lo. Ao libertá-lo, os policiais vietnamitas não lhe devolveram as cópias da tradução em khmer da declaração. Ele diz estar sob constante vigilância desde então.

© Cécile Marin



Em julho de 2002, a organização do concurso de beleza com um nome muito político, "Miss Grande Camboja", ressaltou a ambiguidade do status dos khmers krom, inclusive no Camboja. Podiam participar do concurso os cambojanos que viviam no exterior, até mesmo no Vietnã. Hang Soryan, uma jovem khmer krom, se inscreveu. O diretor da empresa que organizou esse concurso, In Sophin, apresentou-a como uma "mestiça vietnamita-khmer", o que provocou uma polêmica nas redes sociais, onde ela foi obrigada a justificar sua ascendência e identidade khmers.

Em Phnom Penh, várias pessoas vieram em sua defesa, retomando os argumentos clássicos do nacionalismo. Elas consideram que "os franceses ofereceram o Delta do Mekong aos vietnamitas" e que Hang Soryan tinha todo o direito de participar de tal concurso. Embora seja verdade que na época dos imperadores Minh Mang (1820-1841) e Thieu Tri (1841-1847) os anamitas consolidaram sua posição no Delta do Mekong mostrando-se impiedosos com seus rivais khmers, Raoul-Marc Jennar, conselheiro do ministro das Relações Exteriores do Camboja, lembra que "o rei Ang Duong havia renunciado a reconquistar o Kampuchea Krom em 1845, ou seja, bem antes da chegada dos franceses". Esse cientista político de formação, autor de um livro sobre a política externa do Camboja (1945-2020) que será lançado em setembro de 2023, acrescenta: "Alguns cambojanos, assim que falamos sobre o Vietnã, perdem todo o bom senso".

A questão do Delta do Mekong e a relação com o vizinho constituem um importante ponto de clivagem da política

cambojana, enquanto são um assunto de importância relativa para a opinião pública vietnamita. O atual primeiro-ministro, Hun Sen, que abandonou os Khmers Vermelhos e foi para o Vietnã em 1977,³ é visto como favorável aos interesses de Hanói. Seus oponentes, em primeiro lugar Sam Rainsy, fundador do Partido de Salvação Nacional do Camboja (CNRP), agora exilado na França, mostram-se vingativos, tanto pelo nacionalismo como pela tática eleitoral, mesmo correndo o risco de instrumentalizar o sentimento antivietnamita. Rainsy organizou repetidas operações para alterar os limites fronteiriços e desempenhou um papel ativo na última série de microincidentes entre camponeses khmers e vietnamitas em maio e junho de 2015.

10% DE FRONTEIRA A ESTABELECE

A delimitação oficial da fronteira, com mais de 1.200 quilômetros de extensão, tem sido objeto de disputa desde as independências, mas negociações diplomáticas iniciadas em 2006 deixam entrever a possibilidade de uma resolução. Do lado vietnamita, elas são conduzidas pelo vice-ministro das Relações Exteriores, cargo atualmente ocupado por Nguyen Minh Vu. Do lado cambojano, é o ministro de Estado para as Fronteiras, Var Kim Hong, que está no comando das operações. Em seu escritório no Palácio do Conselho dos Ministros em Phnom Penh, ele nos fala sobre o processo: "Desde os anos 1990, nós nos perguntamos se o tratado concluído com o Vietnã em 1985, que reafirmou a vontade de ambas as partes de manter a fronteira traçada pelos franceses em 1954, tinha algum valor. Concluímos que era esse o

caso". Contudo, as oposições contestam essas conclusões e Hun Sen propôs negociações por razões de política interna, o que lhe valeu algumas críticas.

Em 2005, o antigo rei, Norodom Sihanouk, publicou uma carta aberta na qual dizia que "renegociar as fronteiras era suicídio". Mas o ministro seguiu obstinadamente a linha de seu chefe de governo, definida quando de um discurso de cinco horas na Assembleia Nacional do Camboja, em 2012. "O que queremos", disse, "é uma fronteira estável e reconhecida, que permita a cooperação e a paz entre os dois países. Não há discussão sobre outros pontos" e, em particular, sobre a redução dos direitos aduaneiros no quadro do acordo de livre comércio entre os membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), ao qual Hanói aderiu em 1995, e Phnom Penh, quatro anos depois. Cambojanos e vietnamitas chegaram a um acordo para uma demarcação de 84% da fronteira em 2019, cujos mapas foram confiados à ONU. Desde então, as negociações continuaram. Em maio de 2022, os dois lados anunciaram que haviam chegado a um acordo adicional de 6%. Quanto ao resto, eles se chocam nas zonas cinzentas dos mapas franceses de 1954, explica o ministro Hong: "Os documentos franceses são uma referência muito útil, mas os pontos de discórdia decorrem justamente de suas lacunas. Além disso, os franceses muitas vezes governaram a favor da Cochinchina [vietnamita], que era uma colônia quando o Camboja era apenas um protetorado. Por exemplo, quando há um rio, em vez de cortar no meio, o que estaria de acordo com o direito internacional, os franceses deram a margem direita e o rio ao Vietnã, deixando apenas a margem esquerda para o Camboja. No entanto, os vietnamitas estão agindo de boa-fé e as negociações estão progredindo". As negociações sobre os 10% restantes se anunciam difíceis, pois as áreas em questão são as mais remotas e mal mapeadas.

Além das negociações em curso, o outro projeto de Var Kim Hong é "educar as populações locais para que reconheçam essa fronteira". A tarefa não é simples e exigirá pelo menos tanto tempo quanto as negociações diplomáticas. Apesar das boas intenções demonstradas, a delimitação política à qual aspiram os Estados-nação nunca poderá corresponder perfeitamente à geografia humana desse Delta do Mekong tão complexo e tão plural.

*Louis Raymond jornalista.

- 1 Ler Patrice De Beer, "Cambodge: de l'intervention au désastre" [Camboja: da intervenção ao desastre], *Le Monde Diplomatique*, dez. 1979.
- 2 Michel Blanchard, *Vietnam-Cambodge: Une frontière contestée* [Vietnã-Camboja: uma fronteira contestada] L'Harmattan, Paris, 1999.
- 3 Ler Raoul-Marc Jennar, "Des Khmers rouges encombrants et convoités" [Os Khmers Vermelhos incômodos e cobiçados], *Le Monde Diplomatique*, mar. 1999.

OPOSIÇÃO UNIDA, MAS ALTO RISCO DE FRAUDE ELEITORAL

A democracia turca em suspenso

Neste 14 de maio, perto de 60 milhões de eleitores turcos vão escolher nas urnas seu deputado e o presidente para os próximos cinco anos. Três meses após o duplo terremoto devastador e num contexto político marcado pelo agravamento do autoritarismo, Recep Tayyip Erdogan enfrentará o candidato de uma oposição heteróclita, mas unida. Ele vai manipular um escrutínio que corre o risco de perder?

POR ARIANE BONZON*

Jamais em vinte anos a oposição turca a Recep Tayyip Erdogan esteve tão próxima de derrotá-lo numa eleição presidencial. Candidato a um terceiro mandato sucessivo, o *reis* parece metido em dificuldades há meses, embora a diferença entre ele e seu rival, Kemal Kılıçdaroglu, continue pequena. A má situação econômica que perdura desde 2021 e o choque do duplo terremoto de 6 de fevereiro último – pelo menos 50 mil mortes, devidas em grande parte à política de urbanização clientelista e fisiológica do governo, tanto quanto à penúria de recursos de sua gestão – explicam no essencial a rejeição de que o presidente é alvo.¹

Favorito nas pesquisas, Kılıçdaroglu, de 74 anos, surge como antítese ao número um turco. Sem grande carisma, mas não desprovido de malícia, esse economista tranquilo foi diretor da Seguridade Social no auge de sua carreira. Tem o perfil de muitos funcionários de esquerda, soberanistas e nacionalistas, que por muito tempo constituíram a armadura do Estado antes de serem pouco a pouco expelidos pelo Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), no poder desde 2002. De origem humilde, nascido na região turbulenta de Dersim, Kılıçdaroglu pertence à comunidade alevita, onde se pratica um culto heterodoxo e sincrético inspirado no islã xiita, no misticismo, no zoroastrismo e até no cristianismo. É um rito que Erdogan, sunita tradicionalista, estigmatiza frequentemente, com a intenção manifesta de polarizar a sociedade turca.

Deputado, em seguida presidente do Partido Republicano do Povo (CHP, partido “histórico” na origem da fundação da república), Kılıçdaroglu se tornou conhecido do grande público ao denunciar, não sem algum sucesso, diversos casos de corrupção que implicavam gente próxima do poder; e depois, em 2017, com 69 anos, ao encabeçar uma marcha pela justiça de Ancara a Istambul, contra os expurgos maciços promovidos pelo governo após a tentativa fracassada do golpe militar de julho de 2016.² Se “as

autoridades judiciárias o procurarem amanhã em algum lugar, não fique surpreso”, advertiu-o na ocasião Erdogan. “E, caso eu provar que você e seu governo deram ordens aos tribunais, pedirá demissão como um homem honrado?”, replicou o adversário. O tom estava dado e foi subindo nos anos seguintes. A campanha presidencial vê assim o candidato republicano desafiar seu rival a se explicar sobre sua responsabilidade pela extensão do desastre que se seguiu aos dois terremotos de fevereiro de 2023.

O poder nomeia os presidentes das comissões eleitorais dos departamentos e distritos, bem como os onze juízes do Conselho Eleitoral Supremo

CAMPANHA SOB ESTADO DE EMERGÊNCIA

Ao longo dessa mesma campanha, o dirigente do CHP, que gosta de se definir como social-democrata, tem defendido a tese da união. Kılıçdaroglu conseguiu montar e sustentar a Aliança da Nação, um grupo heteróclito de seis partidos que vão da extrema direita ultranacionalista à esquerda moderada, passando pelo islamismo político e pelo liberalismo conservador.³ Esse casamento disparatado não parece convencer inteiramente os eleitores da Aliança Popular dirigida pelo presidente turco,⁴ pois a Aliança da Nação “não apresenta tanto uma convergência ideológica quanto uma vontade comum dos partidos que a compõem de unir o eleitorado para o pleito legislativo e ainda para apoiar um candidato comum à presidência”, escreveu o pesquisador Aurélien Denizeau.⁵

No fim de janeiro, essa “Mesa dos Seis” tornou público um programa de governo com grandes princípios, mas não com medidas detalhadas: a volta a um regime parlamentar equilibrado, a

luta contra a inflação para melhorar o quadro econômico e o respeito aos direitos humanos e às normas democráticas.⁶ Em contrapartida, não há nada ali sobre a questão curda. Kılıçdaroglu, no entanto, se apresentou cuidadosamente como o homem da reconciliação: com as mulheres de véu (longamente estigmatizadas pelos partidos laicos), com os nacionalistas conservadores e também com o Partido Democrático dos Povos (HDP, curdo, autonomista e de esquerda), do qual recebeu os copresidentes – uma pedra no seio da Aliança da Nação, na qual o Bom Partido (İYİ, extrema direita ultranacionalista) segue a linha dura e sem concessões ao HDP, contra o qual um processo de dissolução foi aberto por atentado à “integridade indivisível do Estado” e por vínculos com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). No entanto, a estratégia da reconciliação do candidato republicano deu frutos: sob a influência de seu ex-copresidente, Selahattin Demirtaş, preso desde 2016, o HDP decidiu não apresentar nenhum nome à presidência. Foi um apoio tácito a Kılıçdaroglu, para quem os votos dos simpatizantes dessa organização talvez se revelem decisivos.

Contudo, muitos turcos pensam que o presidente será reeleito. Têm sem dúvida na memória as numerosas irregularidades que comprometeram os escrutínios anteriores: corte da eletricidade quase geral no momento da apuração final em 2014, envelopes não fechados em 2017 etc. Acrescentem-se, este ano, algumas consequências indiretas do terremoto que poderão perturbar a boa marcha do pleito. Isso, principalmente, porque a campanha acontece em estado de emergência decretado após o terremoto nos seis departamentos afetados pela catástrofe, dos 81 que compõem o país. Trata-se de uma situação que os turcos conhecem bem, pois, em 2017 e 2018, foi igualmente em estado de emergência que ocorreram o referendo constitucional e as eleições presidenciais e legislativas.

“Preferindo o estado de emergência ao estado de catástrofe natural, que



poderia ter sido considerado mais conveniente”, explicou Élise Massicard, pesquisadora no Centre d’Études et de Recherches Internationales (Ceri), “o Executivo resolveu atribuir muito mais poderes às autoridades públicas, como o de proibir as manifestações e controlar as mídias nessas regiões densamente povoadas, ampliando as críticas que ouvimos há anos, segundo as quais o aparelho de Estado não é neutro, governa para o AKP e faz uso partidário dos recursos públicos.”

O segundo efeito do terremoto nas eleições pode dar margem a mais contestações ainda. As listas de eleitores foram elaboradas levando-se em conta

© Cássia Roriz



seus endereços, desde que aí residam pelo menos três meses antes do escrutínio. Com mais de 3,5 milhões de deslocados, mas também com milhões de jovens, em princípio avessos ao poder estabelecido, que vão votar pela primeira vez e precisaram deixar suas residências estudantis – fechadas para abrigar as vítimas do terremoto –, o registro dos eleitores constitui um verdadeiro desafio administrativo. Por causa da orientação política do eleitorado desta ou daquela circunscrição, não seriam de excluir os truques e o zelo variável para inscrever novos eleitores – ou, ainda, dar sumiço aos que se mudaram sem deixar traços. “Milhões de votos estão em jogo,

e isso pode influenciar o resultado. Algumas circunscrições são mais decisivas que outras para as eleições legislativas, e estas talvez desempenhem, por ricochete, um papel crítico no segundo turno do pleito presidencial”, explicou Élise Massicard. “As autoridades estão conscientes de que o registro eleitoral pode causar problemas e de que elas não têm nada a ganhar fazendo joguinhos. Entretanto, é verdade que os movimentos de massa depois do terremoto ensejam possibilidades de manipulação. O grupo oposicionista vê aí uma questão vital.”

Todavia, Erdogan pode recorrer a outros tipos de manobra. “Caso a derrota pareça iminente, os juízes e funcionários

encarregados do pleito leais ao presidente poderão muito bem inverter tudo, como tentaram fazer anulando os resultados da eleição municipal de Istambul em 2019. Recep Tayyip Erdogan pode até recorrer à polícia e às Forças Armadas”, advertiu o professor Sinan Ciddi.⁷

Após aumentar substancialmente o salário mínimo (o que favorece 60% dos turcos), melhorar o tratamento dos funcionários públicos e tomar disposições eleitoreiras que permitiram a 2 milhões de pessoas aposentar-se imediatamente, o presidente multiplicou as promessas de reconstrução de dezenas de milhares de casas destruídas pelo terremoto.

O próprio contexto incita os turcos ao pessimismo quanto a uma mudança de locatário do luxuoso palácio presidencial de Ancara. A campanha está longe de ser justa, com cerca de 90% da mídia apoiando o governo e dezenas de jornalistas ou políticos do HDP na prisão, além da ameaça de dissolução desse partido, um processo contra Ekrem mamoglu (o popular prefeito de Istambul, do CHP) e uma nova lei de vigilância rígida das redes sociais.

Além disso, o processo eleitoral continua sob o controle direto do regime: o cientista político Cengiz Aktar observa assim que o poder nomeia os presidentes das comissões eleitorais dos departamentos e distritos, bem como os onze juízes do Conselho Eleitoral Supremo (YSK), cujas decisões não admitem apelação. Uma opinião que Élise Massicard ameniza: “Sim, todos os juízes com assento no Conselho Eleitoral Supremo foram nomeados pelo AKP, mas os principais partidos políticos estão aí representados, embora não tenham o direito de votar”.

OBSERVADORES CIDADÃOS

As eleições de 2023 poderão também marcar a volta de iniciativas da sociedade civil, como sucedeu por ocasião dos escrutínios de 2014 e 2015, sobretudo em Istambul e Ancara – com militantes permanecendo durante horas em volta das urnas, à espera de que os resultados das seções onde haviam votado fossem enfim contabilizados. Essas operações de precaução e luta contra eventuais fraudes davam então testemunho da criatividade, da energia e do comprometimento democrático de parte da juventude. Contudo, elas foram diminuindo com o passar dos anos, sob a pressão e as ameaças do governo. Juntamente com alguns observadores estrangeiros, dos quais cerca de 350 enviados pela Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), esses cidadãos vigilantes deverão, porém, cobrir não mais que 10% das 180 mil seções eleitorais.

Por outro lado, com o passar do tempo, os partidos políticos de oposição adquiriram experiência e desempenham um papel cada vez mais importante na fiscalização e apuração dos votos. “A oposição está bem mais organizada do

que antes; os assessores e encarregados da contagem dos votos aprenderam muito e prestam mais atenção”, enfatiza Élise Massicard. “O problema é que, em certas regiões, os efetivos dos partidos não lhes permitem enviar encarregados a todas as seções. Como a oposição é constituída de diversas organizações com bases eleitorais diferentes, é possível que partilhem essa tarefa considerando seus enclaves territoriais.”

“A democracia começa nas urnas e por meio delas se manifesta”, gosta de repetir Erdogan. É por isso que a cientista política turca Asli Aydintasbas⁸ pensa que o presidente turco que “baseou sua legitimidade nas eleições não poderá contestar a vitória da oposição se esta for inequívoca”.

Seja como for, o que estará em jogo na Turquia em maio vai muito além de uma disputa eleitoral clássica. Em 2014, os turcos riram da fala do ministro da Energia, um cacique do AKP, segundo a qual os numerosos cortes de eletricidade que interromperam a apuração dos votos em 35 cidades do país se deveram à intrusão de um gato em um transformador. Nove anos depois, não se sabe bem se, na mesma situação, os eleitores vão dar mostras do mesmo senso de humor, pois, se a oposição perder por pouco, seu fracasso será necessariamente interpretado como fruto de manipulações e fraudes, reais ou supostas, do partido no poder. Ele abrigará o germe da desconfiança ou mesmo do repúdio aos processos eleitorais futuros – e talvez o de futuras violências.

***Ariane Bonzon** é jornalista e autora de *Turquie, l'heure de vérité* [Turquia, a hora da verdade], Empreinte Temps Présent, Paris, 2019.

- 1 Ver “La présidence ébranlée de M. Erdogan” [A presidência abalada de Erdogan], *Le Monde Diplomatique*, mar. 2023.
- 2 Ver Sümbül Kaya, “Comment M. Erdogan a maté l’armée turque” [Como Erdogan reprimiu o Exército turco], *Le Monde Diplomatique*, out. 2016.
- 3 Ou seja, o CHP, o Partido da Democracia e do Progresso (Deva), o Partido do Futuro (Gelecek), o Partido Democrata (DP), o Bom Partido (İYİ) e o Saadet.
- 4 Ou seja, o AKP, o MHP, o Partido da Grande Unidade (BBP), o Novo Partido do Bem-Estar (YRP) e o Partido da Causa Livre (Huda-PAR).
- 5 Ver Aurélien Denizeau, “Les coalitions politiques en Turquie à la veille des élections de 2023” [As coalizações políticas na Turquia na véspera das eleições de 2023], Institut Français des Relations Internationales (Ifri), abr. 2023.
- 6 Cf. Seren Selvin Korkmaz, “Turkey’s Visionary Vision: A Proposal for New Government and Policymaking Structures” [A visão visionária da Turquia: uma proposta para um governo e estruturas de elaboração de políticas novas], German Marshall Fund, 29 mar. 2023.
- 7 Citado por Jamie Dettmer, “It’s going to be hard to get rid of Turkey’s Erdogan” [Vai ser difícil se livrar do turco Erdogan], *Politico*, 18 mar. 2023.
- 8 Asli Aydintasbas, “Letter from Istanbul: Turkey has difficult years ahead” [Carta de Istambul: a Turquia tem anos difíceis pela frente], *Brookings*, 4 abr. 2022.

DEZ ANOS DEPOIS DAS PRIVATIZAÇÕES IMPOSTAS POR BRUXELAS

A odisseia fatal das ferrovias gregas

O choque frontal entre dois trens em 28 de fevereiro ecoou, para muitos gregos, aquele que se produziu, há dez anos, entre a vontade popular e a da União Europeia. Os 57 mortos aparecem mais como vítimas da corrupção e das privatizações do que de um erro de sinalização. E poucas esperanças são depositadas nos inquéritos instaurados por Atenas e Bruxelas

POR ÉLISA PERRIGUEUR*

Caracas de metal que soltam fumaça em um vale ao nascer do dia. A mídia grega difunde, em repetição incessante, as imagens do socorro que se movimenta em torno desses vestígios calcinados da ferrovia que liga Atenas a Tessalônica. Depois das 23 horas da véspera, no distrito central de Tempé (Tessália), não longe da cidade de Larissa, um trem de passageiros transportando 352 pessoas colidira com um trem de carga. Durante doze minutos, eles correram sem saber pela mesma ferrovia, em sentido contrário. O choque frontal provocou a morte de 57 pessoas e ainda resultou em pelo menos 85 feridos, entre os quais numerosos estudantes que voltavam de um fim de semana prolongado. A catástrofe ferroviária de 28 de fevereiro de 2023 é a mais mortífera da história grega.

O inquérito em andamento não deve atribuir responsabilidades antes de vários meses, ainda que o chefe da estação de Larissa já tenha reconhecido haver cometido um erro de sinalização. Sozinho em seu posto, esse antigo funcionário do Ministério da Educação recentemente recrutado fizera apenas um curso de três meses de formação teórica. Para muitos gregos, porém, esse drama tem por origem todo um sistema, e não um único “erro humano”, como declarou o primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis após o acidente. Antes de pedir demissão, o próprio ministro dos Transportes admitiu que a rede ferroviária grega “não é adequada ao século XXI”. Com a aproximação das eleições legislativas, que ocorrerão em 21 de maio, a Nova Democracia (liberal conservadora) vê seu poder fragilizado.

Aos gritos de “governos assassinos”, “Tempé, um crime premeditado”, dezenas de milhares de gregos fizeram manifestações no decorrer das semanas que se seguiram ao drama. Eles pedem contas ao Executivo e à empresa pública OSE (Organização das Ferrovias da Grécia), gestora da rede ferroviária pertencente ao Estado. Também investem contra a Hellenic Train, a companhia

ferroviária encarregada da exploração de todos os trens de passageiros do país e da maioria dos trens de frete, comprada em 2017 pelo grupo público italiano Ferrovie dello Stato Italiano.

“O acidente, infelizmente, era previsível”, reagiu, amargo, Georgios Dogoritis, 29 anos, condutor de trens de carga para uma companhia privada. Na pequena estação de Afidnes, um distrito a 30 quilômetros ao norte de Atenas, ele nos mostra os sinais: todos congelados no vermelho. “Eles jamais passam para o verde”, diz, indignado. “Praticamente o conjunto da sinalização moderna – instalada em cerca de 1.700 dos 2.500 quilômetros com que conta a rede ferroviária grega – está cheio de falhas. Desde o fim dos anos 2000, ela jamais foi reparada!” Roubo de cabos, avarias, desgaste... As falhas têm múltiplas causas. “Esses vários dispositivos foram colocados em diferentes períodos e provêm de diversos fabricantes estrangeiros”, explicita. “As peças de reposição eram raras. O Estado grego e a pesada burocracia faziam a importação arrastar-se.” Então, a sinalização é manual e os trens não podem correr além de 160 quilômetros por hora. Os chefes de estação, funcionários assalariados da OSE, têm a atribuição de entregar em mãos as ordens de partida aos chefes de trem, informando-os de que a ferrovia está desimpedida.

A Hellenic Train recebe anualmente 50 milhões de euros do Estado grego para manter as linhas consideradas pouco rentáveis

CULTURA DA IMPUNIDADE

Tudo repousa no respeito a essas regras, e nenhum dispositivo de segurança de emergência permite corrigir um erro humano, lamenta Dogoritis. “O sistema de controle europeu ETCS [dispositivo que funciona graças a uma troca de in-

formações entre computadores e balizas dispostas nos trens sobre os trilhos] está instalado desde o fim dos anos 2000, mas não pode funcionar sem sinalização! Outros países não dotados de ETCS funcional dispõem pelo menos de outros sistemas de segurança de emergência (Indusi, Controle de Velocidade Linear, ATP). A Grécia não!”, insiste o condutor. Para ele, trata-se de uma “escolha política”.

Os sindicatos e a Agência Europeia para as Estradas de Ferro haviam, no entanto, acionado o sinal de alarme. Antes desse acidente, a rede já era a mais mortífera da União Europeia, com uma morte por milhão de quilômetros percorridos, ou seja, cinco vezes mais que a média.¹ Construídas no século XIX pela Société de Construction des Batignolles, as primeiras estradas de ferro tinham a vocação econômica e social de conectar os portos e cidades do continente montanhoso. “Mas os governos sempre preferiram financiar as rodovias, mais rentáveis, com os pedágios, os impostos sobre o combustível...”, estima Dogoritis.

A imponente companhia particular de ônibus Ktel se orgulha de transportar cerca de “80% dos passageiros” pelos 117 mil quilômetros de estradas do país. Paralelamente, um terço da rede de estradas de ferro grega foi sacrificada sob o altar da austeridade nestes últimos anos. A título de exemplo, a Península do Peloponeso dispõe hoje em dia de apenas 68 quilômetros de vias férreas abertas à circulação, contra 706 quilômetros em 2000 e 435 quilômetros em 2009.² O eixo Tessalônica-Atenas é um dos raros ainda muito frequentados. Numerosos trabalhadores, famílias e estudantes utilizam essa rede que liga em quatro horas as duas maiores cidades do país. No entanto, o total dos trajetos cotidianos entre os dois núcleos urbanos caiu de 32 em 2009 para 14 hoje.

Desde 2014, a União Europeia alocou aproximadamente 805 milhões de euros para a modernização das vias férreas gregas. Contudo, a catástrofe de Tempé revelou um atraso fatal na execução das medidas, como dá testemunho o “con-

trato 717”. Concluído em 2014 pela Ergose, filial da companhia pública OSE, com a francesa Alstom e a empresa grega Aktor, previa a colocação em nível do sistema de sinalização do eixo Atenas-Tessalônica-Promachonas por 41 milhões de euros, financiados essencialmente por fundos comunitários. Teoricamente, as obras deveriam estar concluídas em 2016, mas até hoje não terminaram. Em nove anos, a passagem do Syriza, de esquerda, pelo poder (2015-2019) e depois o retorno do Nova Democracia (em 2019) não mudaram a situação. O atraso seria provocado por divergências sobre os termos do contrato, segundo uma empresa de mídia investigativa local.³ A Alstom afirma simplesmente, em um comunicado lacônico, que a empresa “prossegue com os trabalhos”.

Giorgos Vassalos, professor do Instituto de Estudos Políticos de Lille, por sua vez, coloca em xeque o Estado de direito na Grécia: “Numerosas empresas dizem a si mesmas que provavelmente não serão incomodadas nem pelos governos nem pela justiça”. Em setembro de 2022, a absolvição, em segunda instância, de uma quinzena de ex-executivos do grupo industrial alemão Siemens, condenados em primeira instância por seu papel em um dos maiores escândalos de pagamento de suborno no país, indignou numerosos cidadãos, transmitindo a imagem de uma cultura de impunidade.

Uma modernização das linhas férreas não pode ser feita sem meios humanos, sublinha por outro lado Nikolaos Kioutsoukis, técnico na Hellenic Train e secretário-geral da GSEE, a confederação sindical geral dos trabalhadores gregos. “A Troika matou a Grécia, assim como matou a OSE”, ao “eliminar a gordura” da companhia, sustenta o sindicalista. No quadro de um primeiro programa de ajuste econômico, a Troika – Banco Central Europeu (BCE), FMI e Comissão Europeia – impôs em 2010 cortes orçamentários e o desmantelamento dos serviços públicos, em troca de ajuda financeira ao país. Apresentadas como tendo excesso de efetivos, a OSE e a TrainOSE, a

companhia pública de exploração ferroviária (que se tornou particular desde então, conhecida pelo nome de Hellenic Train), figuraram entre os “alvos” dessa terapia de choque. “O descarrilhamento financeiro das estradas de ferro ocorreu antes mesmo da chegada da Troika e do primeiro memorando. Em 2009, a dívida da OSE se elevava a 10,7 bilhões de euros, e o déficit anual da TrainOSE, a 1,2 bilhão de euros”, informa Dimitris Reppas, ministro dos Transportes do governo socialista da época (2009 a 2011).

O Parlamento grego adotou o plano de reestruturação da OSE concebido pela Troika e pelo governo em novembro de 2010. Quase um terço das ferrovias gregas foi suspenso no ano seguinte e mais de 2.300 empregados, dos 5.150 com que então contava a OSE, foram transferidos para outros ministérios ou aposentados. “Recusávamos as transferências de pessoas necessárias a certos setores da empresa, de acordo com a lei”, tenta defender-se Reppas.

“Os assalariados foram transferidos segundo uma lógica contábil, sem pensar na segurança”, lastima Kioutsoukis. Os afastamentos por aposentadoria não substituídos esvaziaram a companhia de quadros de meia-idade que envelheciam, de acordo com o dirigente sindical, que explicita: “Temos falta atualmente de chefes de estação, de técnicos, de eletricitistas etc.” A hemorrhagia foi contínua, a ponto de a OSE contar nos dias de hoje com menos de mil assalariados, “dos quais somente duzentos estão dedicados ao tráfego”, admite Reppas, ou seja, bem menos que em 2012.

O acidente de Tempé revelou cruelmente a perda de competência. O chefe de estação de Larissa, hoje responsabilizado, faz parte desses empregados transferidos em 2011. Responsável por carregar as bagagens transferido para o Ministério da Educação, ele retornou à OSE em 2022 e assumiu o cargo de chefe de estação em Larissa em 2023, “tendo pouquíssima qualificação para um trabalho exigente”, acrescenta indignado Kioutsoukis. Após a colisão, a autoridade de regulamentação ferroviária reconheceu lacunas de formação na empresa. “A Troika quis desacreditar a OSE para revendê-la a baixo preço”, concluiu o secretário-geral da GSEE.

“NOSSOS MORTOS, SEUS LUCROS”

Desde 2005, a TrainOSE está apartada da OSE em virtude de uma diretiva europeia que estipula a separação da rede de exploração ferroviária. A privatização dessa companhia pública gestora dos trens de passageiros e de frete ocorreu em 2017, igualmente por demanda da Troika.⁴ Portos, aeroportos, infraestrutura: a Grécia viu-se obrigada a vender o maior número possível de suas empresas públicas para reembolsar sua dívida. Por falta de interessados na compra, a TrainOSE foi entregue de bandeja, lasti-

© Gustavo Pinto



mam muitos empregados. O grupo público italiano Ferrovie dello Stato Italiano, que ambiciona conquistar os mercados europeus, pagou a quantia irrisória de 45 milhões de euros.

“A Troika criticava a OSE quando a companhia era pública e grega, mas deixou seus preconceitos de lado quando esta se tornou um ativo de uma empresa do Estado italiano”, salienta o economista Nikos Theodorakis, professor da Universidade de Atenas. Invocando o caráter de “monopólio natural” das estradas de ferro, que deveriam permanecer no âmbito do serviço público, ele recorda o “desastroso” caso exemplar das estradas de ferro britânicas privatizadas nos anos 1990 e o aumento subsequente e interligado da insegurança e da rentabilidade.⁵

A Hellenic Train recebe anualmente 50 milhões de euros do Estado grego para manter as linhas consideradas pouco

rentáveis. A companhia comprou cinco trens de grande velocidade italianos Pendolino ETR 470, banidos da Suíça por causa de falhas na fase de testes. Um condutor zomba de uma mudança “cosmética”: “O trajeto custa mais caro. Os ETR 470 são mais luxuosos, mas dispõem de menos espaço para os passageiros. E não circulam mais rápido, pois trem algum pode ir além de 160 quilômetros por hora na Grécia”.

A companhia esforçou-se em negar qualquer responsabilidade na colisão de Tempé, mas, ainda assim, foi diretamente alvejada desde as manifestações. “Assassinos”, “nossos mortos, seus lucros”, “a privatização mata”, entoavam os participantes dos cortejos diante de sua sede em Atenas e do Parlamento. Para além do drama, as bandeiras lembravam o rancor dos gregos em relação à Troika. Os rendimentos das privatizações avaliados em 50 bilhões de euros,

segundo as estimativas iniciais dos credores, renderam apenas 9 bilhões de euros entre 2011 e 2020.⁶ Além de muitos danos colaterais...

*Élisa Perriguer é jornalista em Atenas.

1 “Report on Railway Safety and Interoperability in the EU” [Relatório sobre a segurança ferroviária e a interoperabilidade na União Europeia], Agence Européenne pour les Chemins de Fer, 2022.

2 Dados do site da companhia OSE. Disponível em: <https://ose.gr/>.

3 “Les vrais noms du chef de gare sont Aktor et Alstom” [Os verdadeiros nomes do chefe de estação são Aktor e Alstom], Reporters United, 6 mar. 2023.

4 Ler Niels Kadritzke, “Grande braderie en Grèce” [Grande liquidação na Grécia], *Le Monde Diplomatique*, jul. 2016.

5 Ler Marc Nussbaumer, “Le chaos des chemins de fer britanniques” [O caos das estradas de ferro britânicas], *Le Monde Diplomatique*, abr. 2022.

6 De acordo com o balanço do fundo de privatização, Hellenic Republic Asset Development Fund. Disponível em: <https://hradf.com/>.

DA CANALIZAÇÃO AO CONFRONTO

A brutalização da relação da polícia com os manifestantes

Há quase um século, a República francesa assumiu a intenção de lidar com os protestos populares de rua procurando ao máximo evitar o confronto. A partir dos anos 2000, a abordagem se tornou mais punitiva e a prioridade passou a ser prisão dos "agitadores" – uma mudança que favorece a violência e coloca em questão o respeito, por parte do Estado, ao direito de manifestação

POR LAURENT BONELLI*



© Privi/Agência Filtro

Em 1891, da galeria do Palais Bourbon, um deputado denunciava a violência sofrida dias antes por manifestantes em uma pequena cidade do norte da França. O dia havia começado com uma reunião em frente a uma fábrica. Por volta das 9 horas, "os gendarmes, por ordem do tenente e sem provocação, atacaram. Um homem ficou ferido, uma criança teve metade da orelha decepada. Isso despertou a ira da multidão, que acabou se manifestando por meio do lançamento de pedras". Após um momento de calma, a situação voltou a ficar tensa: "Por volta das 3 horas, houve novo embate e o número de manifestantes aumentou". Então irrompeu a violência: "Os policiais atacaram de todos os lados. Mulheres, crianças e idosos foram derubados. A raiva cresceu. Um grande número de cidadãos reagiu aos gendarmes com pedradas". De repente, a tragédia: "reinava uma grande desordem e foi então que, sem ninguém saber de onde veio o comando, sem nenhum aviso prévio, o pelotão começou a atirar contra a massa de gente [...]. A praça ficou coberta de feridos e de mortos". Questionado, o ministro do Interior respondeu com veemência: "Demos ordens para garantir a tranquilidade pública; elas foram dadas com clareza, firmeza e prudência". E então contou sua própria história: "A gendarmaria local viu na multidão toda a clientela ordinária de bandidos e gente sem lei que não vale grande coisa, sendo mais de um quarto deles estrangeiros. Durante todo o dia, as forças da ordem e o Exército suportaram insultos, provocações e agressões cada vez mais violentos vindos da multidão, e foi apenas no último extremo e sob a impressão de perigo que não estava mais em seu poder afastar de outra maneira que tiveram de recorrer à força das armas". E concluiu: "Não sei se os agentes, cansados das provocações da multidão, deixaram-se levar a alguma violência, mas o que sei muito bem é que homens dos quais não se fala foram feridos e colocados em perigo de morte no cumprimento de seu dever [...]. Quero enviar

meus agradecimentos a toda essa brava gente". Essa última frase detonou a cólera de um deputado, que o chamou duas vezes de "assassino", sendo temporariamente excluído da assembleia.

Alegação de "moderação, firmeza e prudência" por parte do Estado, controvérsia sobre a responsabilidade pela escalada de violência (manifestantes ou policiais), papel dos "agitadores" (principalmente estrangeiros), apoio incondicional às forças da ordem – a cena ecoa as polêmicas que cercaram nas últimas semanas a repressão ao movimento contra a reforma da previdência na França ou contra os "megareservatórios" de água, como em Sainte-Soline. O deputado, no entanto, embora socialista, não pertencia à Nova União Popular Ecológica e Social (Nupes), e o ministro não é o atual titular da pasta, Gérald Darmanin. Trata-se respectivamente de Ernest Roche e Jean Antoine Ernest Constans, que se enfrentaram na Câmara em 4 de maio de 1891, três dias após o massacre de Fourmies, o qual deixou nove mortos (incluindo duas crianças) e 35 feridos a bala entre os trabalhadores que reivindicavam a jornada de oito horas e o descanso do 1º de Maio.¹

CIDADÃOS TEMPORARIAMENTE DESORIENTADOS

A semelhança da conversa é surpreendente porque, desde o fim do século XIX, a manutenção da ordem mudou muito. Ela não está mais sob o comando do Exército, então encarregado do que se designava como "as emoções populares". Quando a polícia local ou a gendarmaria se viam em dificuldade, as forças do Exército eram convocadas, a exemplo do 145º Regimento de Infantaria em Fourmies. Dos Três Dias Gloriosos de 1830 à Semana Sangrenta de 1871, passando pelas Revoltas de Junho de 1848, o esmagamento das crises sociais ou de regime resultou em milhares de mortes e dezenas de milhares de feridos. No entanto, essa repressão brutal quase não constituía um problema político, ou mesmo moral. Para as elites da época, o povo era *por natureza* diferente. Ele constituiria uma massa desprovida

de vontade individual, pronta a seguir cegamente alguns líderes amotinados.² Turgot, controlador-geral das finanças de Luís XVI, fez um resumo dessa imaginação social em sua carta aos representantes eleitos dos Estados da Borgonha em 18 de abril de 1775. Após o saque e a destruição de um moinho por camponeses irritados com o preço dos grãos, ele assim escreveu: “É necessário, antes de mais nada, subjugar o populacho e ser o mais forte”, e, em seguida, “prender os líderes do motim, que facilmente podem ser conhecidos e descobertos”, sendo a impunidade considerada “um grande encorajamento para futuros motins”.

No fim do século XIX, essa filosofia não se sustentava mais. No Antigo Regime, a dominação política manteve-se como monopólio da nobreza; sob a monarquia censitária, foi reservado aos mais afortunados; com o advento do sufrágio universal masculino em 1848, porém, o povo foi admitido na política. As formas mais costumeiras e pessoais de autoridade perderam valor, com o surgimento de clubes, comitês eleitorais, ligas (como a da educação), sociedades mutualistas e, depois, os partidos. Essas estruturas passaram a organizar os cidadãos e se tornaram o cadinho de discursos, programas e ideologias que colocam particular ênfase na questão social e na condição dos trabalhadores.³ A mobilização política teve um papel importante no advento da Terceira República e na consolidação dos republicanos, a partir de 1877. Embora ainda fosse levar alguns anos, foi se tornando delicado para o novo regime, de um lado, garantir liberdades de expressão (com, por exemplo, a Lei de Imprensa de 1881), reunião e sindicalização, enquanto, pelo outro, tropas fuzilavam aqueles que exerciam tais direitos. Ainda mais considerando que nem sempre o Exército era confiável. Durante a revolta dos viticultores de 1907 (que causou sete mortes em Narbonne), o 17º Regimento de Infantaria amotinou-se e confraternizou com os manifestantes, colocando em dificuldade o governo de Georges Clémenceau.

O início do século XX foi, assim, marcado por vários projetos de lei que pretendiam criar uma força especializada na gestão de protestos, distinta do Exército. Após muitas hesitações, ela finalmente veio ao mundo no dia 22 de julho de 1921, com a criação de 111 Pelotões Móveis de Gendarmaria. Rebatizada de Guarda Republicana Móvel em 1926, essa força contava com 21 mil homens em 1939 e tinha o quase monopólio da manutenção da ordem em território francês, com exceção de Paris. Ela desenvolveu uma doutrina, um treinamento e um arcabouço de conhecimentos original.⁴ O objetivo era não mais tratar os manifestantes como inimigos ou adversários, mas como “indivíduos temporariamente sugestados”, para usar a terminologia dos anos 1930, ou

“cidadãos temporariamente desorientados”, conforme a dos anos 1970. Isso pressupõe evitar o contato direto com os manifestantes, que a experiência mostra sempre degenerar em confrontos. É preferível usar técnicas de canalização, contenção e dispersão de multidões, que implicam particularmente deixar sempre uma porta de saída. A disciplina coletiva, o bloqueio dos corpos, a corronha do rifle e o cassetete eram, no início, as únicas armas disponíveis. Elas foram complementadas, após a Segunda Guerra Mundial, por tecnologias que permitem manter os manifestantes a distância, como gás lacrimogêneo – antes impensável na França por causa da memória das trincheiras –, bombas de efeito moral e mangueiras de incêndio. Em 1944, a polícia também passou a contar com unidades específicas, as Companhias Republicanas de Segurança (CRS), que somavam cerca de 13 mil homens em 1947 e reproduziam a organização, a doutrina e os equipamentos da gendarmaria móvel.

Ambas as forças se envolveram nos duros conflitos sociais do período (como as greves dos mineiros de 1947-1948), à custa de um grande número de feridos dos dois lados. No entanto, foi observada uma redução significativa das mortes de manifestantes, principalmente no interior do país. Paris continuava sendo uma exceção, pois o prefeito dispunha de suas próprias unidades, oriundas dos efetivos da polícia municipal.⁵ Elas não tinham o treinamento nem os conhecimentos de seus colegas e não hesitavam em desatar a brutalidade e “acertar as contas” com os comunistas (dez mortos no metrô de Charonne, em Paris, em 8 de fevereiro de 1962) ou com os argelinos (sete vítimas durante a manifestação de 14 de julho de 1953 e várias dezenas em 17 de outubro de 1961).⁶

A crise de maio-junho de 1968, por sua virulência e magnitude, pôs à prova as forças da ordem. Contrariamente ao discurso oficial, houve cinco mortes a lamentar (três estudantes em Paris, Flins e Calvados, e dois trabalhadores em Sochaux), mas, sobretudo, as forças da ordem pareciam desatualizadas em número e equipamentos. Como resultado, 20 mil policiais foram recrutados entre 1968 e 1974, e tanto as CRS como os gendarmes móveis receberam novas proteções corporais (capacetes, viseiras, perneiras, escudos, máscaras de gás) e equipamentos ofensivos e defensivos, como caminhões de bombeiro, veículos blindados sobre rodas da gendarmaria (VBRG) e bombas mais diversificadas. Em abril de 1969 também foi inaugurado, em Saint-Astier, na Dordogne, o Centro de Aperfeiçoamento para a Gendarmaria Móvel (CPGM), destinado à formação contínua dos efetivos. Em 1977, foi construída ali uma verdadeira cidade – Cigaville –, com prédios, ruas e praças, permitindo

o treinamento para todas as situações de manutenção da ordem, inclusive as mais difíceis (barricadas, coquetéis molotov). As CRS também se beneficiaram dessa estrutura, antes de criar seus próprios centros. Os treinamentos têm o objetivo de inculcar no pessoal uma disciplina coletiva e um autocontrole que permita gerenciar o medo e o estresse inerentes às suas missões.

Uma nova atualização significativa dos equipamentos foi operada após a manifestação dos pescadores de Rennes, em 4 de fevereiro de 1994, considerada pelos profissionais como uma das mais violentas do período contemporâneo (uso de foguetes sinalizadores e arpões, ferimentos de “guerra” em policiais e gendarmes, incêndio do Parlamento da Bretanha). Grades foram afixadas aos veículos e surgiram então os trajes “robocop”, como são chamados pelos próprios interessados: uniformes à prova de fogo, protetores de pulso, cotoveleiras, ombreiras e capacetes Kevlar, proteção para o pescoço etc.⁷

A “violência contida” pretendida pela polícia deixa atrás de si um vasto cortejo de feridos e mutilados. Mas as vítimas fatais são raras desde 1968, a ponto de ainda lembrarmos os nomes de Malik Ousseki, morto pela divisão de motocicleta durante o movimento estudantil contra a Lei Devaquet, em dezembro de 1986, ou de Rémi Fraisse, que morreu em consequência da explosão de uma bomba em Sivers, em outubro de 2014.⁸ As autoridades policiais chegaram até a se orgulhar de um “modelo francês” de manutenção da ordem. Elas observaram com discrição as dificuldades das polícias estrangeiras para enfrentar o movimento altermundialista (como em Seattle em 1999, Gotemburgo e Gênova em 2001) e se mantiveram distantes das reflexões que eram elaboradas em escala europeia.

UMA MUDANÇA RADICAL NA DOCTRINA

Entretanto, alguma coisa começou a mudar no fim da década de 1990. As principais autoridades governamentais avaliaram que o conflito social havia diminuído e viram nas companhias das CRS e nos Esquadrões da Gendarmaria Móvel (EGM) uma reserva de pessoal que poderia ser facilmente alocado na luta contra a “insegurança”, eleita uma prioridade. Iniciado no governo de Lionel Jospin (1997-2002), esse movimento se acelerou depois. O programa de ação anexo à Lei de Orientação e Programação de Segurança Interna de 29 de agosto de 2002 assim indica: “As forças móveis foram criadas em um contexto histórico particular, marcado por períodos de tumultos e agitação coletiva. A democracia pacífica que nosso país conhece há muitos anos permite agora uma mudança radical na doutrina de emprego das forças móveis. Essa política sistemática, rompendo com a prioridade da ordem

pública, permite colocar os 30 mil homens que hoje constituem as forças móveis a serviço da segurança cotidiana”.

O número de policiais e gendarmes disponíveis para a manutenção da ordem diminuiu – eram apenas 25.786 em 2015, uma queda de quase 15% em relação a 2002 –, e suas missões se diversificaram. A consequente saturação dessas unidades traduziu-se no aumento do poder das Companhias de Intervenção (CDI). Existindo localmente em diversos formatos, elas são formadas por policiais de segurança pública que cumprem principalmente missões de segurança no combate à “violência urbana” e ao tráfico de drogas. Reconhecíveis por seus capacetes com duas faixas em azul-royal (distinguindo-se do barrado amarelo das CRS), elas se tornaram, desde o fim dos anos 2000, um elemento central na manutenção da ordem. Para além do reforço numérico que proporcionam, elas são mais autônomas em seu comando e em sua ação do que as CRS e os EGM, considerados demasiado estáticos. Elas também parecem mais adequadas para a judicialização da manutenção da ordem.

A prisão era algo muito marginal na gestão das manifestações (por exemplo, após sua dispersão). O general Bertrand Cavallier, ex-chefe do CPGM, explica que a doutrina tradicional consiste primeiro em “absorver uma violência que geralmente é temporária. Esse é o conceito de desordem aceitável. Qual é o efeito final desejado? Vamos nos preocupar com alguma depredação ou vamos entender que após esse aumento da agitação haverá um retorno à normalidade e poderemos discutir e tentar atender às expectativas dos manifestantes, mesmo que tenham sido violentos?”.⁹ A partir do início dos anos 2000, a virada punitivista dos sucessivos governos também se fez sentir nessa área. Tratava-se de acabar com a “impunidade”, ou seja, identificar e prender os agitadores. Surgiram então as CRS e gendarmes com câmeras de vídeos e, mais recentemente, “produtos de marcação codificados”, que deixam vestígios na pele e nas roupas – técnicas que permitem intervir *a posteriori*. Os promotores não hesitam mais em autorizar prisões preventivas e organizar seus serviços para agir com urgência. Acima de tudo, assistimos a uma atualização tática, que separa os manifestantes pacíficos daqueles que praticam atos ilegais (os “bandidos”), os quais devem agora ser procurados no meio das passeatas. Essa distinção está claramente refletida no Plano Nacional de Manutenção da Ordem, aprovado em 2021. Ele formula dois objetivos “distintos e complementares” de gestão da manifestação: “a dispersão sem demora de grupos hostis e a interposição rápida e direcionada facilitada pela imposição de dispositivos táticos que permitem o contato com indivíduos identificados”. Embora os EGM e as CRS

disponham de unidades aptas a realizar essas tarefas, na prática elas são assumidas pelas CDI e principalmente pelas Brigadas Anticrime (BAC) e pelas polêmicas Brigadas de Repressão à Ação Violenta – Motorizada (Brav-M), criadas em 2019.

Apesar de todos os esforços retóricos para explicar a complementaridade dessas táticas, elas são parcialmente contraditórias. “Impactar” ou “atingir” “grupos hostis” muitas vezes tem o efeito de parar as passeatas e trazer a violência para dentro delas. O uso de instrumentos como o gás lacrimogêneo não é seletivo. Eles afetam primeiro os menos experientes, causam perplexidade e atacam a cólera. Além disso, o risco físico de intervir no meio de uma multidão, ainda mais em pequeno número, aumenta a probabilidade de uso da força. Muitos vídeos publicados nas redes sociais atestam a desordem causada pela intervenção dessas polícias urbanas, ao passo que não mostram conflitos causados pela ação de gendarmes móveis ou CRS, cujos dispositivos tais polícias desorganizam. Facilmente colocadas em dificuldade, elas também recorrem mais prontamente a granadas de dispersão e lançadores de balas de borracha de defesa (como o LBD 40).

Surgida em meados da década de 1990 (sob o nome comercial de Flash-Ball), essa arma “menos letal” era originalmente destinada a unidades especializadas na neutralização de indivíduos descontrolados ou tomadores de reféns. Depois ela foi se disseminando dentro das BAC e das CDI e acabou por se generalizar após a conflagração dos subúrbios franceses em 2005. Foram esses policiais que sistematizaram inicialmente seu uso nas manifestações. Durante a crise dos Coletes Amarelos, dos 13.460 tiros de LBD registrados entre 17 de novembro de 2018 e 5 de fevereiro de 2019, 85% foram imputados às polícias urbanas, contra 15% às CRS. No mesmo período, a gendarmaria relatou mil tiros.¹⁰ Embora a polêmica que sobreveio a respeito da devastação provocada por elas tenha feito o uso dessas armas cair, ele continua banalizado. O relatório anual da Inspeção Geral da Polícia Nacional (IGPN) registrou 6.684 tiros em 2021, contra 1.514 em 2012 – um aumento de quatro vezes em nove anos.

Por fim, o papel atribuído às polícias urbanas nas manifestações modifica as representações dos manifestantes. Levados por sua socialização profissional a se pensarem como “caçadores”, seus agentes não estão nada inclinados a considerar os manifestantes como “cidadãos temporariamente desorientados”. Eles os veem mais como delinquentes (ou cúmplices) e não hesitam em tratá-los como tal: humilhações e intimidações diversas, prisões agressivas etc.

Todos esses fatores se combinam para explicar a “brutalização da manutenção da ordem”¹¹ observável desde meados

da década de 2010, da qual o movimento dos Coletes Amarelos constituiu até agora o ápice. Todavia, isso não seria plenamente inteligível sem estar vinculado à deslegitimação da manifestação como modo de ação política.

A FORÇA INTIMIDA, A JUSTIÇA NEUTRALIZA

A manutenção da ordem não se limita a um confronto direto entre a polícia e os manifestantes. Trata-se de uma relação a três, que também envolve os governantes. Ao longo do século XX, desenvolveu-se de maneira gradual uma *ordem manifestante*. Isso implicou uma adaptação das forças de ordem, mas também dos cidadãos, que progressivamente foram abandonando o registro do motim para repertórios mais codificados, como o da manifestação. A organização de passeatas, cartazes, reivindicações, palavras e serviços de ordem decorre desse aprendizado de protesto.¹² No entanto, ela só é possível porque permite a negociação política, ou seja, é reconhecida como expressão democrática do dissenso. O comissário Jean-Marc Berlioz, diretor-adjunto de Segurança Pública da sede da polícia de Paris, observou, em 1997: “Agora, qualquer cidadão é chamado um dia a se tornar um manifestante, e eu compartilho da análise que entende a manifestação como um corretivo da eleição”.¹³

Essa compreensão parece estar se chocando com as representações das elites governantes, que não têm a mesma experiência de ação coletiva de seus veteranos. A eleição, por mais frágil que seja, da qual derivam seus cargos, é percebida como a única fonte de legitimidade e quase como um cheque em branco. A recusa de diálogo com as centrais sindicais (embora também representativas) e com os grupos mobilizados (a exemplo do pessoal da saúde), bem como o uso até o último recurso de instrumentos legais para amordaçar o Parlamento (“49.3” [artigo que permite aprovar uma lei sem passar pelo Parlamento], limitação do tempo de debates, sanções disciplinares) atestam uma concepção vertical de poder que despreza a contestação.

No discurso, expressões como “multidões”, “massas” ou “hordas” reativam uma visão do populacho ignaro e brutal que não desagradaria Turgot, o controlador das finanças de Luís XVI. Também aplicamos política semelhante em seus princípios: exibir a força para intimidar e usar a Justiça para neutralizar, mesmo que temporariamente. Ataques intempestivos, uso abusivo de gás, LBD ou “cercos”, zonas proibidas, prisões preventivas, multas, fichamentos na polícia e processos em massa se combinam para tornar as manifestações mais inóspitas, incertas e inseguras.

A brutalização da manutenção da ordem e a do jogo político são dois lados de um mesmo processo. A recusa

da negociação e a negação da expressão manifestante provocam uma cólera que aumenta o nível de violência. O foco da mídia na menor lata de lixo queimada ou na deterioração do mobiliário urbano reforça essa dinâmica. Nas lutas “pela imposição do sentido do acontecimento”,¹⁴ a opção por relatar os atos mais espetaculares, e não as reivindicações expressas – muitas vezes com grande inventividade –, reforça os primeiros. E eles acabam tendo uma ressonância inversamente proporcional à sua importância na mobilização. Isso provoca o endurecimento da ação policial e facilita a desqualificação de movimentos mesmo que maciços, que são assim reduzidos às ações daqueles que os ministros do Interior convenientemente chamam de *black blocs*, “anarcoautônomos” ou “ultraesquerda”.

É possível perceber os benefícios políticos imediatos desse deslocamento da ordem manifestante. A médio prazo, seus efeitos são mais duvidosos. Ela produz inicialmente uma adaptação dos manifestantes. Eles aprendem a se proteger melhor (equipamentos contra o gás, surgimento dos *street medics* etc.), a dar visibilidade à violência policial (filmando-a) e a adotar estratégias que favorecem o confronto, a mobilidade e a imprevisibilidade, mais do que a expressão de palavras de ordem. Essas mudanças poderiam levar a um retorno a modos de ação mais radicais, como o motim, a sabotagem, o incêndio, o bloqueio e a ocupação.

ELITES IGNORANTES

No entanto, o governo de um país supõe um consentimento mínimo daqueles sobre os quais o poder é exercido, ou seja, contrapartidas. Logo após a tragédia de Fourmies, o deputado Alexandre Millerand – que se tornaria ministro várias vezes e depois presidente da República (1920-1924) – interpelou o ministro Constans: “Se a República foi fundada, se ela existe, se ela foi mantida apesar de todas as crises, você deve isso, como bem sabe, unicamente a esses milhões de trabalhadores da fábrica, do campo, das minas que hoje esperam da República as reformas sociais que ela lhes deve”. Sua fala estranhamente ressoa a de Gérard Mardiné, então secretário-geral da Confederação Geral de Gestores, que assim se dirigiu à Comissão de Assuntos Sociais do Senado em 15 de fevereiro de 2023: “Sua política, você a conduz para quem? Para os trabalhadores franceses ou para os fundos de pensão anglo-saxões?”.

Ambos nos lembram que a instauração e a consolidação de um Estado democrático na França são inseparáveis das proteções que ele teve de aportar à condição salarial, ou seja, dos acordos encontrados entre trabalho e capital.¹⁵ O evidente desequilíbrio que se instaurou em favor dos mais privilegiados – e

que ninguém mais nem tenta esconder – mina esse contrato. As elites sociais e políticas responsáveis por isso estão desmantelando pedra por pedra uma construção da qual são herdeiros ignorantes. A democracia representativa não funciona como um diálogo cortês e silencioso entre os acionistas de um conselho de administração ou os membros dos comitês de gestão das instituições financeiras internacionais. Ela vive e se expressa também nas explosões de mobilizações coletivas que atualizam periodicamente as relações de forças entre representantes e representados. Ao recordarem publicamente o interesse da maioria, elas contribuem para a legitimidade da delegação política muito melhor do que as instruções de política penal, as circulares sobre a composição de granadas de gás lacrimogêneo ou as doutrinas de emprego de LBD.

*Laurent Bonelli é professor de Ciência Política da Universidade de Paris-Nanterre.

- 1 As citações foram extraídas do *Journal Officiel de la République Française* de 5 maio 1891. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr>.
- 2 Deborah Cohen, *La nature du peuple. Les formes de l'imaginaire social (18e-21e siècles)* [A natureza do povo. As formas do imaginário social (séculos XVIII-XXI)], Champ Vallon, Seyssel, 2010.
- 3 Christophe Charle, *Histoire sociale de la France au 19^e siècle* [História social da França no século XIX], Seuil, Paris, 1991.
- 4 Patrick Bruneteaux, *Maintenir l'ordre, les transformations de la violence d'État en régime démocratique* [Manter a ordem: as transformações da violência do Estado em um regime democrático], Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1996.
- 5 A polícia parisiense só foi integrada à polícia nacional em 1966.
- 6 Emmanuel Blanchard, *La police parisienne et les Algériens (1944-1962)* [A polícia parisiense e os argelinos (1944-1962)], Nouveau Monde Éditions, Paris, 2011.
- 7 David Dufresne, *Maintien de l'ordre. Enquête* [Manutenção da ordem. Pesquisa], Hachette, Paris, 2007.
- 8 Devemos acrescentar Vital Michalon, vítima de uma granada durante as mobilizações contra a instalação de uma usina nuclear em Creys-Malville, em julho de 1977, e Zineb Redouane, morta por um lançamento de gás lacrimogêneo em seu apartamento em dezembro de 2018, em Marselha.
- 9 “Maintien de l'ordre: du terrain au politique” [Manutenção da ordem: do campo à política], conferência de 16 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com>.
- 10 Jacqueline Eustache-Brinio, *Rapport sur la proposition de loi visant à interdire l'usage des lanceurs de balles de défense dans le cadre du maintien de l'ordre* [Relatório sobre o projeto de lei que visa proibir o uso de lançadores de bala de defesa no contexto da manutenção da ordem], Paris, Senado, 20 fev. 2019.
- 11 Olivier Fillieule e Fabien Jobard, *Politiques du désordre. La police des manifestations en France* [Políticas da desordem. A polícia das manifestações na França], Seuil, 2020.
- 12 Charles Tilly, *La France contestée, de 1600 à nos jours* [A França contestada, de 1600 aos nossos dias], Fayard, Paris, 1986.
- 13 *Les Cahiers de la sécurité intérieure* [Cadernos de segurança interna], Paris, n.27, 1997.
- 14 Patrick Champagne, *Faire l'opinion* [Criando a opinião], Éditions de Minuit, Paris, 1990.
- 15 Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat* [As metamorfoses da questão social. Uma crônica do trabalho assalariado], Gallimard, Paris, 1999.

QUATRO CENÁRIOS PARA O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Putin, os juízes e a bomba

Será que George W. Bush e Anthony Blair um dia serão acusados pela justiça internacional por terem desencadeado a invasão do Iraque com base em mentiras? Ao abrir um processo contra o presidente russo, o Tribunal Penal Internacional coloca em jogo não só sua credibilidade, mas também seu futuro

POR MATHIAS DELORI*

Em 17 de março, o Tribunal Penal Internacional (TPI) expediu um mandado de prisão do presidente russo, Vladimir Putin, por um crime de guerra: a deportação de crianças ucranianas. O tribunal não dispõe de nenhum meio para que ela seja efetivada; a curto prazo, essa decisão não terá consequência para o inculpatado. No entanto, ela está longe de ser anódina. Na realidade, é a primeira vez que essa instituição inculpa o chefe de um Estado dotado de armas termonucleares que, além disso, está em tempos de guerra.

A partir de agora, diversos cenários são possíveis. O primeiro seria o fortalecimento da justiça penal internacional. Desde sua origem, em 1998, o TPI passa por limites importantes. Além de um grande número de países, entre eles Estados Unidos, China e Israel, não terem ratificado seu estatuto de fundação, ele não dispõe de nenhuma força policial capaz de possibilitar a execução de sentenças. O tribunal multiplicou os processos que envolvem pessoas da jurisdição de Estados frágeis, principalmente africanos, suscitando uma acusação de racismo por parte da União Africana.¹ Durante a década de 2010, a procuradora Fatou Bensouda, que ocupou o cargo de 2012 a 2021, corajosamente abriu dois processos que colocavam em questão os Estados Unidos e o Reino Unido por crimes perpetrados no Afeganistão e no Iraque. Washington revogou, então, os vistos e bloqueou os créditos dos membros do tribunal até a desistência das acusações. Londres fez uso de argúcias jurídicas, levando a procuradora a encerrar o assunto por iniciativa própria. Será que a decisão de inculpar o presidente de uma grande potência militar significa que mais ninguém está, a partir de agora, protegido senão contra a execução de uma sentença, pelo menos contra um processo, e até mesmo uma condenação à revelia? Essa forma de interpretação otimista será confirmada se, num futuro próximo, o tribunal inculpar outros poderosos – por exemplo, o ex-presidente norte-americano George W. Bush pelo papel que desempenhou na invasão do Iraque em 2003. Todavia, um acontecimento como esse parece muito improvável.

EMBARAÇO DO SUL

Um segundo cenário, ao contrário, vê nas acusações feitas ao presidente Putin a sentença de morte do TPI. Ao tomar uma decisão como essa, em um contexto de extrema polarização, o tribunal simplesmente instrui o processo de sua ilegitimidade. Os dirigentes dos países que lhe são hostis e próximos de Moscou têm condições de denunciar facilmente sua “politização” e um flagrante “dois pesos e duas medidas”, a exemplo de Wang Wenbin, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês.² Logo no dia seguinte à emissão do mandado de prisão, o presidente Xi Jinping fez uma visita a Putin. Os partidários do TPI e, além disso, adversários da Rússia, ao contrário, celebraram a audácia do tribunal. Isso seria apenas “o começo do processo para levar a Rússia e seu dirigente a prestarem contas dos crimes e

das atrocidades que cometem na Ucrânia”, apontou Josef Borrell, eminente representante da União Europeia quando o assunto diz respeito às relações exteriores. “Não pode haver impunidade” (Reuters, 17 mar. 2023).

Mas, se essa decisão não produz nenhum efeito penal, o que vai acontecer? Os países do Sul que ratificaram os estatutos do tribunal se situam em um lugar indeterminado entre esses dois polos. A ausência de sua reação indica um sério problema. No entanto, eles seriam juridicamente obrigados a prender o chefe do Estado russo na hipótese de que ele se encontrasse em seu território. Aliás, a questão vai se colocar no próximo mês de agosto se ele participar da Cúpula dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em Durban. Em 2015, alegando sua imunidade diplomática, Pretória se recusou a prender Omar al-

-Bashir, acusado de crime contra a humanidade em Darfur, por ocasião de sua visita ao país. Muito tempo depois desse episódio, em 6 de julho de 2017, os juízes de Haia puderam apenas dirigir uma reprimenda formal à África do Sul, sem nenhuma sanção prevista em caso de não cooperação de um Estado-membro.

O terceiro cenário parte de uma constatação simples e curiosamente pouco considerada. Putin possui um meio garantido de não perder a guerra contra a Ucrânia e, portanto, de jamais se encontrar de novo diante de Haia: recorrer às bombas termonucleares. Raros são aqueles que levam a sério a ameaça, mesmo quando Moscou anuncia a demonstração de armas nucleares táticas na Bielorrússia. No entanto, o que aconteceria se o fim do conflito e a situação interna da Rússia tornassem plausível uma extradição para Haia?

Uma coisa é certa: a curto prazo, a decisão do TPI atrasa ainda mais a perspectiva de uma saída negociada do conflito na Ucrânia. De fato, existe uma tensão entre justiça e diplomacia. A primeira se baseia na busca da verdade; a segunda, no compromisso. Se não se negocia (pelo menos, publicamente) com um criminoso, os processos penais abertos em tempos de guerra têm também como efeito radicalizar os inculpatados e seus partidários, estigmatizados ou acusados, como no terceiro cenário mencionado anteriormente. Assim, em 2003, o escritório do procurador do TPI recomendou avaliar, antes de agir, os riscos de “exacerbar” um conflito ou de “desestabilizar uma situação”.³ Essa preocupação parece esquecida, a menos que o tribunal tenha em mente um quarto cenário: tentar modificar a orientação da política de Putin em troca da suspensão total ou parcial das acusações.

Existe, portanto, um paradoxo: a ação da justiça torna mais difícil a busca de uma saída do conflito na Ucrânia e aumenta o risco de uma catástrofe maior da qual os ucranianos seriam as primeiras vítimas...

*Mathias Delori é pesquisador na área de Ciência Política no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), da França, e no Centro Marc-Bloch de Berlim.



Tribunal Internacional expediu mandado de prisão contra Putin, por crime de guerra

1 Ler Francesca Maria Benvenuto, “La Cour pénale internationale en accusation” [O Tribunal Penal Internacional sob acusação], *Le Monde Diplomatique*, nov. 2013; e William Bourdon, “Quelle loi contre les invasions armées?” [Qual é a lei contra as invasões armadas?], *Le Monde Diplomatique*, jun. 2022.

2 Cf. John Feng, “China Says Putin Has ‘Immunity’ From War Crimes Prosecution” [A China diz que Putin tem “imunidade” contra a acusação por crimes de guerra], *Newsweek*, 23 mar. 2023.

3 Cour pénale internationale, règlement du bureau du procureur [Tribunal Penal Internacional, prescrição do escritório da procuradora], 3 jun. 2003, citado por Henry Lovat, “Delineating the Interests of Justice” [Esboço dos interesses da Justiça], *Denver Journal of International Law & Policy*, 35-2, jan. 2007.

VIAGEM AO CORAÇÃO DAS FINANÇAS BRITÂNICAS

A City de Londres, um poder parasita

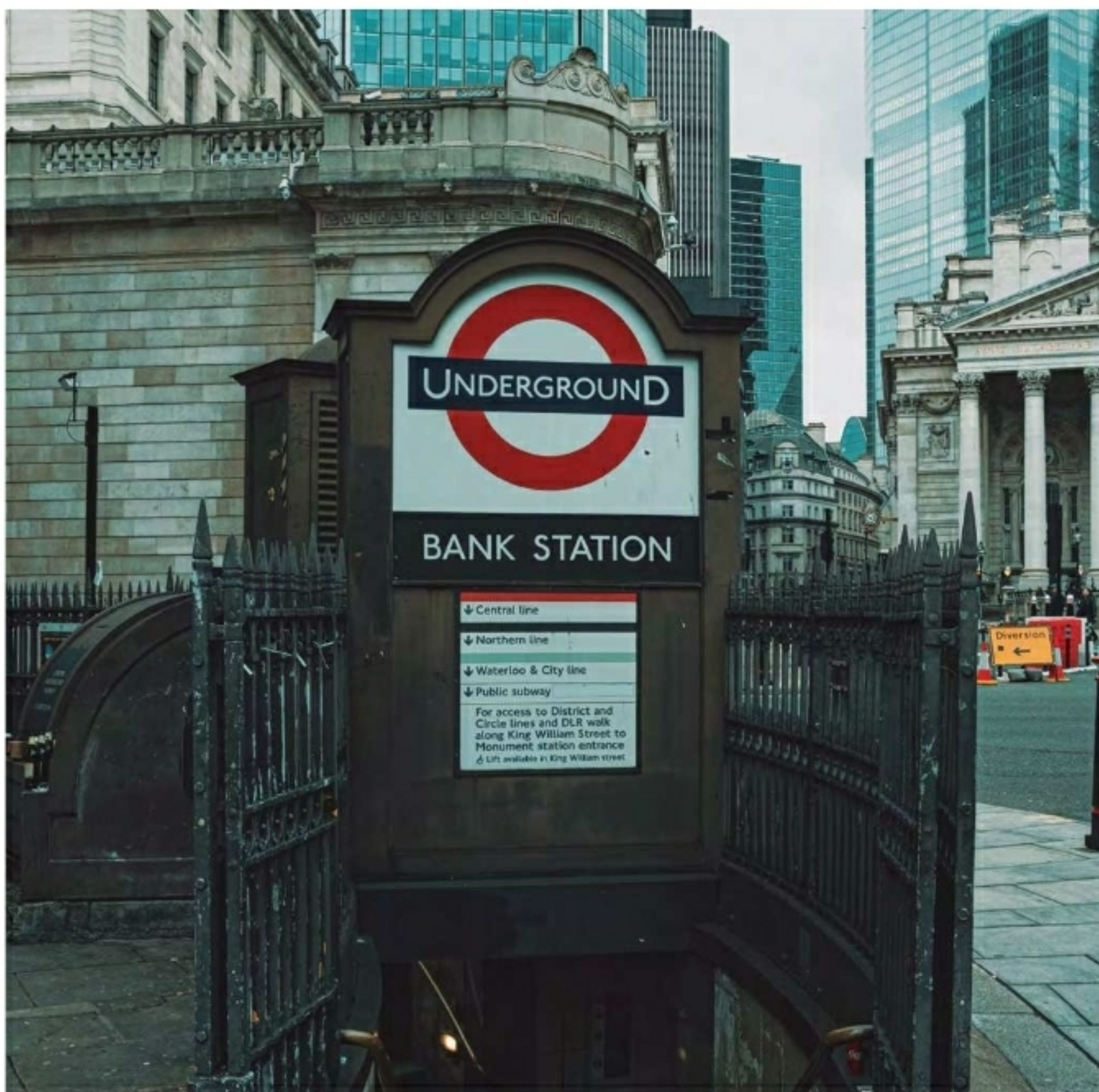
No ano passado, Londres decidiu suprimir o teto dos bônus dos banqueiros, introduzido após a crise de 2008. A classe política é zelosa em relação ao atrativo de sua posição financeira. Porém, sua importância para a economia britânica poderia se revelar uma maldição, sobretudo num contexto de forte instabilidade dos mercados mundiais

POR FRÉDÉRIC LEMAIRE*

Um feixe de arranha-céus delinea o horizonte da City, o centro financeiro da capital britânica. Suas formas singulares deram aos habitantes inspiração para apelidos jocosos: “Bisturi” ou “Ralador de Queijo”. Londres abriga a maior concentração de bancos estrangeiros do mundo, com cerca de 250 estabelecimentos, e ali seriam trocados duas vezes mais dólares que nos mercados de câmbio norte-americanos. Com cerca de 860 mil pessoas empregadas no setor de serviços financeiros – incluindo os serviços associados de consultoria, advocacia e contabilidade –, o setor de finanças representaria 18% da população londrina ativa.¹ Grande parte desses empregos se concentra em uma superfície de 1 milha quadrada (1,6 km²) – daí o nome de Square Mile atribuído à City –, à qual convém acrescentar enclaves recentes, como o de Canary Wharf, que margeia o Tâmesia mais a leste.

A City não é apenas um bairro de negócios abarrotado de gente que vive no ritmo vertiginoso dos mercados financeiros mundiais; é também o antigo coração histórico do Império Britânico, onde as finanças contemporâneas têm suas raízes. No século XVII, os banqueiros da Square Mile subsidiavam as expedições coloniais saídas de Londres para as Índias Orientais ou as Américas, atividade ao mesmo tempo arriscada e lucrativa. O fumo, o café, o índigo e o “ouro branco” (o açúcar) alimentavam então a máquina colonial. Nos bares ou nos becos, já se trocavam os títulos das primeiras empresas por ações, como a poderosa Companhia Britânica das Índias Orientais. Outra atividade financeira se desenvolvia então: a dos seguros. Mercadores, capitães e proprietários de navios podiam subscrever contratos para se proteger de eventuais perdas, em um clube de investidores conhecido como Lloyd’s Market, do nome do dono do estabelecimento, Edward Lloyd. Hoje, o Lloyd’s é um dos maiores agentes mundiais do setor de seguros.

Grande centro de especulação do império, a City viu sua estrela empalidecer logo depois da Segunda Guerra Mundial. Se, até 1946, seus financistas podiam operar por toda parte, a aplicação dos Acordos de Bretton Woods restringiu severamente os movimentos



Londres abriga a maior concentração de bancos estrangeiros do mundo, com cerca de 250 estabelecimentos

de dinheiro em escala mundial. A crise do Canal de Suez, em 1956, assinalou a perda de influência do Reino Unido no cenário internacional. À retirada das tropas britânicas do Egito, por pressão dos Estados Unidos e da União Soviética, juntaram-se a especulação e uma fuga de capitais que fragilizaram a libra esterlina, pedra angular da influência e das finanças britânicas. Diante de um declínio que parecia inelutável e da concorrência de Wall Street, os financistas da City recorreram a um trunfo. A fim de

permitir a Londres continuar desempenhando um papel no novo palco financeiro internacional, eles criaram uma verdadeira indústria de dissimulação e recepção de capitais.

Assim é que agora se fazem transações com dólares depositados nos bancos europeus, ou eurodólares, em Londres: um mercado de divisas sem regulamentação que vem atraindo, desde 1960, bancos do mundo inteiro – principalmente norte-americanos. E isso com a bênção da autoridade fiscalizadora, o Banco da In-

glaterra, que fecha os olhos às atividades dos bancos por conta dos clientes não residentes. No mesmo período, as instituições da City abriam filiais em várias jurisdições de além-mar, como as Ilhas Cayman ou Bermudas, para atrair nessas antigas regiões marginais do império os capitais em busca de discrição: petrodólares do Oriente Médio, dinheiro de cartéis da droga, evasão fiscal, fortunas de ditadores... Os capitais *offshore* não são apenas subtraídos do controle dos Estados: é possível reciclá-los – ou lavá-los –

sem dificuldade nas instituições da City, via mercado de eurodólares.

Uma nova etapa foi vencida nos anos 1980, em decorrência da desregulamentação radical do setor financeiro sob a égide de Margaret Thatcher. O “Big Bang” de 1986 retomou as normas centenárias que regiam a Bolsa de Londres, adotou um sistema de cotação eletrônico contínuo e abriu o mercado acionário aos grandes bancos. As instituições financeiras norte-americanas, japonesas e europeias passaram a investir maciçamente no mercado inglês para aproveitar esse novo quadro favorável ao desenvolvimento de uma finança sem freios. A City voltou então a desempenhar um papel de primeiro plano. Hoje, contribui para fazer do Reino Unido o maior exportador mundial de serviços financeiros, com mais de 60 bilhões de libras (R\$ 380 milhões) de saldo comercial em 2020.²

Esse impulso (ou melhor, essa renovação) não teria sido possível sem sólidos apoios no seio da elite política e administrativa do Reino Unido – uma proximidade de longa data, inscrita no mármore de instituições como a Corporação da City de Londres, a autoridade municipal multissecular da Square Mile. Sua sede, o Guildhall, situa-se bem perto da matriz do Banco da Inglaterra. “Administramos a Square Mile, mas estamos encarregados também de defender os interesses da City junto aos governos e de representar, promovendo-o, o setor financeiro britânico”, explica Chris Hayward, executivo-chefe da Corporação.

“A MAIS ANTIGA DEMOCRACIA DO MUNDO”

Os anfitriões do Guildhall não se cansam de louvar as virtudes democráticas do funcionamento da Corporação, herdada da Idade Média. Como cortesia aos visitantes, fica exposto um exemplar original da Magna Carta de 1297, que reafirma as liberdades concedidas pela realza aos mercadores e artesãos londrinos. “A Corporação é a mais antiga democracia do mundo”, proclama entusiasmadamente Hayward. As eleições municipais são bem organizadas a cada quatro anos e têm, entre os eleitores, representantes das empresas que atuam na City, na proporção de seus efetivos. Ou seja: os maiores grupos financeiros da City é que mandam nas eleições do conselho.

Verdadeira instância de representação das finanças londrinas, a Corporação conquistou uma influência única na história britânica, além de recursos nada negligenciáveis. Os ativos do City’s Cash, fundo municipal destinado a gerir seu patrimônio, foram avaliados em 3,4 bilhões de libras (R\$ 22 bilhões) em 2021.³ A Corporação possui também seu próprio representante na Câmara dos Comuns. Esse lobista-chefe, o *Remembrancer*, está autorizado desde 1685 a participar dos trabalhos como observador. Ele coman-

da uma equipe de juristas encarregada de analisar os projetos de lei que possam afetar o setor financeiro britânico.

Para cumprir bem sua missão de promover a City, os dignitários da Corporação dispunham de um orçamento de 13,7 milhões de libras (R\$ 87 bilhões) em 2021. É um montante superior às despesas do lobby financeiro mais importante da União Europeia, a poderosa Association for Financial Markets in Europe (AFME). Esse pacote anual cobre os gastos do *Remembrancer*, as custas das representações do Lord Mayor (prefeito da City e verdadeiro embaixador das finanças londrinas em escala nacional e internacional) e as despesas do Policy Chair, que encabeça o Executivo municipal.

Na esteira da crise financeira mundial, a venerável Corporação também contribuiu, em 2010, para dotar o setor financeiro de uma vitrine mais “moderna”. O TheCityUK é um lobby criado com a bênção do trabalhista Alistair Darling e do conservador Boris Johnson, então respectivamente ministro da Economia e prefeito de Londres.

A influência do lobby das finanças londrinas vai muito além das fronteiras do Reino Unido. “Há décadas, a City e seus batalhões de lobistas contribuem para moldar o debate da regulamentação em Bruxelas”, explica Kenneth Haar, pesquisador do Observatório da Europa Industrial. Eis aí um dos motivos pelos quais a grande maioria das instituições das finanças londrinas, com exceção de alguns riquíssimos proprietários de fundos especulativos, se opôs ao Brexit. “O último comissário europeu do Reino Unido antes do Brexit, Jonathan Hill, era ele próprio ex-lobista do TheCityUK”, com um portfólio bastante oportuno, já que era encarregado da estabilidade financeira, dos serviços financeiros e do projeto de união do mercado de capitais.

Brexit? “Coisa do passado”, avalia o porta-voz do TheCityUK, Jack Neill-Hall. “O panorama evoluiu, a indústria se adaptou.” Segundo o escritório EY, o Brexit representaria uma perda de apenas 7 mil empregos, transferidos para Paris, Frankfurt e Dublin. Os números foram sem dúvida subestimados, mas o Brexit não provocou, até o momento, a catástrofe anunciada. Para a praça londrina, acrescentou Neill-Hall, seria mesmo uma oportunidade de permanecer “competitiva”, graças à adoção de uma regulamentação “flexível” e ajustada, “sob medida”, à indústria britânica – e de competir com Nova York, “o único concorrente de Londres em escala mundial”.

O apelo da City parece ter sido ouvido pelo governo conservador. Em 20 de julho de 2022, ele apresentou uma nova lei com o objetivo de instaurar um “Big Bang 2.0” nas finanças londrinas. Um de seus instigadores, o atual primeiro-ministro Rishi Sunak, então ministro da Economia, já proclamava em maio de 2022 a necessidade de “reduzir o fardo

das normas”.⁴ No programa, uma nova exigência para os encarregados da regulamentação: promover a “concorrência internacional” dos serviços financeiros. Em dezembro de 2022, o novo ministro da Economia, Jeremy Hunt, reafirmava essa postura ao anunciar uma série de reformas com vistas a abolir as normas de contenção adotadas após a crise de 2008. Isso chegou a inquietar o destacado editorialista do *Financial Times*, Martin Wolf, que denunciou o risco de uma “desregulamentação insensata” no atual contexto.⁵

“Os líderes políticos acham que a City é a galinha dos ovos de ouro”, explicou John Christensen, especialista em finanças britânicas, “mas já é hora de acabar com esse discurso.” É que a praça financeira pratica, sobretudo, uma forma de parasitismo: “Diz-se que a City permite atrair, da China, dos Estados Unidos e da Europa, capitais a serem investidos no Reino Unido. No entanto, qual é a natureza desses investimentos? Eles vão para o mercado imobiliário, a Bolsa, as fusões e as aquisições. Ou seja, nada que beneficie a economia produtiva”.


Para Marieke Beck, especialista na City do King’s College de Londres, o problema está no enraizamento dos interesses das finanças no seio da sociedade, o que alimenta seu “poder estrutural”. Desde o declínio da aristocracia fundiária no século XIX, as finanças atraem as outras frações da classe dominante, sobretudo os capitalistas da indústria, em razão principalmente de sua influência institucional no Banco da Inglaterra ou no Ministério da Economia.⁶ Com o recuo do Estado de bem-estar e dos programas sociais, os britânicos precisam, ainda por cima, recorrer aos fundos de pensão para preparar sua aposentadoria ou a empréstimos ao consumidor para garantir sua subsistência em períodos difíceis, o que os leva a se endividar pesadamente e muito rápido. Boa parte da população está assim, de bom ou mau grado, presa ao setor financeiro.

Os capitais offshore não são apenas subtraídos do controle dos Estados: é possível reciclá-los – ou lavá-los – sem dificuldade nas instituições da City

PARLAMENTAR TRABALHISTA OU LOBISTA FINANCEIRO?

Hoje, a City parece, mais do que nunca, em condições de impor sua visão às forças políticas, inclusive ao Partido Trabalhista, dirigido por Keir Starmer. “Com Jeremy Corbyn, mostramos que era possível e popular questionar o poder das finanças”, adiantou James Schneider, membro da ala esquerda do Labour,

“mas a direção atual virou as costas para toda crítica à City.” Convidada à conferência anual de 2022 do TheCityUK, a deputada trabalhista Rachel Reeves, no comando da Economia, proferiu um discurso adulator de lobista: “O Reino Unido deveria estar incrivelmente orgulhoso do sucesso internacional de seus serviços financeiros, dos quais é o maior exportador mundial”...

Entretanto, o modelo de crescimento baseado nas finanças, promovido pela City, poderá em breve tremer nas bases. Ele depende do afluxo de capitais do mundo inteiro para alimentar o investimento em atividades não produtivas (setor imobiliário, mercados financeiros) e fomentar um consumo de luxo... ou a crédito. Ora, as crises recentes talvez contribuam bastante para a ruína desse castelo de cartas. O aumento do custo da energia, a inflação em geral e a alta dos juros, prescrita por bancos centrais, provocaram uma fuga de capitais “rumo à segurança”, isto é, aos valores norte-americanos. Esse novo dado pode estancar a fonte de liquidez a baixo custo da qual as finanças mundiais se nutrem há muito tempo. A quebra súbita do Silicon Valley Bank e do Crédit Suisse dá testemunho do frenesi extremo do setor, mas também das consequências explosivas da supressão das normas de controle em nome da competitividade. Nesse contexto, programar uma nova onda de desregulamentação financeira – como quer o governo de Sunak com seu projeto do “Big Bang 2.0” – equivale a acender fósforos perto de um barril de pólvora. 

*Frédéric Lemaire é economista.

1 “Key facts about the UK as an international financial centre 2022” [Fatos importantes sobre o Reino Unido como centro financeiro internacional, 2022], TheCityUK, jan. 2023; e “Key facts about UK-based financial and related professional services 2023” [Fatos importantes sobre serviços financeiros e correlacionados no Reino Unido, 2023], mar. 2023. Disponível em: <https://thecityuk.com>.

2 “State of the sector: annual review of UK financial services 2022” [Situação do setor: análise anual dos serviços financeiros no Reino Unido, 2022], relatório conjunto do Tesouro Britânico e da Corporação da City de Londres, jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.uk>.

3 “City’s Cash annual report and financial statements” [Relatório anual do City’s Cash sobre assuntos financeiros], Corporação da City, 2021. Disponível em: <https://www.cityoflondon.gov.uk/>.

4 Rowena Mason e Heather Stewart, “Rishi Sunak to weaken City regulation in post-Brexit nod to Tory donors” [Para enfraquecer a regulamentação da City no pós-Brexit, Rishi Sunak acena aos doadores conservadores], *The Guardian*, Londres, 10 maio 2022.

5 Martin Wolf, “The UK needs to learn its own lessons from the banking crisis” [O Reino Unido precisa aprender suas próprias lições com a crise bancária], *Financial Times*, Londres, 2 abr. 2023.

6 Frank Longstreth, “The City, Industry and the State” [A City, indústria e Estado]. In: Colin Crouch (org.), *State and Economy in Contemporary Capitalism* [Estado e economia no capitalismo contemporâneo], Croom Helm, Londres, 1979.

QUANDO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO PASSA PARA A DIREITA

O que revela a compra do Twitter

Após três décadas de desenvolvimento espetacular da internet, a utopia libertária da rede mundial é a partir de agora reivindicada pela extrema direita norte-americana, em detrimento de uma esquerda – legitimamente preocupada em proteger os vulneráveis contra os ultrajantes discursos extremistas – que abandona às empresas capitalistas a tarefa de regulamentar as redes

POR SÉBASTIEN BROCA*

O dilúvio de condenações que acompanhou a compra do Twitter pelo bilionário Elon Musk sugere que o interesse pela transação ultrapassou o debate sobre destino em si de uma rede social valorizada pelas elites. O desenrolar da plataforma de microblog representa um indicador do futuro do discurso on-line. Mais ainda, as controvérsias estimuladas pelo novo dono demonstram que a regulamentação da liberdade de expressão se tornou uma questão conflituosa, particularmente nos Estados Unidos.

Vamos rebobinar. Na primavera de 2022, Musk justificou a aquisição dessa empresa pouco lucrativa (US\$ 270 milhões de déficit líquido no segundo trimestre de 2022) por sua vontade de proteger a liberdade de expressão, “fundamento de uma democracia que funciona”. Ele declarou querer limitar a moderação dos conteúdos ao mínimo exigido pela lei (dos Estados Unidos) e apresentou o Twitter como “a praça pública digital onde são debatidas questões vitais para o futuro da humanidade”.¹ Quando comprou o Twitter, ele demitiu por e-mail metade dos assalariados e rompeu o contrato com mais de 4 mil prestadores externos de serviço, encarregados em especial da moderação de conteúdo. Musk restabeleceu em seguida numerosas contas desativadas, entre as quais a de Donald Trump, renunciou à política de luta contra a desinformação estabelecida durante a pandemia de Covid-19, suspendeu durante algumas horas as contas de jornalistas que lhe desagradavam e fez vaziar documentos que expunham a maneira pela qual os executivos da empresa colaboravam, sob a antiga direção, com os serviços de inteligência dos Estados Unidos.

Para além dessas decisões erráticas e brutais, a evolução do Twitter levanta uma questão intrigante: por que um bilionário autoritário pode, hoje em dia, fazer-se de campeão da liberdade de expressão, essa bandeira histórica da esquerda? Independentemente do que se pense da sinceridade do comprometimento de Musk, uma constatação permanece: doravante, a direita e a extrema direita norte-americanas dominam nessa causa, beneficiando-se do espaço vazio deixado por grande parte dos progressistas.

Para compreender essa reviravolta, é necessário retornar à maneira pela qual os Estados Unidos regulamentam a expressão on-line. A esse respeito, o texto crucial é a seção 230 do Communication Decency Act (CDA), votado em 1996 sob a presidência de Bill Clinton. O texto definiu as responsabilidades das plataformas. Ou, antes, sua ausência de responsabilidades, uma vez que, de acordo com a legislação, as empresas não podem ser consideradas autoras ou editoras dos discursos colocados on-line por seus usuários. Em resumo, se alguém realiza uma postagem ilegal, o Twitter não tem de responder por isso – salvo em casos específicos, como nas infrações que dizem respeito ao direito penal. A seção 230 torna claro em seguida que as plataformas tampouco podem ser questionadas pela postagem e filtragem de certos conteúdos, a partir do momento em que sua boa-fé é estabelecida. Em outras palavras, suas ações de moderação e de curadoria não colocam em questão sua irresponsabilidade em relação a conteúdos postados por terceiros. Mais ainda, essas ações editoriais são protegidas pela Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que garante os atos privados contra qualquer exigência de neutralidade imposta pelos poderes públicos. Com base nesse fato, as interfaces, as escolhas algorítmicas e as práticas de moderação das plataformas são em geral interpretadas como tendo uma dimensão expressiva, quer dizer, como “discursos” protegidos pela Primeira Emenda. Em suma, quando o Twitter suprime um conteúdo postado por um usuário, a empresa exerce seu próprio direito à liberdade de expressão.

A desinformação e os discursos de ódio conduziram universitários, militantes e líderes políticos a fustigar a inércia das grandes plataformas

O TIRO SAIU PELA CULATRA

Para as grandes plataformas, a seção 230 representou uma bênção. Em matéria de moderação, ela oferece imu-

nidade em todos os casos, quando não fazem nada ou, ao contrário, quando agem vigorosamente. Ela as dispensou das responsabilidades que recaem classicamente sobre a mídia – sobre os editores de jornais, por exemplo. E não estabeleceu que se comportassem de maneira neutra, como simples operadores de telecomunicação. As plataformas ganharam assim o direito, mas não a responsabilidade, de moderar as postagens formuladas por seus usuários.²

Ainda que tal regime possa parecer desequilibrado, durante muito tempo ele não foi objeto de nenhuma contestação. Foi constantemente defendido pelo Silicon Valley, mas também pelas principais organizações de proteção das liberdades civis, como a American Civil Liberties Union (Aclu) e a Electronic Frontier Foundation (EFF). Seus argumentos? Tornar as plataformas responsáveis pelas mensagens postadas por terceiros as levaria a suprimir preventivamente numerosíssimos conteúdos, ao passo que impor-lhes uma obrigação de neutralidade violaria a Primeira Emenda. Dado que evita esses dois obstáculos que ameaçam a liberdade de expressão, a seção 230 pôde ser vista como “uma das únicas boas leis sobre tecnologia que o Congresso dos Estados Unidos adotou até hoje”.³

Em 2017, o início da presidência de Trump rompeu esse consenso e transformou a seção 230 em questão política nacional. A exaltação da liberdade de expressão tornou-se um *leitmotiv* dos republicanos. A “direita alternativa” (*alt-right*) criou suas próprias redes. Gab em 2016 e Parler em 2018 acolheram usuários majoritariamente adeptos das teses de Trump e se apresentaram como bastiões da liberdade de expressão, o que lhes permitiu difundir discursos abertamente racistas, misóginos e xenófobos.

As grandes plataformas, por sua vez, são objeto de críticas constantes da parte dos republicanos, que as acusam de viés pró-democratas e censura abusiva. Trump ameaçou em diversas ocasiões suprimir a seção 230, sem que essas fanfarrônicas fossem seguidas por medidas efetivas. Em 2020, diante do Congresso, o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, resumiu a situação: “Os democratas nos acusam de não moderar o suficiente; os

republicanos, de moderar em demasia”.⁴ A controvérsia conheceu o auge após o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021. O evento levou o Twitter, o Facebook e o Snapchat a fechar ou a suspender as contas do presidente em exercício e de numerosos partidários seus ligados ao movimento de extrema direita QAnon. Google e Apple removeram o aplicativo Parler de suas lojas on-line, enquanto os Amazon Web Services recusaram-se a continuar a abrigar a rede social alternativa, argumentando que ela representava um perigo para a ordem pública.

Dois Estados republicanos, a Flórida e o Texas, responderam poucos meses depois adotando leis (Florida Senate Bill 7072 e Texas House Bill 20) que colocaram em xeque as disposições essenciais da seção 230. Esses textos visam dissuadir as grandes plataformas de suspender certas contas e de moderar conteúdos, expondo-as a processos judiciais da parte dos internautas que se considerarem “censurados”. O objetivo é obrigar as principais plataformas da web (as duas leis se aplicam exclusivamente àquelas com grande número de usuários) a veicular todos os conteúdos sem preconceito, submetendo-as a uma obrigação de neutralidade comparável à dos operadores de telecomunicações. A perspectiva é igualmente defendida na Corte Suprema pelo juiz ultraconservador Clarence Thomas, que lamenta que “o direito de censurar a expressão [seja] detido essencialmente por plataformas digitais privadas”.⁵

Na medida em que contradizem a seção 230, as leis da Flórida e do Texas foram rapidamente contestadas perante os tribunais pelas grandes empresas tecnológicas. Estas argumentaram que seria inconstitucional impor-lhes uma estrita obrigação de neutralidade, na medida em que a Primeira Emenda protege sua liberdade editorial.⁶ À espera de que a Corte Suprema se ocupe da questão, como permanece à espera a maior parte dos observadores, as leis da Flórida e do Texas ilustram a virada de 180 graus operada pelos republicanos. Até o fim dos anos 2010, a direita dos Estados Unidos sustentava que a liberdade de expressão dos indivíduos e a liberdade de expressão das empresas caminhavam de mãos dadas. Ela considerava que a mídia

privada, em virtude de seus direitos de propriedade e da Primeira Emenda, devia ter toda a liberdade para escolher os discursos que difundisse. Ao tentar sujeitar as redes sociais a uma neutralidade maior, a direita tornada "trumpista" rompeu com uma herança ideológica, que passou a contestar. Ela admitiu implicitamente que as empresas privadas não deveriam ter a liberdade absoluta de decidir sobre os discursos que difundem – ou seja, uma posição historicamente associada aos democratas!

A reviravolta ideológica da direita norte-americana refletiu transformações do campo progressista. Durante os anos 2010, a desinformação e os discursos de ódio conduziram universitários, militantes e líderes políticos a fustigar a inércia das grandes plataformas. Eles exigiam que essas empresas reforçassem sua capacidade de moderação, com o objetivo de proteger os interlocutores vulneráveis. A luta pela máxima liberdade de expressão deixou então de ser uma causa progressista, passando a ser percebida como um meio de fazer calar as mulheres e as minorias por meio da perseguição on-line, de ameaças e da difusão em escala industrial de notícias falsas. O pesquisador universitário Tim Wu, que faz parte da administração Biden, salienta que "os zeladores dos canais abertos e não filtrados de expressão on-line (entre os quais me incluo) viram o tiro sair pela culatra, na medida em que esses canais são utilizados hoje em dia como armas contra os interlocutores desfavorecidos".⁷ O liberalismo político clássico, encarnado pelas grandes organizações de defesa das liberdades civis, é acusado de reduzir os mais vulneráveis ao silêncio e de preparar a cama para a direita identitária.

Essas transformações ideológicas apareceram à luz do dia após os distúrbios do Capitólio em janeiro de 2021. A Aclu e os republicanos denunciaram então, em termos semelhantes, o poder sem limites das Big Techs. Personalidades provenientes da esquerda encontraram-se associadas ao campo conservador. Foi o caso do jornalista Glenn Greenwald, que publicou as revelações de Edward Snowden sobre a atuação dos serviços secretos dos Estados Unidos. Crítico virulento da censura, da "cultura do cancelamento" e da complacência dos democratas para com o poder do Silicon Valley, ele tornou-se *persona non grata* da esquerda desde que multiplicou suas aparições nas transmissões do apresentador conservador-libertário e xenófobo Tucker Carlson na Fox News. Greenwald realizou em 2022 uma transmissão na plataforma Rumble, financiada pelo empresário libertário Peter Thiel.⁸ Essa trajetória dá testemunho tanto do interesse ostensivo da direita em "comprar" a liberdade de expressão como da "desmonetização" desse valor entre os progressistas.

PODER PRIVADO

A esquerda dos Estados Unidos encontrou-se então em um impasse. Sua vontade legítima de proteger os interlocutores desfavorecidos foi paga pela renúncia a contestar o poder das grandes plataformas. Os progressistas encorajaram os gigantes do digital a intervir mais para proteger as minorias e garantir a qualidade do debate público, mas não analisaram verdadeiramente a fundo a escolha de confiar essa missão essencial a um oligopólio capitalista. Assim, "os liberais, em sua pressa em agir contra a desinformação, transformaram-se nos advogados do poder das plataformas, pelo menos quando esse poder serve para colocar off-line discursos percebidos como perigosos".⁹ O debate público nos Estados Unidos assumiu assim aspectos confusos: enquanto, a partir de agora, a direita quer submeter pela lei as empresas que controlam a expressão on-line, a esquerda aceitou delegar a estas os cuidados com a proteção dos interlocutores desfavorecidos. Desse modo, os progressistas perderam nos dois tabuleiros. Eles permitiram a seus adversários se apropriar a um só tempo da defesa da liberdade de expressão e da exigência de uma regulamentação mais vigilante do Silicon Valley pelos poderes públicos.

O que nos diz finalmente o Twitter de Musk? Para começar, ele coloca em evidência quanto três décadas de inércia na regulamentação favoreceram a exacerbação do poder privado sobre a expressão on-line. A compra da rede do pássaro azul é igualmente emblemática da recuperação pela extrema direita norte-americana da utopia da internet enquanto espaço em que triunfaria uma liberdade máxima de expressão. Essa aliança entre o hiperliberalismo e o hiperconservadorismo é, no entanto, minada pela contradição entre o puritanismo moral da direita religiosa e a promoção de um espaço público desregulamentado, onde todos os discursos poderiam circular: a utopia libertária da internet não é totalmente solúvel nos valores conservadores. Finalmente, os debates em torno do Twitter enfatizam quanto é difícil conciliar a defesa da liberdade de expressão e a proteção dos interlocutores desfavorecidos enquanto a expressão on-line permanecer controlada por um punhado de atores capitalistas.

***Sébastien Broca** é professor e pesquisador em Ciência da Informação e da Comunicação da Universidade Paris 8. Autor de *L'Utopie du logiciel libre* [A utopia do software livre], Le Passager Clandestin, Paris, 2018.

- 1 Twitter, 25 abr. 2022.
- 2 Cf. Tarleton Gillespie, *Custodians of the Internet. Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media* [Vigias da internet. Plataformas, moderação de conteúdo e as decisões ocultas que moldam a mídia social], Yale University Press, New Haven, 2018.
- 3 Cory Doctorow, "Zuckerpunch", *Pluralistic*, 25 mar. 2021.
- 4 Mark Zuckerberg, citado por Damien Leloup, "Devant le Sénat américain, les patrons de Google, Twitter et Facebook ont dû répondre aux accusations de biais anticonservateur" [Perante o Senado dos Estados Unidos, os donos do Google, Twitter e Facebook são obrigados a responder às acusações de vies anticonservador], *Le Monde*, 28 out. 2020.
- 5 Citado por Bobby Allyn, "Justice Clarence Thomas Takes Aim at Tech and Its Power 'To Cut Off Speech'" [O juiz da Corte Suprema Clarence Thomas mira nas techs e em seu poder de "cortar o discurso"], *National Public Radio (NPR)*, 5 abr. 2021.
- 6 Cf. Corte de Apelação dos Estados Unidos para o 11º circuito, *NetChoice LLC v. Attorney General, Estado da Flórida*, n.21-12355, 8 nov. 2021.
- 7 Tim Wu, "Is the First Amendment Obsolete?" [A Primeira Emenda está obsoleta?], *Michigan Law Review*, Ann Arbor, v.117, n.3, 2018.
- 8 Cf. Zeeshan Aleem, "How the populist left has become vulnerable to the populist right" [Como a esquerda populista tornou-se vulnerável para a direita populista], *MSNBC*, 9 jan. 2023.
- 9 Evelyn Douek e Genevieve Lakier, "Rereading the First Amendment" [Relendo a Primeira Emenda], *Knight First Amendment Institute*, 18 maio 2022.

© Evelyn Hockstein/Reuters



Alexandria Ocasio-Cortez em audiência do Comitê de Supervisão e Responsabilidade da Câmara dos EUA sobre o Twitter

DAS BOAS INTENÇÕES AOS ATOS CRIMINOSOS

Os problemas com a adoção internacional

Muito disseminada nos anos 1970, a adoção internacional atravessa uma profunda crise ética. Do Chade ao Chile, da França à Suécia, numerosos escândalos desacreditaram uma prática por muito tempo vista como um ato de generosidade. Sobre as ruínas desse setor, surgiu um novo: a barriga de aluguel, que eleva o risco de mercantilização da vida

POR KAJSA EKIS EKMAN*

Durante muito tempo, imagens ingênuas ornamentaram a adoção internacional com numerosas virtudes. No plano histórico, essa atividade ganhou impulso no fim dos anos 1960. A midiáticação das guerras do Vietnã (1955-1975) e de Biafra (1967-1970) contribuiu então para a emergência de uma nova ética humanitária. Os países do Sul, pensavam, regurgitam de órfãos. Adotar não significa apenas oferecer uma família a uma criança que não a possui: significa também salvar um ser humano sofrido e, no fundo, partilhar um pouco da riqueza do Ocidente com os miseráveis. No entender de Sébastien Roux, pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), da França, vários outros fatores contribuíram para a explosão do fenômeno: “A revolução dos transportes, o fim dos impérios coloniais, a falta de políticas sociais e sanitárias eficazes em numerosos países do Sul”. O fenômeno se espalhou por toda a Europa, notadamente na Suécia, que apresenta as taxas mais elevadas de adoção por habitante do mundo.¹ Nos anos 1960, cerca de 60 mil crianças foram levadas para lá do estrangeiro, sobretudo da Coreia do Sul, Índia e Colômbia. O Centro Sueco de Adoção, fundado em 1972 por pais adotivos em parceria com o Estado, tornou-se um dos mais importantes do mundo. Índicio do peso da adoção na cultura sueca, o país conta com mais de 300 mil livros sobre o assunto, muitos deles dedicados a crianças.² Já a França se tornou o segundo país destinatário em número absoluto de crianças adotadas, atrás apenas dos Estados Unidos. O pico foi alcançado em 2005, com 4.136 vistos de “adoção” fornecidos pelo Quai d’Orsay, contra 935 em 1980.

Dos dois lados do Atlântico, uma série de escândalos contribuiu, entretanto, para conspurcar a reputação de um universo marcado por bons sentimentos e promessas de salvação. Já em 1975, no Chile, a revista *VEA* alertava para a existência de uma “misteriosa organização que adota crianças nascidas de mães solteiras para enviá-las à Europa”



© Victor Ruiz Garcia/Reuters

Catástrofes naturais, guerras ou mudanças políticas estimularam uma verdadeira corrida em busca de “órfãos” estrangeiros

e preocupava as autoridades encarregadas de emitir passaportes, testemunhas do número de bebês chilenos que saíam do país. O artigo atribuía a uma certa Anna Maria Elmgren o papel de chefe do esquema.³ Moradora de Santiago desde o fim dos anos 1960, essa cidadã sueca casada com um *carabinero* (policial) se

familiarizou com os procedimentos de adoção locais quando ajudou sua irmã a encontrar uma criança no Chile.⁴ Logo depois, ela organizou cerca de 2 mil adoções, como representante local da associação sueca *Adoptionscentrum*, entre 1973 e 1990. Em 2003, a jornalista chilena Ana Maria Olivares realizou uma pes-

quisa aprofundada em que revelou que Elmgren contava com uma vasta rede de assistentes sociais, professores e juizes que lhe indicavam crianças e facilitavam o processo de adoção. Esmeralda Quezada, assistente social nascida em Concepción e mais tarde promovida ao cargo de presidenta do Juizado da Infân-

cia, informava a Elmgren quais crianças estavam disponíveis. Mães pobres que buscavam uma ajuda financeira ou uma creche e mães solteiras sofriam pressão. Contudo, às vezes, o caso era de crianças que circulavam sozinhas na rua, como aconteceu com dois irmãos detidos pelos *carabineros* por vadiagem: seu pai, que os confiara a uma babá enquanto trabalhava, não foi contatado e as crianças acabaram sendo entregues para adoção. Nos documentos, constou que os dois irmãos haviam nascido fora do casamento – e isso permitiu que fosse dispensado o consentimento do pai.

Segundo o relatório de uma comissão de investigação formada em 2018 pela Câmara dos Deputados do Parlamento chileno, “é fato comprovado que, no Chile, centenas de crianças foram tiradas de seus pais e adotadas no estrangeiro”⁵ durante a ditadura do general Augusto Pinochet. O método mais comum consistia em convencer a mãe de que seu filho morreria e o corpo fora entregue à ciência, o que permitia evitar os processos. Na ditadura, cerca de 22 mil crianças foram adotadas e enviadas a 25 países, entre os quais Estados Unidos, França e Itália.

“VOCÊS FORAM SEQUESTRADAS”

Lars tem 45 anos.⁶ Filho de um alto funcionário de um grande banco nórdico, cresceu numa região sueca próspera. Ao longo da infância, ouviu que sua mãe biológica, uma chilena, entregara para adoção ele e seu irmão gêmeo, porque os dois eram doentes, e ela, pobre. Com a ajuda de militantes do direito dos adotados, eles descobriram uma irmã no Facebook e ela os pôs em contato com sua mãe biológica. O primeiro encontro ocorreu por telas interpostas: ela fala espanhol, ele, sueco, e nós servimos de intérprete. Quando seus filhos tinham 2 meses, conta a mulher, precisou levá-los ao hospital por causa de um eczema na face. Pensou que iam fazer exames, mas nunca os devolveram. A equipe do hospital informou-a de que os gêmeos haviam morrido. Ela pediu para ver os corpos, mas foi em vão. O pai acabou por se resignar com a morte dos filhos, mas a mãe afirma que os procurou por toda parte e nunca assinou papel algum de adoção. “Vocês foram sequestrados”, garantiu-lhes ela.

Na França, o setor da adoção internacional jamais se recuperou totalmente do episódio da Arca de Noé. Em 25 de outubro de 2007, seis membros dessa associação foram presos no Chade quando tentavam embarcar 103 crianças com bandagens e aplicações de soro falsas. Para as famílias que as esperavam na França, tratava-se de crianças vítimas da fome no Darfur. A investigação promovida pela polícia do Chade estabeleceu que elas eram na verdade de nacionalidade chadiana, com parentes em sua maior parte vivos, e juridicamente não adotáveis. O caso assumiu contornos de

crise diplomática entre Paris e N’Djamena quando o presidente do Chade, Idris Déby, denunciou “um tráfico de seres humanos” chefiado pela antiga potência colonial, com a cumplicidade de terceiros inescrupulosos. Condenados no Chade e depois repatriados para a França a fim de cumprir sua pena, os protagonistas franceses foram levados ao Tribunal Correcional de Paris sob a acusação de “ajuda à permanência irregular de menores estrangeiros na França”, “fraude” e “exercício ilegal da atividade de intermediação de adoções”. Em 12 de fevereiro de 2013, o Tribunal Correcional de Paris condenou o presidente da Arca de Noé, Éric Breteau, e sua companheira, Émilie Lelouch, a três anos de prisão, sendo um em liberdade condicional.

Em 2019, somente 421 crianças chegaram ao território francês, ou seja, uma diminuição de 90% em relação a 2005

Catástrofes naturais, guerras ou mudanças políticas – sobretudo as midiáticas no Ocidente – estimularam uma verdadeira corrida em busca de “órfãos” estrangeiros. Os contextos caóticos em que se desenrolam esses acontecimentos inevitavelmente favorecem os comportamentos oportunistas. Na Romênia, após a queda de Nicolae Ceausescu em 1989, as redes europeias de televisão divulgavam no horário nobre imagens de crianças vítimas de subnutrição, presas ao leito em abrigos insalubres. A emoção conduziu então à abertura de um “mercado”: dezenas de milhares de crianças foram tiradas da Romênia nos anos 1990, antes que o país proibisse as agências de adoção internacional em 2001. Já a política do filho único adotada por Pequim em 1979 invocou no Ocidente o fantasma de menininhas abandonadas em massa por suas famílias. A inserção da China na economia mundial provocou uma tempestade: no início dos anos 2000, os orfanatos chineses aderiram ao sistema de adoção internacional e se tornaram os primeiros fornecedores de crianças para o mundo. Embora Pequim tenha ratificado, em 2005, a convenção de Haia relativa à proteção de crianças e a cooperação em matéria de adoção internacional (CLH) – o texto de referência em termos de regulamentação de adoções internacionais –, os grupos de traficantes prosperaram.⁷ Em 2005, a justiça chinesa condenou dez pessoas por tráfico de seres humanos na província de Hunan: elas haviam vendido crianças – por 370 euros – a orfanatos que, em seguida, as ofereciam às agências de adoção ocidentais cobrando de 1 mil a 5 mil euros. Em contrapartida, nenhuma organização da Europa ou dos Estados

Unidos foi penalizada por comprar essas mesmas crianças. No Haiti, depois do terremoto de 2010, que causou mais de 100 mil mortos, centenas de milhares de feridos e cerca de meio milhão de desabrigados, as agências de adoção privadas se precipitaram para a ilha. Uma organização batista norte-americana foi detida na fronteira com a República Dominicana quando transportava 33 crianças sem autorização nem documentos oficiais.⁸

MÃES DE ALUGUEL NA ÍNDIA OU NA UCRÂNIA

Esses escândalos mergulharam a adoção internacional numa profunda crise ética.⁹ Em 2019, somente 421 crianças chegaram ao território francês, ou seja, uma diminuição de 90% em relação a 2005. As tentativas para regulamentar o setor e apaziguar as inquietações não conseguiram restabelecer a confiança, de modo que a visão da adoção é hoje cheia de suspeitas. A fim de moralizar as práticas, o Vietnã, por exemplo, agora destina à adoção internacional apenas as crianças com “necessidades específicas”, isto é, com patologias. No papel, essa decisão se conforma às recomendações da CLH e privilegia a permanência das crianças em seu meio de origem, só autorizando as mobilidades internacionais por motivos humanitários. Na prática, entretanto, como observa Roux, “a preocupação ética, no centro da CLH, foi ignorada em proveito de uma postura nacionalista que distribui as crianças em função de seu estado de saúde, enviando *de facto* as menos desejáveis para fora das fronteiras simbólicas e políticas da comunidade nacional”. Na França, as entidades encarregadas de acompanhar a adoção forçam os pais candidatos a elaborar um projeto compatível com esses perfis de crianças e a prepará-las para o surgimento de “traumas” psicológicos ligados ao abandono. Ao moralizar, o setor de adoção internacional desencoraja assim inúmeras vocações parentais.

Enquanto a luz se faz enfim sobre a face sombria da adoção, uma nova prática vem para substituí-la: a gestação de substituição, popularmente conhecida como barriga de aluguel. Ela oferece aos casais ocidentais o que a adoção não permite: um recém-nascido geralmente branco, que herda os próprios genes do casal ou os genes de sua escolha. Em geral, escolhe-se uma doadora de óvulos (branca) pelo físico, e seus embriões fecundados são implantados em uma mãe-portadora indiana ou ucraniana, escolhidas por cobrarem mais barato – e por serem de países cuja legislação favorável garante todos os direitos aos pais que pretendem adotar. Os clientes da barriga de aluguel, é claro, não se sentem salvadores de uma criança, mas, em contrapartida, não correm o risco de ser acusados de ter roubado o filho de ninguém.

A história, no entanto, parece se repetir. A gestação de substituição vem sendo alvo de inúmeras acusações de fraude por parte de mães que não entenderam bem os contratos (redigidos em inglês, não importando seu país de origem). Os primeiros filhos nascidos de barriga de aluguel, aliás, já começam a condenar essa prática.¹⁰ Desde 2011, a Conferência de Haia, uma instituição intergovernamental que reúne 89 países, convoca todos os anos juristas e peritos para debater essa constatação: “A gestação de substituição se transformou num mercado mundial, o que suscita certo número de dificuldades, sobretudo quando as partes interessadas se encontram em países diferentes”. Seu objetivo: elaborar regras internacionais que “orientem a gestação de substituição transnacional e facilitem o reconhecimento mútuo das filiações produzidas por contratos com mães de aluguel”. Conseguirão elas legitimar um comércio já sob o fogo cerrado das críticas? Os escândalos, passados e futuros, mais a mobilização de associações feministas, talvez possam pôr em xeque esse “mercado”, como a adoção internacional é hoje pejorativamente chamada. 

***Kajsa Ekis Ekman**, jornalista, é autora de *Being and Being Bought: Prostitution, Surrogacy and the Split Self* [Ser e ser comprado: prostituição, barriga de aluguel e o eu fragmentado], Spinifex Press, 2013.

1 “Adoptions in Sweden” [Adoções na Suécia], Adoptions Centrum. Disponível em: <https://www.adoptionscentrum.se>.

2 Tobias Hübner, “Sverige som adoptionsland och adopterade som migranter” [Suécia como país de adoção e adotados como migrantes], *Valfrid*, v.7, n.2, Solna (Suécia), 2007.

3 Wolrad Klapp, “Escandaloso tráfico de guaguas chilenas” [Tráfico escandaloso de crianças chilenas], *VEA*, Santiago do Chile, n.1883, 14 ago. 1975.

4 Queixa de Elmgren contra a rede de televisão chilena Chilevisión, apresentada à Corte de Apelação de Santiago em 8 de maio de 2018.

5 “Rapport de la Commission spéciale d’enquête sur les actes des organismes de l’État, en relation avec d’éventuelles irrégularités dans les processus d’adoption et d’enregistrement de mineurs, et de contrôle de leur sortie du territoire” [Relatório da Comissão Especial de Investigação sobre os atos de organismos de Estado, em relação a eventuais irregularidades no processo de adoção e registro de menores e de controle de sua saída do território], Câmara dos Deputados, Chile, 2018.

6 O nome foi mudado para preservar o anonimato.

7 Pang Jiaoming, *The Orphans of Shao* [Os órfãos de Shao], Women’s Rights in China, Nova York, 2014.

8 Kathryn Joyce, *The Child Catchers: Rescue, Trafficking, and the Gospel of Adoption* [Os sequestradores de crianças: resgate, tráfico e o Evangelho da Adoção], Public Affairs, Nova York, 2013.

9 Sébastien Roux, *Sang d’encre. Enquête sur la fin de l’adoption internationale*, [Preocupação. Pesquisa sobre o fim da adoção internacional], Vendémiaire, Paris, 2022. Obra da qual foram extraídas as informações desse parágrafo.

10 Jessica Kern, “What happens when you learn that you were born through commercial surrogacy” [O que acontece quando você fica sabendo que nasceu de barriga de aluguel?], testemunho no site militante Legalize Surrogacy: Why Not?.

livros



ARRIGO
Marcelo Ridenti,
Boitempo


Quando se pensa em Marcelo Ridenti, logo vem à mente o notável sociólogo da cultura, especialista nas esquerdas brasileiras de meados do século XX. Porém, eis que, agora, o professor da Unicamp mobiliza esse mesmo cabedal para fazer sua estreia na ficção com o romance *Arrigo*, lançado pela Boitempo Editorial.

A obra é atravessada pelo personagem do título, lendário militante comunista. Como tomamos conhecimento desde o início, o narrador – um pesquisador da esquerda brasileira – se encontra involuntariamente trancado dentro (e sem nenhum contato com o mundo externo) do apartamento de Arrigo, no decadente Edifício Esplendor, em São Paulo. Em sua companhia, o corpo inerte do “velho guerreiro”, aparentemente falecido.

É nesse cenário algo surreal que as aventuras políticas e afetivas de Arrigo e de seus companheiros e companheiras vão sendo reavivadas. Com essa

estratégia narrativa, Ridenti logra estabelecer uma tensão permanente entre o presente do narrador e o passado rememorado. Desse modo, é como se esse passado se apresentasse como “saturado de tensões”, no dizer de Walter Benjamin.

Aí está, aliás, uma das grandes qualidades do romance: o “realismo” do conteúdo não anula a potência imaginativa da forma. A narrativa vai se tornando mais sóbria, quando não sombria, na medida em que vamos avançando no século XX. Como o anjo da história de Paul Klee/Benjamin evocado pelo narrador, Arrigo parecia condenado a olhar os escombros e as ruínas do passado, “levado pela tormenta do futuro, cujos ventos não sopraram na direção esperada”.

Mas se comporta alguma dose de melancolia, tal rememoração das esperanças coletivas do passado aponta também para o futuro a ser reinventado. Com esse livro, Marcelo Ridenti nos concede rédea solta para imaginar como esse reposicionamento atualizado do passado pode ser concebido, fazendo de Arrigo a alegoria de uma utopia que, de escombros em escombros, teima em não se deixar abater. Ao menos enquanto os dominantes continuarem dominando. 

[Fabio Mascaro Querido] Professor livre-docente de Sociologia da Unicamp.



PARA O LADO DE SWANN – à procura do tempo perdido (vol.1) e À SOMBRA DAS MOÇAS EM FLOR – à procura do tempo perdido (vol.2)
Marcel Proust,
Companhia das Letras


Em busca do tempo perdido é desses títulos que, de tão cristalizados, nem parecem traduzidos. Ouvir algo diferente disso para se referir à obra de Marcel Proust soa para um brasileiro, ao menos num primeiro momento, tão estranho quanto a distorção de algum título de nossa literatura. Mas, ao contrário do original, nenhuma tradução é definitiva.

Por ocasião do centenário da morte de Proust, é lançada por aqui nova tradução de sua obra, agora intitulada *À procura do tempo perdido*. Mario Sergio Conti, que alterna com Rosa Freire d'Aguiar a tradução dos sete volumes, argumenta que “procura” é próximo de “tentativa”, “ensaio”, “estudo”, acepção mundana mais condizente com a poética proustiana do que a ideia mística implicada em “busca”, como em *A busca do Santo Graal*, por exemplo.

A nova tradução da famosa frase de abertura (“Por um longo tempo, me deitei cedo”), quando compa-

rada à de Mário Quintana, dos anos 1940 (“Durante muito tempo, costumava deitar-me cedo”), aproxima o leitor de hoje, sobretudo em virtude da diferença de colocação pronominal. Atualidade também evidente no título do segundo volume, *À sombra das moças em flor*, em que “moças” substitui com acerto “raparigas”, termo quase em desuso e, quando empregado em algumas regiões do país, com sentido bem diferente de “jovem”.

Outro dado relevante da tradução é ter como fonte a edição Pléiade do fim dos anos 1980, que corrigiu uma série de erros de pontuação e grafia de edições anteriores com base em anotações do autor e diversos estudos sobre ele.

São publicados os dois primeiros volumes. *Para o lado de Swann* traz o célebre episódio da *madeleine*, o bolinho francês em cujo gosto o narrador revive a infância, irrupção da memória involuntária fundamental no projeto proustiano de pesquisa sobre o tempo. No seguinte, *À sombra das moças em flor*, o narrador já adolescente descobre o desejo e o ciúme no contato com moças em Paris e na praia fictícia de Balbec. Entre elas, a intrigante Albertine, que protagonizará dois volumes: *A prisioneira* e *Albertine desaparecida*. 

[Wilker Sousa] lista, escritor e mestre em Teoria Literária.

internet

NOVAS NARRATIVAS DA WEB

Sites e projetos que merecem seu tempo

EXPEDIÇÕES DA VAGINA

Uma série de documentários em cinco partes produzida pelo jornal britânico *The Guardian* explora a anatomia feminina e as experiências das mulheres em todo o mundo. Cada episódio aborda um aspecto diferente da anatomia feminina, desde a vulva até o clitóris e o útero. A série é um exemplo impressionante de jornalismo multimídia que utiliza diferentes formatos para contar histórias de uma maneira envolvente e educativa. Ao explorar um tópico muitas vezes tabu, ajuda a quebrar o estigma e a desinformação em torno do corpo feminino, empoderando as mulheres para que se tornem mais informadas e conscientes de sua própria saúde e bem-estar.

<https://www.theguardian.com/feature/series/vagina-dispatches>

PROJETO 1619

Lançado em 2019 para marcar os quatrocentos anos desde que os primeiros africanos foram trazidos para a América do Norte como escravizados, o projeto do *The New York Times* inclui uma série de artigos, ensaios, poemas, fotografias e ilustrações, bem como um podcast e um guia de ensino gratuito para escolas. É considerado uma obra-prima do jornalismo multimídia, combinando texto, imagem, áudio e vídeo. Além disso, o projeto tem sido elogiado por seu compromisso em expandir o cânone histórico norte-americano para incluir perspectivas e narrativas que muitas vezes são negligenciadas ou ignoradas pela história oficial.

<https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/14/magazine/1619-america-slavery.html>

CAIXA-PRETA DE BOLSONARO

O especial é uma série de reportagens da Agência Pública feitas com base em pedidos de Lei de Acesso à Informação – viabilizada graças ao apoio de milhares de leitores – que revela os potenciais crimes e abusos cometidos pelo governo Bolsonaro que ficaram escondidos por trás de sigilos, negativas e outras táticas de sonegação de informação. Entre as descobertas, cerca de R\$ 31 milhões gastos com ferramentas de vigilância secretas e sem licitação, acampados golpistas que foram ao GSI de Heleno antes da posse de Lula e atas secretas sobre a compra de vacinas.

<https://apublica.org/especial/caixa-preta-do-bolsonaro/>

[Andre Deak] Diretor do Liquid Media Lab, professor de Jornalismo e Cinema na ESPM, mestre em Teoria da Comunicação pela ECA-USP e doutorando em Design na FAU-USP.

CANAL DIRETO

Capa

Os movimentos populares, a maioria se deixou cooptar pelo governo do PT; ninguém sabe mais onde termina e começa o movimento. Muitas lideranças são incapazes de ir contra o governo para defender interesses da população. Edmilson Pereira, via Twitter

A China está perdendo a batalha da inteligência artificial?

Quando o assunto se trata de China ou Rússia, a propaganda dos Estados Unidos brota em todo canto. Eduardo Rodrigues, via Instagram

Um povo de pé

Tem que dizer que já precisamos de 43 anos para ter aposentadoria e que eles querem alongar mais o tempo. Que bom que o povo se uniu. @ronanvinfrancals, via Instagram

A política neoliberal não foi didática o suficiente para o mundo. Especificamente para a França, tudo leva a crer que o cenário tende a piorar com a possibilidade de tentar encontrar uma solução fora da política, elegendo representantes de extrema direita. Vai piorar muito até que o mundo acorde! Benedito Possamai, via Instagram

Vacinas e Covid, as origens de uma desconflança

Ué, mas o poder público é pau mandado do setor privado, né. A gente só banca o que este permite. @comsupremocomtd, via Twitter

O DIPLÔ AGORA TEM UMA NEWSLETTER

Inscrição na
Déjà-vu usando
o QR CODE ao lado



Participe de *Le Monde Diplomatique Brasil*: envie suas críticas e sugestões para diplomatique@diplomatique.org.br. As cartas são publicadas por ordem de recebimento e, se necessário, resumidas para a publicação.

Os artigos assinados refletem o ponto de vista de seus autores. E não, necessariamente, a opinião da coordenação do periódico.

SUMÁRIO



- 02** Alimentação
A vergonha e a fome
Por Benoît Bréville
- 03** Editorial
A precariedade de tudo
Por Silvio Caccia Bava
- 04** Capa
O desenvolvimento predatório do agronegócio
Por Bernardo Mançano Fernandes e Allan de Campos Silva
Significado e dimensões do agronegócio na economia brasileira
Por Guilherme C. Delgado
Não há democracia sem reforma agrária
Por Débora Nunes
Até onde vai o poder do agro?
Por Vinicius Moraes da Cunha
Sete mitos mostram que o agro é importante, mas não é tudo
Por Arilson Favareto
- 11** Governo Lula
Políticas sociais mudam a cabeça do povo?
Por Frel Betto
- 13** A história secreta da inteligência artificial
A Guerra Fria 2.0
Por Evgeny Morozov
- 16** Uma estratégia para se livrar das garras dos EUA
Na América Latina, o não alinhamento a serviço da paz
Por Christophe Ventura
Mercosul, o sonho de livre comércio da esquerda latina
Por Luis Alberto Reygada
- 20** Europa impulsiona a xenofobia
Os indesejáveis sub-saarianos na Tunísia
Por Thierry Bréillon
- 22** No Rio Mekong
A fronteira flutuante entre o Camboja e o Vietnã
Por Louis Raymond
- 24** Oposição unida, mas alto risco de fraude eleitoral
A democracia turca em suspenso
Por Arlane Bonzon
- 26** Dez anos depois das privatizações impostas por Bruxelas
A odisséia fatal das ferrovias gregas
Por Élis Perriguer
- 28** Da canalização ao confronto
A brutalização da relação da polícia com os manifestantes
Por Laurent Bonelli
- 31** Quatro cenários para o Tribunal Penal Internacional
Putin, os juízes e a bomba
Por Mathias Delori
- 32** Viagem ao coração das finanças britânicas
A City de Londres, um poder parasita
Por Frédéric Lemaire
- 34** Quando a liberdade de expressão passa para a direita
O que revela a compra do Twitter
Por Sébastien Broca
- 36** Das boas intenções aos atos criminosos
Os problemas com a adoção internacional
Por Kajsa Eklis Ekman
- 38** Miscelânea

LE MONDE
diplomatique BRASIL

Ano 15 – Número 190 – Maio 2023
www.diplomatique.org.br

DIRETORIA

Diretor da edição brasileira e editor-chefe
Silvio Caccia Bava

Diretores

Anna Lúiza Salles Souto, Jorge Romano, Maria Elizabeth Grimbberg e Rubens Naves e Vera da Silva Telles

Editor

Luís Brásilino

Editora-web

Blanca Pyl

Editor de Arte

Cesar Habert Paclornik

Estagiária

Carolina Azevedo

Planejamento estratégico

Numa Sales de Paiva

Revisão

Lara Milant e Mattê Ribetto

Gestão Administrativa e Financeira

Lúcia Benito da Silva Ricco

Tradutores desta edição

Carolina M. de Paula, Celina Olga, Frank de Oliveira, Livia Chede Almendary, Rita Grillo e Wanda Brant

Conselho Editorial

Adauto Novaes, Amâncio Friaça, Anna Lúiza Salles Souto, Arivaldo Ramos, Betty Mindlin, Claudius Ceccon, Eduardo Fagnant, Heródoto Barbetto, Igor Fuser, Ivan Giannini, Jacques Pena, Jorge Eduardo S. Durão, Jorge Romano, José Luis Goldfarb, Ladislau Dowbor, Maria Elizabeth Grimbberg, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Ricardo Musse, Rubens Naves, Sebastião Salgado, Tania Bacelar de Araújo e Vera da Silva Telles.

Assessoria Jurídica

Rubens Naves, Santos Jr. Advogados

Escritório Comercial Brasília

Marketing 10: José Hevaldo Rabello Mendes Junior
Tel.: 61. 3326-0110 / 3964-2110
jh@marketing10.com.br

Le Monde Diplomatique Brasil é uma publicação da associação Palavra Livre, em parceria com o Instituto Pólis.

Rua Araújo, 124 2º andar – Vila Buarque
São Paulo/SP – 01220-020 – Brasil
Tel.: 55 11 2174-2005
diplomatique@diplomatique.org.br
www.diplomatique.org.br

Assinaturas: Lúcia Benito da Silva Ricco
assinaturas@diplomatique.org.br
Tel.: 55 11 2174-2005

Impressão

ESKENAZI Indústria Gráfica, CNPJ 61.069.100/0001-69
Av. Miguel Fries e Vasconcelos, 1023
Jaguari, São Paulo - SP,
CEP 05345-000



LE MONDE DIPLOMATIQUE (FRANÇA)

Fundador

Hubert Beuve-Méry

Presidente, Diretor da Publicação

Benoît Bréville

Redator-Chefe

Akram Belkaid

Diretora de Relações e das Edições Internacionais
Anne-Cécile Robert

Le Monde diplomatique

1 avenue Stephen-Pichon, 75013 Paris, France
secretariat@monde-diplomatique.fr
www.monde-diplomatique.fr

Em novembro de 2021, o *Le Monde Diplomatique* contava com 31 edições internacionais em 22 línguas: 24 edições impressas e 7 eletrônicas.

ISSN: 1981-7525

**100 DIAS DE
GOVERNO FEDERAL**

o BRASIL voltou.

**Pra fazer mais
POR NOSSA GENTE.**

O Brasil voltou a investir em infraestrutura e a cuidar da cultura, da sua natureza, da sua gente. Voltou a combater a fome, com programas e ações para quem mais precisa. Voltou a priorizar a saúde, com mais profissionais e recursos. Voltou a priorizar a educação e valorizar os professores. Voltou a respeitar o meio ambiente e o seu povo e a ser respeitado no exterior. E é só o começo, vem muito mais por aí.

#OBrasilVoltou

Confira as principais ações:
gov.br/obrasilvoltou



GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO